

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

ADRIANA DOS SANTOS SOUZA

TEMPO E ESPAÇO: A GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM *ONDE* EM TEXTOS
RELIGIOSOS (SÉCULOS XIV, XVI E XXI)

MARINGÁ - PR
2007

ADRIANA DOS SANTOS SOUZA

TEMPO E ESPAÇO: A GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM *ONDE* EM TEXTOS
RELIGIOSOS (SÉCULOS XIV, XVI E XXI)

Dissertação apresentada à Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Letras,
área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Regina Pante

MARINGÁ
2007

ADRIANA DOS SANTOS SOUZA

**TEMPO E ESPAÇO: A GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM ONDE EM TEXTOS
RELIGIOSOS (SÉCULOS XIV, XVI E XXI)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Regina Pante
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Jaeger Hintze
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Dr^a. Vanda de Oliveira Bittencourt
Pontifícia Universidade Católica - MG

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela grande conquista;

À minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos desta jornada;

À Prof^a. Dr^a. Maria Regina Pante, pelas contribuições oferecidas como orientadora, pela paciência e pelas muitas lições ensinadas;

À Prof^a. Dr^a. Ana Cristina J. Hintze, pelo constante incentivo, pela leitura crítica de meu trabalho e pelas observações e sugestões feitas por ocasião do exame de qualificação;

À Prof^a. Dr^a. Vanda de Oliveira Bittencourt, pelas valiosas observações e sugestões feitas por ocasião do exame de qualificação;

Às queridas Edileusa Alves Moreno e Fátima Beviláqua, pela paciência, dedicação e pelos inúmeros favores;

Às amigas, companheiras de profissão, Andréia Menezes, Leliane Bassiga, Elis Regina Fernandes Alves, Ana Paula Perón, Hérika Ribeiro, Juliana Orsini, Renata Bezerra, Lucicler Mazuco, Sílvia Emiliano e Adel Fernanda Rosa;

Ao amigo Fabiano Lindolpho, por se dispor a escrever o *abstract*.

Onde houver dúvida, que eu leve a fé;
Onde houver erro, que eu leve a verdade;
Onde houver desespero, que eu leve a esperança;
Onde houver tristeza, que eu leve a alegria;
Onde houver trevas, que eu leve a luz.

(Oração de São Francisco de Assis)

RESUMO

A presente pesquisa busca observar a mudança lingüística por que passa o item **onde** ao assumir valores não-preconizados pela gramática tradicional e que, no entanto, são registrados frequentemente, tanto na oralidade quanto na escrita. Dentre esses “ab-usos” da partícula, investigamos aquele que denota tempo, ao longo de diversos textos, orais e escritos, de temática religioso-católica, produzidos nos séculos XIV, XVI e XXI, a fim de confirmar que esse emprego não se configura como inovação lingüística do atual falante do Português, mas compreende um processo de mudança. A análise se desenvolve a partir de estudos sobre a gramaticalização, visto ser vasta a literatura a respeito do fenômeno e contempla também discussões acerca dos advérbios, classe em que, etimologicamente, insere-se o elemento pesquisado. Abordamos ainda alguns pontos referentes à Igreja Católica, às marcas do discurso religioso e à expressão de tempo com base na conceituação de espaço. Pesquisamos, ao lado do sentido temporal, casos de anáforas locativas do elemento, destacando a possibilidade de variação entre ele e um sintagma preposicionado quando há retomada de entidades geográficas. Por fim, confrontamos os dados oriundos das três sincronias e buscamos demonstrar indícios do processo de gramaticalização que o **onde** vem sofrendo diacronicamente.

Palavras-chave: Onde. Gramaticalização. Valor temporal. Texto religioso.

ABSTRACT

This research aims to observe the linguistic change which the item *where* passes through, when assuming values not announced by the traditional grammar and that are, however, frequently registered either in oral or writing practice. Among these “ab-uses” of the particle, we investigate the one that indicates time, along several texts, oral and written, of religious thematic, produced in the 14th, 16th and 21st centuries to confirm that this usage didn’t show up as a linguistic innovation of the current Portuguese speaker, but it’s understood as a changing process. The analysis is developed on studies about grammaticalization, since there is a large range of literature about the phenomenon and also contemplates discussions concerning the adverbs, class in which, etymologically, the researched element is inserted. We also treat some points referring to the Catholic Church, the marks of the religious speech and the expression of time based on the concept of space. We have researched, in a parallel with the temporal sense, cases of locative anaphors of the element, highlighting the possibility of variation between it and a prepositioned syntagm, when geographical entities are retaken. By the end we confronted the data which were a result of the three synchronies and showed clues of the grammaticalization process the *where* has been suffering diachronically.

Key words: Where. Grammaticalization. Temporal value. Religious text.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alguns valores semânticos de <i>u</i> e de onde no <i>Santo Graal</i>	42
Tabela 2	Ocorrências do <i>hu</i> e do onde no <i>Virgeu de consolaçon</i>	66
Tabela 3	Valores do onde no <i>Virgeu</i>	66
Tabela 4	Valores do <i>hu</i> do <i>Virgeu</i>	68
Tabela 5	Ocorrências do <i>u</i> e do onde no <i>Boosco deleitoso</i>	82
Tabela 6	Valores do onde no <i>Boosco deleitoso</i>	83
Tabela 7	Os valores de <i>u</i> no <i>Boosco</i>	84
Tabela 8	<i>Corpora</i> da sincronia XXI e as ocorrências de onde	97
Tabela 9	Valores do onde na modalidade escrita	97
Tabela 10	Valores de onde na modalidade escrita eletrônica	98

LISTA DE ABREVIATURAS

IPNSA	Informativo Paróquia Nossa Senhora Aparecida
JMM	Jornal Maringá Missão
JMN	Jornal No Meio De Nós
LD	Liturgia Diária
NNM	Novena de Natal
PQTV	Parábolas que transformam vidas.
RA. Abr. 05	Revista de Aparecida. Aparecida: Santuário, n. 37, Abr. 2005.
RA. Dez. 04	Revista de Aparecida. Aparecida: Santuário, n. 33, Dez. 2004.
RA. Dez. 05	Revista de Aparecida. Aparecida: Santuário, n. 45, Dez. 2005.
RA. Mar. 05	Revista de Aparecida. Aparecida: Santuário, n. 36, Mar. 2005.
RA. Mar. 06	Revista de Aparecida. Aparecida: Santuário, n. 48, Mar. 2006
RA. Nov. 05	Revista de Aparecida. Aparecida: Santuário, n. 44, Nov. 2005.
RA. Out. 04	Revista de Aparecida. Aparecida: Santuário, n. 31, Out. 2004.
RA. Set. 05	Revista de Aparecida. Aparecida: Santuário, n. 42, Set. 2005.
RCC. Abr. 06	Revista Canção Nova. Cachoeira Paulista: Fundação João Paulo II, n. 64, Abr. 2006.
TDSI	Temas da doutrina social da igreja

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – GRAMATICALIZAÇÃO: CONCEITOS, ESTÁGIOS E PRINCÍPIOS	16
1.1 Mudança lingüística e gramaticalização	16
1.2 Princípios e estágios da gramaticalização	24
CAPÍTULO II – O PROBLEMA DA CLASSIFICAÇÃO DO ITEM ONDE: ADVÉRBIO, PRONOME OU ADVÉRBIO PRONOMINAL	33
2.1 Heterogeneidade de uma classe chamada advérbio	33
2.2 Item <i>onde</i> : múltiplas classificações	41
2.3 Tempo e espaço: fronteiras tênues	47
CAPÍTULO III – ONDE RELIGIÃO E ESTUDOS DE LÍNGUAS SE ENCONTRAM	51
3.1 Cristianismo católico: origem e desenvolvimento	52
3.2 Pensamento e temática medieval	55
3.3 Marcas discursivas nos textos de temática religiosa	57
CAPÍTULO IV – OS VALORES TEMPORAIS E LOCATIVOS DE ONDE NOS SÉCULOS XIV, XVI E XXI	61
4.1 Sincronia XIV – <i>Virgeu de consolaçon</i> : obra e conteúdo	64
4.1.1 Os dados encontrados	65
4.1.2 Sentidos de <i>onde</i> no século XIV	69
4.1.3 <i>Hu</i> locativo no <i>Virgeu de Consolaçon</i>	72
4.1.4 <i>Hu</i> com valor temporal	77
4.2 Sincronia XVI – <i>Boosco deleitoso</i> : obra e conteúdo	79
4.2.1 Os dados encontrados	82
4.2.2 Um <i>onde</i> no <i>Boosco deleitoso</i>	85
4.2.3 <i>U</i> locativo no <i>Boosco deleitoso</i>	86

4.2.4 <i>U</i> temporal no <i>Boosco deleitoso</i>	91
4.3 Século XXI – Diversos: a modalidade escrita e oral	94
4.3.1 Os dados encontrados	97
4.3.2 <i>Onde</i> locativo na modalidade escrita	99
4.3.3 <i>Onde</i> temporal na modalidade escrita	109
4.3.4 <i>Onde</i> na modalidade escrita eletrônica	111
4.3.5 <i>Onde</i> na modalidade oral	112
CAPÍTULO V – SINCRONIAS EM CONFRONTO E GRAMATICALIZAÇÃO DE <i>ONDE</i>	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Estudos histórico-diacrônicos referentes à Língua Portuguesa têm sido freqüentes no fim do século XX e início do século XXI. Em Portugal, há inúmeras pesquisas a respeito dos primeiros textos escritos em português, quer seja do período arcaico, quer seja do princípio da fase moderna do português. No Brasil, Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico* (1989), realizou importante e pioneiro trabalho de descrição morfossintática do português arcaico, século XIII, por meio de estudos sobre os *Diálogos de São Gregório*. O trabalho é pioneiro porque apresenta, em vários níveis de descrição, o comportamento morfossintático dos elementos no texto, ainda que em muitos aspectos parciais, pois a autora, ao longo de sua obra, aponta temas que, segundo ela, carecem de estudos mais aprofundados, como a ordem dos constituintes da frase e as formas tônicas dos pronomes pessoais empregados como objeto direto.

Ao lado da pesquisadora, outros lingüistas têm se dedicado ao estudo de nossa língua, como os do Grupo de Estudos Funcionalistas (GREF) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerias, cujo um dos membros, Prof^a. Dr^a. Vanda de Oliveira Bittencourt, coordena o projeto *História do português: uma abordagem lingüística e sociocultural*, o qual procura descrever o nosso idioma em suas duas vertentes (brasileira e européia), além de se dedicar a questões taxonômicas, com destaque para os advérbios. Trabalhos de caráter semelhantes e relevantes são desenvolvidos por nomes como os de Ângela Vaz Leão, Ataliba Teixeira Castilho, Carlos Alberto Faraco, Mariângela Rios de Oliveira, Sebastião Josué Votre, Mário Martelotta, Maria Maura Cezário, Evanildo Bechara, Angélica Furtado da Cunha, Sebastião Expedito Ignácio, Maria Luiza Braga, dentre tantos renomados lingüistas.

□ Os resultados dessas pesquisas, bem como outras que estão sendo ou foram desenvolvidas por diversos grupos lingüísticos, vêm contribuindo sobremaneira para os estudos funcionalistas mais recentes, esboçando o interesse pela investigação histórica das mudanças e dos fatos lingüísticos.

Uma das mudanças lingüísticas verificadas no português atual é a variação de usos do advérbio **onde** suplantando o emprego prescrito pela gramática normativa como advérbio ou pronome em referência locativa. Em alguns contextos,

o item em questão é empregado como anafórico retomando noções ou tempo (COELHO, 2001); em outros, é utilizado como conectivo conclusivo ou explicativo (KERSCH *apud* MARINHO, 2002). Há casos ainda em que o elemento apresenta um funcionamento discursivo, ao se observar a possibilidade de ele condensar informações em uma cadeia argumentativa (MARINHO, 2002). Dentre os vários sentidos já verificados, o valor temporal (*Você poderia olhar certas situações do mundo de hoje e concluir **onde** as pessoas se fecham à ação do Reino!*) é um dos que nos chama atenção pelo fato de o conceito de tempo ser a metáfora mais próxima de espaço na expressão lingüística portuguesa, cujos exemplos são encontrados tanto na oralidade quanto na escrita.

Para explicar essas mudanças lingüísticas, os estudos sobre gramaticalização têm se mostrado como um dos caminhos mais requisitados, pois a língua está em constante processo de transformação. Para que se compreenda esse processo, é fundamental que sincronia e diacronia caminhem lado a lado permitindo abordar a origem das formas gramaticais e suas trajetórias de mudanças.

A utilização dessa teoria no estudo do elemento **onde** reside também no fato de os advérbios, à luz da Gramaticalização, serem considerados categoria intermediária, o que significa servir como ponto de passagem de palavras lexicais (palavras, vocábulos que são formas livres e que se opõem a outros para constituir a frase) para gramaticais (grupos fechados de elementos). Desse modo, as variações encontradas quanto ao conceito e aos usos dos advérbios são passíveis de entendimento.

Outro aspecto relevante nos estudos sobre mudanças lingüísticas é a pesquisa realizada com base em textos produzidos no período arcaico da Língua Portuguesa. Mattos e Silva (2006) afirma que, nessas sincronias, o português ainda não segue uma norma (as primeiras gramáticas surgem apenas após 1530) e que a variação é uma característica marcante. Há variações na grafia, na morfologia e na sintaxe, o que, em muitos casos, evidencia a aproximação dessas produções da linguagem falada na época, tornando-se uma contribuição importante para o entendimento da linguagem no período e o fornecimento de subsídios para a compreensão das variantes existentes até hoje, muitas vezes não-restritas apenas a uma região geográfica.

As considerações supracitadas, relacionadas à pesquisa sobre a mudança lingüística do advérbio e ao período anterior do português, levam à inquietação que

justifica este trabalho: investigar o item **onde** na modalidade escrita dos séculos XIV e XVI e nas modalidades escrita e oral do século XXI, baseado nos estudos sobre gramaticalização. Objetiva-se, especificamente:

- analisar as ocorrências desse elemento em produções dos períodos supracitados, atendo-nos aos empregos relativo locativo (casos de anáfora em que o **onde** retoma sintagmas que, semanticamente, indicam lugar) e emprego temporal, visto que o tempo é a metáfora mais próxima do conceito de espaço;
- confirmar os pressupostos de Braga e Manfili (2004) acerca da substituição do **onde** por um sintagma preposicionado em casos de retomada de entidades geográficas que apresentem, além da indicação da categoria a que pertencem, a designação por nome próprio: *O monte Sinai onde /no qual Deus se manifestou*;
- verificar em que estágio(s) da gramaticalização se encontra o item, a fim de explicar a trajetória de mudança lingüística por ele percorrida.

Com base no objeto de estudo, a escolha dos *corpora* é realizada mediante a constatação de que, para apontar transformações diacrônicas, é preciso estudar estados distintos da língua para que seja possível compará-los, revelando as mudanças lingüísticas. Mediante esse fato, escolhemos os séculos XIV e XVI por compreenderem o momento de transição entre o português arcaico e o moderno, constituindo importante fonte de dados para pesquisas, e o século XXI, por corresponder ao momento atual da Língua Portuguesa.

A presente investigação analisa as ocorrências do **onde** nas obras religiosas *Virgeu de consolaçon*, edição crítica de Albino de Bem Veiga (1958), e *Boosco Deleitoso*, texto de 1515, edição crítica de Augusto Magne. Completam os *corpora* revistas, jornais, panfletos e livros escritos por religiosos católicos a partir do ano de 2001, textos veiculados em sites católicos e textos orais produzidos também por clérigos em sermões e em palestras transmitidas pela rede de televisão Canção Nova, Rede Vida e por uma emissora radiotransmissora da cidade de Tupã, SP.

É preciso ressaltar que, nos textos publicados entre os séculos XIV e XVI, encontramos registros do item **onde** e de suas variantes arcaicas *u/hu*. Diante desse fato, a análise contemplará as três formas porque, embora de origem e empregos distintos, uma vez que *u/hu* (do latim *ubi*) significa “onde”, “para onde” e **onde** (do

latim *unde*) indica “de onde”, conforme expõe Mattos e Silva (1989), as formas *u/hu* são variantes e desaparecem no português moderno.

As obras escolhidas são textos de temática religioso-católica, os quais, nas palavras de Oliveira, Cezário e Albani (2005), têm como finalidade repassar os preceitos, os dogmas cristãos a jovens e a adultos. Por essa função, esses escritos são retóricos e trabalham com a oposição em muitas passagens. Essas oposições são, em sua maioria, locativas – terra/céu; paraíso/inferno – marcas discursivas dos textos religiosos e que se revelam por meio do uso de advérbios. Além das oposições, as obras religiosas compõem-se de seqüências narrativas, com vistas a persuadir o leitor à evangelização.

A adoção de uma temática como seleção para os *corpora* se pauta na observação de que muitas pesquisas pancrônicas contrapõem produções arcaicas (textos religiosos ou documentos) com gêneros textuais contemporâneos diversos. Questiona-se se uma análise realizada tendo como base a mesma tipologia sinaliza os mesmos valores semânticos do **onde**, trazendo novas contribuições para o entendimento da trajetória de gramaticalização desenvolvida por esse item adverbial. Diante dessa inquietação, o presente trabalho elege apenas o texto religioso para análise, quer seja do período arcaico, quer seja do novo milênio.

As bases teóricas da pesquisa estão subsidiadas na abordagem funcionalista, uma vez que as características das obras analisadas (função evangelizadora, discurso voltado para expressar os dogmas cristãos) remetem ao caráter funcional da língua (a interação entre falante e seu destinatário envolve funções da língua), preceito básico do funcionalismo. Além disso, a investigação de formas gramaticais em processo de recategorização leva o pesquisador a buscar conhecimentos no processo de gramaticalização, o qual se insere nos estudos funcionais. Desse modo, o primeiro capítulo discorre, justamente, sobre esse processo de mudança lingüística, destacando as discussões sobre a conceituação e as proposições de estágios e de fases do fenômeno.

O segundo capítulo concerne aos advérbios, classe gramatical em que se insere o item **onde**, tendo em vista a sua etimologia. Contemplamos diversas definições atribuídas aos elementos adverbiais, bem como os estudos específicos sobre o item pesquisado. Abordamos, ainda, a fronteira tênue existente entre a conceituação de espaço e de tempo na Língua Portuguesa.

Uma breve abordagem sobre o Catolicismo e as marcas discursivas dos textos religiosos encontra-se no terceiro capítulo, pois subsidiam a análise dos dados constantes no quarto capítulo, no qual apresentamos o levantamento das ocorrências de **onde** ao longo das obras consultadas. Uma vez realizado esse levantamento, isolamos os empregos como relativo locativo e como temporal do elemento pesquisado. Os registros são analisados isoladamente, verificando o contexto semântico-sintático em que ocorrem, bem como, nos casos previstos, a confirmação das proposições de Braga e Manfili (2004). Ao final, confrontamos os dados provenientes das três sincronias, com o intuito de identificar o processo de gramaticalização do item.

Empregamos o método de abordagem dedutivo, a fim de confirmar as premissas, conforme apontam Lakatos e Marconi (1991), e o método de procedimento comparativo, pois, por meio da análise, buscamos verificar se há similitudes e divergências entre as três fases do português.

Esperamos que esta pesquisa auxilie o docente quanto à sua prática em sala de aula, com destaque para a análise lingüística, uma vez que dados históricos da Língua Portuguesa permitem compreender fenômenos lingüísticos atuais. O trabalho pode, dessa forma, levar a uma mudança de postura do professor, visto o nosso passado lingüístico estar na nossa frente, pois hoje empregamos o item **onde** com funções “inusitadas” que, na verdade, aproximam-se muito daquilo que já ocorria no período arcaico. Diante da ampliação dos conhecimentos sobre a funcionalidade e estruturação de nosso idioma, é possível fazer que o aluno repense sua escrita e reflita sobre sua competência comunicativa.

CAPÍTULO I

GRAMATICALIZAÇÃO: CONCEITOS, ESTÁGIOS E PRINCÍPIOS

O estudo do processo de gramaticalização não constitui uma tarefa simples, justificada pela diversidade de pesquisadores que o fazem e pela profunda discussão existente acerca do estabelecimento de um conceito único e de princípios norteadores do fenômeno.

Dessa forma, tendo em vista os objetivos do presente trabalho, delimitamos os aspectos da gramaticalização a serem abordados neste capítulo. Privilegiamos a origem do processo, tecemos alguns comentários quanto aos problemas de conceituação, ressaltando os mais conhecidos, e descrevemos os princípios e estágios mais difundidos.

1.1 Mudança lingüística e gramaticalização

As línguas humanas não são estáticas; mudam continuamente, ainda que de maneira lenta. Essas mudanças lingüísticas podem ocorrer em qualquer segmento de uma língua e são observadas nos diferentes níveis da análise lingüística, como o fonético-fonológico, o morfológico, o sintático, o semântico, o lexical e o pragmático.

Entre as mudanças mais estudadas, estão as alterações fonético-fonológicas, cuja literatura se apresenta mais refinada. As reduções de *Vossa Mercê* para *você*, *está* para *tá*, *não é* para *né* são exemplos de mudanças fonéticas com ampla discussão. Aos demais níveis, de acordo com Faraco (2005), são dedicados estudos mais fragmentados.

Nas últimas décadas, entretanto, as mudanças relacionadas ao nível sintático tornaram-se foco de pesquisas com a retomada dos estudos sobre gramaticalização (cujos reflexos podem estender-se aos demais níveis, como o morfológico, o semântico e o fonológico).

Hermann Paul (1886) é um dos principais neogramáticos a discorrer sobre a mudança lingüística. Seus estudos influenciam diversos pesquisadores e, embora

seu nome não esteja associado à gramaticalização, suas reflexões contribuem para o entendimento sobre esse fenômeno. O autor salienta que a mudança

[...] baseia-se, como vimos, na natureza da evolução da língua, o facto de se formarem em nós continuamente *uma pluralidade de palavras, formas e construções equivalentes*. Uma das causas deste fenômeno é a formação por analogia; podemos considerar como segunda causa uma evolução semântica convergente de vários lados, como terceira acrescentaremos a adopção duma palavra estrangeira para uma noção já representada por uma palavra da língua materna [...]. Mas o aparecimento duma tal abundância, se é inevitável, é também incapaz de se manter por muito tempo. *A língua não tende para o luxo* (PAUL, 1886, p. 267).

Para “remover” o luxo da língua, Paul (1886) entende que é necessário o desaparecimento das várias formas e expressões existentes, conservando apenas uma delas. Conforme os estudos sobre gramaticalização, as formas (novas e antigas) coexistem durante muito tempo e, para cada fase do processo, há um princípio estabelecido, cuja função é descrever o trajeto percorrido pelas formas até o seu desaparecimento. As palavras do autor referem-se a esses princípios, ainda que o autor não faça qualquer referência a essa teoria.

Ao lado dos neogramáticos, os estruturalistas também formulam teorias acerca da mudança lingüística, como a Teoria da Deriva, desenvolvida por Sapir (1921). Segundo ele, a linguagem move-se em um curso próprio, ou seja, tem uma deriva. No campo fonológico, a contribuição de Roman Jakobson é de grande importância ao demonstrar que a abertura silábica do latim determinou o fim dos casos, culminando na atribuição de valores gramaticais à ordem das palavras. As mudanças morfológicas, como o desaparecimento do particípio presente e sua substituição pelo gerúndio é um dos vários pontos analisados pelos adeptos do Estruturalismo.

Alguns lingüistas adotam a Teoria da variação e mudança, com base nos ensinamentos de Labov. A variação lingüística levaria ao fenômeno da mudança, pois, se há variação, as formas competem e uma delas predomina ante as demais. Weinreich, Labov e Herzog (2006) destacam pontos fundamentais para essa teoria, como o reconhecimento da existência de princípios que governariam as mudanças.

O estudo da mudança adquire ênfase também com o advento do Funcionalismo, quando o tratamento dispensado à gramática passa a se construir a partir do funcionamento da língua, o que envolve a interação entre falante e seu

destinatário. As estruturas são variáveis e se moldam aos usos da língua ao longo do tempo. As mudanças ocorridas motivam-se pelas necessidades comunicativas ou pela ausência de designações para certos conteúdos cognitivos.

Nessa perspectiva teórica, a gramaticalização se apresenta como um dos processos de criação lingüística. Isso se deve ao fato de que as línguas estão em constante processo de mudança, fruto das inovações de vocabulário e de sintaxe, demonstrando que, segundo Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003, p. 50), “a gramática está num contínuo fazer-se, o que nos permite falar de uma relativa instabilidade da estrutura lingüística”. Resultado desse raciocínio é a gramática emergente a que Paul Hopper se refere. O autor acredita que a língua natural é incompleta, inacabada. Tudo é provisório na língua, estando as formas sujeitas à renovação e ao abandono.

Como há a instabilidade de estruturas no discurso¹, a regularidade, que se converte em norma, integrando a gramática de uma língua, aparece apenas depois que o emprego casual de uma expressão se torna fixa. O discurso é ponto de partida para a gramática, bem como seu ponto de chegada. Quando uma palavra se torna freqüente, ocorrendo de forma fixa, ela deixa o discurso e vai para a gramática. Ocorre o inverso quando uma palavra gramatical passa a ser usada de forma não-previsível: ela sai da gramática e vai para o discurso. Quanto mais freqüente for o uso da forma, mais gramaticalizada ela é. A respeito disso, Castilho (2006) comenta que um item lexical passível de sofrer o processo de gramaticalização, deve “dispor de traços semânticos” e “de propriedades discursivas” capazes de lhe permitir atuar como um coesivo ou marcador conversacional. Mais adiante, o lingüista acrescenta que “qualquer expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, variando o grau de saliência entre elas, por razões ainda pouco claras” (CASTILHO, 2006, p. 250). Dessa forma, a rigidez em se identificar um marco inicial e outro final no processo de mudança torna-se inconsistente, visto que toda palavra apresenta, ao mesmo tempo, todas as propriedades.

A teoria da gramaticalização propõe explicar esse processo de mudança por meio dos estudos das transformações pelas quais um item lexical passa, assumindo

¹ Discurso, nesse sentido, está relacionado a “estratégias criativas utilizadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação comunicativa” (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 50).

sentidos e funções de ordem intralingüística. Essas mudanças originam as palavras gramaticais, constituindo

[...] etapas de processos diacrônicos, resultantes de mudanças que afetaram palavras lexicais, nos níveis semântico, sintático, mórfico e fônico. [...] A gramaticalização tenta explicitar essa passagem, pelo estudo do uso, detecção dos contextos semântico-sintáticos e aproximações distributivas ou de sentido que a teriam possibilitado. Se concentra a observação no estudo do significado, postulam-se metáforas e processos assemelhados, que fazem um signo lingüístico “descolar” suas partes constituintes, permitindo seu deslizamento, no âmbito do significado e/ou do significante, através da estrutura lingüística (COSTA, 2004, p. 49).

Paul (1886) emprega os termos categoria psicológica e categoria gramatical para designar palavra lexical e palavra gramatical, respectivamente. Por meio de suas palavras, salienta-se, mais uma vez, seu entendimento sobre a gramaticalização e os elementos que a ela estão associados:

Toda categoria gramatical se cria com base numa categoria psicológica. A primeira não é originalmente mais do que a passagem da segunda a fenómeno exterior. Logo que é possível reconhecer a acção da categoria psicológica nos meios de expressão lingüística, aquela torna-se gramatical. Mas a criação da categoria gramatical não anula a acção da psicológica. Esta é independente da língua. Assim como já existe antes a primeira, continua a actuar também depois do aparecimento desta. [...] a categoria gramatical é, de certo modo, uma congelação da categoria psicológica. Prende-se a uma tradição sólida. Ao contrário a categoria psicológica permanece sempre livre, vivamente activa, podendo adquirir formas múltiplas e diversas conforme a concepção individual. A isto vem juntar-se que a alteração semântica tem muitas vezes influência no facto de a categoria gramatical nem sempre ficar adequada na psicológica. Surgindo depois de novo uma tendência para a compensação, produz-se uma modificação da categoria gramatical, podendo nascer então também relações duplas especiais que não permitam uma subordinação simples às categorias até então existentes (PAUL, 1886, p. 279).

Hopper (1991) remete a Meillet (1975) ao se referir à definição mais conhecida sobre gramaticalização: a atribuição de um carácter gramatical a uma palavra autônoma. Meillet é pioneiro ao definir esse processo e ao justificar a relevância desse estudo para a lingüística. Em sua obra, *L'évolution des formes grammaticales*, o autor destaca, conforme Longhin (2003), dois processos

responsáveis pelo surgimento de formas gramaticais: a analogia e a gramaticalização.

A analogia, segundo Castilho (1997a, p. 29), “é uma sorte de aproximação psicológica entre categorias em ausência, isto é, entre categorias situadas no eixo paradigmático”. Por esse processo, há a extensão de uma regra a outros itens. Na língua portuguesa, exemplifica-se a analogia na fonologia por meio da nasalização do item adverbial *sim*. Do latim *sic*, a forma nasalizou-se devido a sua relação antonímica com *não* (< *non*).

Meillet (1975), ao mencionar a analogia como processo de criação de formas, retoma Hermann Paul (1889), pois este já dispensara considerações sobre esse tipo de mudança, verificada especialmente na linguagem infantil. O neogramático expõe que

[...] uma forma já existente, com significação idêntica, não desaparece subitamente com o aparecimento do neologismo análogo. Não é concebível que a primeira empalideça simultaneamente em todos os indivíduos, de forma que a palavra formada por analogia possa impor-se sem obstáculos. Muito mais frequentemente acontece que alguns indivíduos conservam sempre a velha fórmula enquanto outros se servem já do neologismo. Mas continuando a haver entre uns e outros um convívio constante, acabará por dar-se um ajustamento. Portanto ambas as formas têm de tornar-se correntes para um número maior ou menor de indivíduos. Só depois de longa luta entre ambas as formas é que o neologismo pode reinar sozinho (PAUL, 1889, p. 125-126).

O segundo procedimento, a gramaticalização, é para Meillet (1975) mais importante, porque pode transformar o sistema lingüístico ao criar formas que substituem as existentes ou “introduzir categorias para as quais não havia expressão lingüística antes” (LONGHIN, 2003, p. 9).

Para o pesquisador, o processo considerado é principalmente diacrônico e gradual. Haveria, para o lingüista, três classes de palavras: palavras principais (um verbo locativo, por exemplo), palavras acessórias (um verbo de ligação) e palavras gramaticais (um verbo auxiliar), entre as quais há uma transição gradual que estaria relacionada ao esvaimento de sentido e de forma. Essa transição decorre da unidirecionalidade (posteriormente explanada) do processo. Dessa forma, no ponto de partida da gramaticalização, haveria um item lexical e, no ponto de chegada, um item gramatical.

Mesmo diante dos estudos de Meillet, os trabalhos sobre gramaticalização ficaram relegados a um segundo plano por várias décadas, devido à publicação da obra de Ferdinand de Saussure. Weinreich, Labov e Herzog (2006) assinalam que os estudos de Saussure, quanto à mudança lingüística, não trouxeram maiores contribuições do que os de Hermann Paul. Apenas na década de 70 é que houve interesse pelo resgate da teoria sobre gramaticalização por meio de autores como T. Givón, B. Heine, P. Hopper, E. Traugott, C. Lehmann, entre outros.

Na introdução da obra *Approaches of gramaticalization*, Heine e Traugott (1991) refletem sobre as diferentes visões teóricas a respeito da gramaticalização, das divergências acerca da definição e das opções de terminologia. Sobre esta última, os pesquisadores informam que não há um consenso quanto à adoção de um termo único. Os diversos autores que tratam do assunto fazem uso de diferentes perspectivas e de nomenclaturas distintas para conceituar esse processo. Dessa forma, é possível encontrar designações como *gramaticalização*, *gramaticização*, *sintaticização*, *descoramento semântico*, *enfraquecimento semântico*, *desvanecimento semântico*, *reanálise*, *condensação*.

Para Hopper e Traugott (1993), há uma divergência entre gramaticalização e gramaticização, residente no fato de a primeira associar-se a uma visão diacrônica e a segunda ligar-se a uma perspectiva sincrônica. Outros termos empregados designam, na verdade, apenas aspectos, princípios do processo.

Ao lado da definição clássica de Meillet (1975), está a de Kurylowicz (apud NEVES, 2004, p.115): “processo em que se verifica a ampliação dos limites de um morfema, cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática, ou de um nível menos gramatical para mais gramatical, isto é, de formante derivativo para formante flexional”. Heine e Reh (apud HEINE; TRAUGOTT, 1991) postulam que se trata de uma evolução lingüística em que unidades perdem em complexidade semântica, significado pragmático, liberdade sintática e substância fonética.

Heine e Traugott (1991) acreditam que o processo em questão diz respeito à parte da teoria da linguagem que tem por objeto a interdependência entre *langue* e *parole*, entre o categorial e o menos categorial, entre o fixo e o menos fixo na língua.

Castilho (1997a, p. 7) define esse processo como

[...] o trajeto empreendido por um item lexical, ao longo do qual ele muda de categoria sintática (= recategorização), recebe propriedades

funcionais na sentença, sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, deixa de ser uma forma livre, estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização externa. Esse trajeto se dá tanto no tempo real quanto no tempo aparente. Num sentido mais amplo, a gramaticalização é a codificação de categorias cognitivas em formas lingüísticas, aí incluídas a percepção do mundo pelas diferenças culturais, o processamento da informação, etc.

Hopper e Traugott (1993) definem gramaticalização como o processo em que itens ou construções gramaticais passam, em determinados contextos lingüísticos, a serem empregados com funções gramaticais. Ao gramaticalizarem-se, essas expressões continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Outro aspecto divergente nos estudos sobre a gramaticalização envolve a questão da sincronia e da diacronia. Durante anos, a lingüística diacrônica “abrigou” os estudos sobre gramaticalização, para fins de análise e de reconstrução da história de uma língua. A partir dos anos 70, questionamentos a respeito da interação sincronia/diacronia despertaram novos olhares para esse processo. Hopper e Traugott (1993) destacam duas perspectivas para estudar a gramaticalização: uma de forma histórica e outra sincrônica. Alguns autores, como Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), propõem a adoção de uma visão pancrônica do fenômeno, uma vez que as mudanças, ao longo do tempo, explicam alterações sincrônicas; envolvem o sistema e o uso. A adoção de apenas uma das abordagens não permite a observação da “natureza sistemática e estável das relações polissêmicas, dos usos e das construções em que se encontram os itens focalizados” (FURTADO DA CUNHA, OLIVEIRA E MARTELOTTA, 2003, p. 73).

Diante da consideração de que um elemento pode adquirir novos sentidos sem perder os antigos, Votre *et al.* (1999) reafirmam a adoção da pancronia nos estudos sobre gramaticalização e elencam os motivos que levam os pesquisadores a adotá-la. Para os lingüistas, ela amplia as explicações a respeito da teoria lingüística: mostra como uma forma passou a desempenhar a nova função, além do fato de que, para reconstruir a gramática de uma língua morta, é preciso testar em uma língua viva, conforme reitera Hopper e Traugott (1993).

Outra razão favorável à pancronia se refere aos fatores cognitivos e comunicativos do significado gramatical, os quais são revelados pela mudança lingüística. As generalizações também contribuem para a adoção da interação sincronia/diacronia, porque as mais efetivas envolvem o trajeto percorrido por uma

forma, o que não ocorre quando são feitas com base em um recorte sincrônico. A instabilidade da língua finaliza os motivos de Votre *et al.* (1999).

Atendo-se ainda a discussões a respeito da diacronia, Givón (*apud* NEVES, 2004) afirma que, no decorrer do tempo, uma construção pode se desenvolver. O autor inclui em seus estudos referências à pragmática, pois argumenta que não há apenas mudança de item lexical para gramatical, mas também ocorre a passagem de padrões discursivos em gramaticais. O pesquisador também defendeu a Teoria do Discurso (que postula ser o discurso prioridade em relação à gramática), analisando a língua falada.

Para o lingüista, o ponto de partida da mudança é um elemento do discurso. Por meio da trajetória: *discurso* > *sintaxe* > *morfologia* > *morfofonêmica* > *zero*, um item se desenvolve, transformando-se em estruturas gramaticalizadas. De acordo com Longhin (2003), Givón vê como sinônimos gramaticalização e discursivização. Castilho (2006) salienta que a idéia de discurso como o gatilho dessas modificações encontram comprovações em estudos sobre a língua falada.

A problemática que envolve os estudos sobre gramaticalização avança quando se tentar estabelecer o ponto de partida do processo em questão. Alguns pesquisadores, como Lehmann (*apud* CASTILHO, 1997a), postulam que há uma unidirecionalidade, pois acreditam que a mudança ocorre sempre em uma única direção, de forma que não há possibilidade de reversão.

A esse respeito, Givón (*apud* FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003) estabelece um esquema representativo dos processos diacrônicos que regularizam a língua: *discurso* → *sintaxe* → *morfologia* → *morfofonologia* → *zero*. De acordo com o pesquisador, um item lexical passa a exercer função gramatical por meio do uso, seguindo uma direção única. O elemento *mal*, por exemplo, era um advérbio latino (*male*), que passou a ser empregado como substantivo (*malum, i*), advérbio (*mal*) e prefixo latino (*male*). A partir desses três usos, chegou-se ao Português atual empregado como substantivo, prefixo e conjunção temporal (*mal*). Nesse processo, ao ser utilizado como prefixo, houve a mudança do elemento de forma livre para forma presa.

Heine e Traugott (1991) comentam sobre a unidirecionalidade a partir das mudanças que compreendem a passagem do concreto para o abstrato: a abstratização. Na concepção dos autores, o esquema representativo desse processo seria: *espaço* → *tempo* → *texto*. Essa escala permite dois desdobramentos: o

primeiro envolve o surgimento de categorias lexicais, cuja origem é um item lexical de sentido concreto. Retoma-se aqui o exemplo recorrente do verbo *ir* empregado como auxiliar de futuro no Português Brasileiro. O segundo desdobramento diz respeito à abstratização progressiva de significado de um elemento, sem que haja mudança na categoria gramatical a que ele pertence, o que ocorre com **onde** ao ser empregado como temporal, estendendo, ainda, seu uso como marcador de pausas. Nesse último caso, torna-se um conectivo vazio de significado. A trajetória de mudança de muitos advérbios para conjunção evidencia que, em alguns casos, é possível observar o status *espaço > texto*, sem que o elemento apresente, em um determinado momento, o valor temporal. É o caso de elementos indicadores de espaço que são utilizados para designar pontos no texto. Esses usos contribuem para o desenvolvimento da função de conjunção do elemento, como o que acontece com *isso*, empregado por conjunção conclusiva quando associado à preposição *por*.

Outros autores propõem escalas similares à de Heine e Traugott (1991), como Sweetser (*apud* VOTRE *et al.*, 2003): *universo histórico-social > experiência fundante > ato de fala*. Heine *et al.* (*apud* HEINE; TRAUGOTT, 1991) postulam que a trajetória de abstração envolve: *corpo > objeto > processo > espaço > tempo > qualificação*, cuja explanação se encontra no tópico 1.2.

1.2 Princípios e estágios da gramaticalização

Na tentativa de explicar as trajetórias percorridas pelos itens no processo de gramaticalização, alguns autores procuraram estabelecer alguns princípios e/ou estágios capazes de apontar se um elemento está mais ou menos gramaticalizado. Entretanto, mediante a amplitude de lacunas que permeiam os estudos sobre esse processo, as propostas existentes não são consistentes.

Castilho (1997a), com base em Lehmann, destaca estágios ou fases do processo de gramaticalização, fazendo uma leitura própria: *sintaticização, morfologização, redução fonológica e estágio zero* (que ocorre simultaneamente com as alterações semânticas e constitui estruturas abstratas que, por não atenderem mais à competência comunicativa, desaparecem).

De modo geral, a *sintaticização* envolve recategorização sintática e categorização funcional, ou seja, o elemento muda de classe gramatical ou assume funções diferentes daquelas que lhe eram atribuídas. A *recategorização* é comumente apresentada como um processo de composição e/ou de derivação. Observa-se, na mudança de classe gramatical, o seguinte *continuum*, proposto por Hopper e Traugott (1993, p. 104): “Categoria maior [verbo, nome, pronome] > Categoria mediana [adjetivo, advérbio] > Categoria menor [preposição, conjunção]”.

Castilho (2006), entretanto, chama atenção para a exposição dessa linha, pois, sob esse *continuum*, verificam-se diversos pontos questionáveis: como as categorias lexicais dão origem a categorias gramaticais, será que os itens lexicais realmente possuem propriedades gramaticais, capazes de agrupá-los em categorias e, se não tiverem, como seria possível entender a postulação de classes como as supracitadas, divididas em maiores, intermediárias e menores? Ainda é necessário ressaltar que os itens, se não tiverem esse estatuto categorial configurado, permitirão identificar suas mudanças de forma linear? Conforme o mesmo pesquisador, um item apresenta as propriedades gramaticais, discursivas, lexicais e semânticas simultaneamente, o que dificultaria o estabelecimento de uma linha capaz de demonstrar claramente o caminho percorrido durante a mudança lingüística.

Castilho (1997a) exemplifica a recategorização com a transformação de verbos plenos² em verbos funcionais³ e auxiliares⁴, como o verbo *ir* usado em construções perifrásticas de futuro: *Vou viajar* no fim de semana. Note-se que *ir*, no exemplo, perdeu o sentido de movimento que originalmente lhe era atribuído, passando a indicar futuridade. O autor também ilustra a recategorização de formas que se gramaticalizaram em advérbios:

Outro fenômeno que pode aqui ser capitulado é a progressiva abstração do N tipo no português falado. De ‘isto aqui é um tipo de camisa’, em que tipo é o núcleo do SN [um tipo de camisa], temos inicialmente a reanálise dessa unidade, em que tipo cede o núcleo camisa, recategorizando-se como Especificador desse SN, constituindo a expressão adverbial Delimitadora. Num segundo momento, tipo se localiza fora do SN, ampliando seu uso, como em ‘bom... tipo... que tal comer uma pizza?’ (CASTILHO, 1997a, p.14).

² Núcleos de predicado.

³ Indicam o modo, o tempo, o número e a pessoa em construções com verbo-suporte.

⁴ Além de atribuir aos verbos plenos as categorias de número e pessoa, também indicam tempo, modo e aspecto.

Observa-se ainda que o tempo futuro expresso por morfemas, por sua vez, é resultado de mudança, pois em latim era realizado por meio do emprego de uma perífrase formada pelo verbo principal e o verbo *habere*, como em *amare habeo* (hei de amar). Com a evolução da língua, passou a ser expresso por morfemas: amar + *ei*. No atual Português Brasileiro, uma nova perífrase temporal se estabelece com o uso do *ir* desprovido do seu sentido original de movimento. No exemplo *Vou viajar no fim de semana*, verifica-se a inovação do uso de um verbo pleno em auxiliar, marcador de tempo futuro.

A categorização funcional não dispõe de muitas pesquisas a respeito, segundo Castilho (1997a). A título de exemplificação, o autor relata que a ordem dos constituintes funcionais, sujeito-verbo, é predominante no Português Contemporâneo, contrariando o que ocorria em períodos mais afastados, quando Pontes (*apud* CASTILHO, 1997a) constatou que 42% das ocorrências no século XVIII apontavam para o uso da ordem verbo-sujeito.

Outra fase da gramaticalização é a *morfologização*, entendida como “a criação de formas presas, seja afixos flexionais, seja afixos derivacionais” (CASTILHO, 1997a, p. 19). Para o autor, no Brasil, diante das modificações no quadro pronominal da língua portuguesa, haverá a possível cliticização dos pronomes pessoais ao verbo e o surgimento de prefixos com função número-pessoal.

A *redução fonológica* consiste na fusão de formas livres, transformando-se em formas presas. Exemplo típico desse estágio seria a redução da forma trissilábica *habeo* para a forma *ei*, um ditongo, formando o futuro nas línguas românicas.

No *estágio zero*, um morfema pode desaparecer e reiniciar o processo de gramaticalização por meio de uso de expressões perifrásticas para representar o conceito cuja forma desaparecera. Segundo Poggio (2004), o desaparecimento do futuro sintético do latim e a probabilidade de o futuro sintético do português ter o mesmo fim do latino são exemplos do estágio zero.

Percebe-se que, durante essas fases, os itens sofrem alterações semânticas ao perderem seu sentido original. Os mecanismos contribuidores para essas mudanças são comumente a metáfora e a metonímia.

Referências a essas formas de alteração semântica são feitas por Heine e Traugott (1991), os quais comentam sobre a abstratização metafórica, mudança que

compreende a passagem do concreto para o abstrato. Heine *et al.* (1991), referindo-se a Werner e Kaplan (*apud* NEVES, 2004), salientam que princípios concretos são utilizados na explicação, na descrição ou no entendimento de fenômenos menos concretos. Desse modo, tempo é entendido em termos de espaço, causa em termos de tempo etc. A partir de considerações como essas, a metáfora passa a ser entendida como base da gramaticalização.

Neves (2004) explica que a metáfora tem por função a expressão de uma coisa pela outra e que a base metafórica da gramaticalização pode ser compreendida por meio das tendências caracterizadoras de mudança lingüística formuladas por Genetti (*apud* NEVES, 2004, p. 133):

1. os significados baseados na situação externa passam a significados baseados na situação interna (avaliativa/perceptual/cognitiva);
2. os significados baseados na situação externa ou interna passam a significados baseados na situação textual (= coesiva);
3. os significados tendem a tornar-se cada vez mais baseados na atitude subjetiva do falante diante da situação.

Heine *et al.* (1991) postulam que a análise de mudanças semânticas com base na metáfora pode ser feita de acordo com um arranjo de categorias conceptuais, em que cada uma delas se conceptualiza por uma outra categoria à sua direita. Eis a escala de categorias conceptuais proposta pelos autores:

PESSOA > OBJETO > ESPAÇO > TEMPO > PROCESSO > QUALIDADE

A escala acima constitui uma escala de abstratização porque o avanço para a direita indica a possibilidade de conceptualizar-se. De acordo com as palavras dos autores, qualquer elemento da escala pode ser conceptualizado como um elemento à sua direita, o que ocorre, a título de exemplificação, com o nome *pé*, que, designando uma parte do corpo de uma PESSOA, passa a se referir a uma parte de um OBJETO (*pé da cadeira*).

A metáfora pode ampliar uma categoria e, às vezes, o protótipo, como pondera Givón (*apud* NEVES, 2004). O protótipo seria o elemento com maior número de características importantes e todos os outros deveriam classificar-se com base nesse protótipo. As formas *e*, *ou* e *se*, por exemplo, seriam classificadas como protótipos de sua classe porque correspondem a formas que no latim já

desempenhavam função de conjunção. Entretanto a forma *não obstante*, gramaticalizada como conjunção, em sua origem consistia em um particípio presente, o que a afasta do modelo prototípico proposto para sua classe.

Esse processo evoca mudança de sentido, envolvendo também um processo cognitivo, o que estaria ocorrendo com o advérbio **onde**, cujo sentido locativo coexiste com valores nocionais, temporais, conclusivos, entre outros.

Ao lado da metáfora, a metonímia também contribui para explicar mudanças semânticas. Para Sperber e Wilson (*apud* NEVES, 2004, p. 137), metonímia é “a manipulação pragmático-discursiva pela qual os conceitos são sujeitos a fatores contextuais na interpretação de enunciado”. Castilho (1997a) conceitua a mudança metonímica como a alteração semântica desencadeada por itens que se associam de forma sintática, consistindo um processo estrutural. A negativa francesa serve de exemplo porque o elemento *passu* (passo), ao assimilar um sentido negativo de *non*, que não era seu, deu surgimento a um novo advérbio de negação (*ne...pas*).

Os trabalhos de Heine e Reh (*apud* HOPPER; TRAUGOTT, 1991) constituem-se as primeiras referências sobre gramaticalização no que diz respeito ao estabelecimento de “princípios”. A obra dos autores apresenta sete desses princípios, os quais, segundo os lingüistas, são comuns a qualquer processo. São eles:

- a) quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional, e/ou valor expressivo;
- b) quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde em pragmática e ganha em significância sintática;
- c) quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais reduzido é o número de membros que pertencem ao mesmo paradigma morfossintático;
- d) quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais sua variabilidade decresce, isto é, sua posição se torna fixa na oração;
- e) quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais seu uso se torna obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros;
- f) quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela se funde semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades;
- g) quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde na substância fonética.

Na literatura relacionada, há também cinco princípios estabelecidos por Lehmann (*apud* CASTILHO, 1997a):

1. *paradigmatização*: as formas gramaticalizadas se integram em paradigmas menores e homogêneos;
2. *obrigatoriedade*: as formas tendem a se tornar obrigatórias nas sentenças da língua. É o caso do futuro latino perifrástico, que no português se reduziu a um morfema: amar + ei < *amare habeo*;
3. *condensação*: as formas tendem a se tornar mais curtas. As reduções fônicas de você para “ocê” ou mesmo “cê” servem como exemplo;
4. *aglutinação/coalescência*: as formas adjacentes tendem a aglutinar-se. Hintze (2003) exemplifica a forma *mea domina* que se aglutinou em *madame*;
5. *fixação*: ordens linearmente livres tendem a se fixar, como a ordem sintática portuguesa (sintagma nominal + verbo + complementos).

Hopper, em seu texto clássico *On some principles of gramaticalization* (1991), estabelece outros princípios. O lingüista ressalta, ao estabelecer as etapas desse processo de mudança lingüística, o seu objetivo em suplementar a caracterização proposta por C. Lehmann (*apud* CASTILHO, 1997a), cujas proposições explicam a gramaticalização de formas em estágios bem avançados, nos quais o reconhecimento do processo é inegável. Para Hopper (1991), os princípios devem buscar responder à questão do “mais ou menos” gramaticalizado, identificando fases anteriores ao estágio em que as formas seriam consideradas parte da gramática.

Dessa forma, Hopper (1991) aponta cinco princípios:

1. *estratificação*: dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas emergem continuamente. Quando isso ocorre, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas. No português atual, por exemplo, o uso do pronome de tratamento você com função de pronome pessoal concorre com o *tu*, assim como a expressão *a gente* compete com as formas *eu* e *nós*;
2. *divergência*: quando a forma lexical se gramaticaliza em um clítico ou em um afixo, a forma lexical original permanece como um elemento autônomo e sofre as mesmas mudanças que um item lexical comum. Também é

entendida como um caso especial de estratificação, visto que esta envolve graus de gramaticalização em domínios funcionais similares, ao passo que a divergência é aplicada a casos em que uma palavra lexical se torna gramaticalizada em um determinado contexto, mas não em outro. A forma *gente* (da expressão *a gente*) mantém-se como item autônomo;

3. *especialização*: dentro de um domínio funcional, é possível haver em determinado estágio uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes: quando a gramaticalização ocorre, estreita-se essa variedade de escolhas formais e um número menor de formas selecionadas assume significados semânticos mais gerais. Hopper acrescenta que a especialização se assemelha ao princípio da obrigatoriedade proposto por Lehmann. Hintze (2003) exemplifica o considerado princípio a partir das denominações aplicadas aos homens que exercem funções sacerdotais. Diante de uma variedade de termos como *cura*, *monsenhor*, *vigário*, *pároco*, em que cada título revela uma função sacerdotal específica – vigário em uma aldeia, encarregado de uma paróquia – o uso popular adota o título de *padre* a todos eles, não se atendo às funções exercidas pelos religiosos;
4. *persistência*: quando uma forma se gramaticaliza, passando de uma função lexical para uma função gramatical, tanto quanto isso seja gramaticalmente viável, alguns traços do seu significado lexical original tendem a aderir à nova forma gramatical e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical. Em inglês, a restrição do uso do título *mrs* a mulheres adultas reflete a história da forma *mistress* como o feminino de *master*. O termo *miss*, aplicado a mulheres não-casadas ou jovens, surgiu apenas no século XVIII;
5. *descategorização*: formas em processo de gramaticalização tendem a perder ou a neutralizar as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas das categorias plenas Nome e Verbo e a assumir atributos característicos das categorias secundárias tais como o adjetivo, o particípio, a preposição etc. Neves (2002) aborda a questão dos nomes genéricos, passíveis de serem interpretados como nome ou pronome substantivo indefinido. É o caso de *coisa* em frases como *Coisa de louco!* A autora também comenta a flutuação de nomes concretos que podem

indicar quantificação: *um pingo de vergonha na cara, rios de dinheiro, uma senhora barriga.*

Castilho (1997a) menciona que apenas quatro princípios são suficientes para dar conta dos estágios da gramaticalização: *analogia, reanálise, continuidade e unidirecionalidade*:

1. *analogia*: consiste na aproximação entre categorias paradigmáticas, estendendo regras a itens que não foram atingidos por elas. Esse processo é verificado na supra comentada mudança fonética da forma latina *sic* em *sim* do português contemporâneo;
2. *reanálise*: configura-se na mudança ocorrida no eixo sintagmático, o que a difere da analogia. O futuro do presente formou-se por reanálise e a atual perífrase de futuro, constituída pelo verbo *ir* + *infinitivo*, também se explica por meio desse processo, uma vez que a idéia de movimento de *ir* foi reanalisada como auxiliar de futuridade, possibilitando construções aparentemente contraditórias, tais como *Vou ficar*;
3. *continuidade*: há inovação na estrutura das línguas, muitas vezes motivadas por necessidades sociais. Esse princípio reitera a Gramática Emergente a que Paul Hopper se refere;
4. *unidirecionalidade*: trata-se do caráter cíclico da gramaticalização, em que as mudanças seguem uma “direção”, constituindo um processo linear e irreversível.

Observamos que a unidirecionalidade é um princípio questionável, como o próprio Castilho (2006) nos mostra, anos mais tarde, pois, para o autor, afirmar que a mudança lingüística segue uma “direção” única é desconsiderar fatos como a simultaneidade das propriedades semânticas, sintáticas, morfológicas e lexicais que um item apresenta, conforme discutido anteriormente. Na verdade, durante a mudança, há o predomínio de uma das fases em detrimento das demais.

De maneira geral, os princípios ou os estágios auxiliam na compreensão da gramaticalização, mas, devido ao seu caráter dinâmico e histórico, é preciso observar que se torna impossível precisar ou determinar uma única fase quando se analisa um item em processo de mudança gramatical.

Feitas essas considerações, analisar-se-á a literatura sobre os advérbios, com destaque para o **onde**.

CAPÍTULO II

O PROBLEMA DA CLASSIFICAÇÃO DO ITEM *ONDE*: ADVÉRBIO, PRONOME OU ADVÉRBIO PRONOMINAL

O presente capítulo apresenta duas grandes discussões fundamentais para este trabalho. No primeiro estudo, encontra-se uma síntese a respeito da chamada classe adverbial, visto ser o *onde*, etimologicamente, um advérbio. São discutidos alguns pontos importantes como a definição tradicional, as questões históricas que permeiam essa conceituação, os problemas associados a essa tradição, além de serem apresentadas outras definições que se pautam em estudos de caráter funcionalista.

O segundo estudo diz respeito à literatura relacionada ao *onde*, descrevendo a origem, as possíveis classificações morfossintáticas (advérbio/pronome) e as acepções a ele atribuídas por diversos pesquisadores em recortes sincrônicos distintos, com base em perspectivas teóricas diferentes, como a Teoria de Análise Modular e a Semântica Cognitiva. O resgate histórico desenvolvido para o advérbio envolve referências ao latim e à fase arcaica da língua portuguesa, por meio de obras e de estudos realizados por lingüistas e filólogos. Complementa essa discussão a explanação sobre a expressão tempo/espaço na Língua Portuguesa, fundamental para o entendimento do valor temporal do item pesquisado.

2.1 A heterogeneidade de uma classe chamada advérbio

João de Barros (*apud* BUESCU, 1969), autor de uma das primeiras gramáticas da Língua Portuguesa, em sua *Cartinha pera aprender a ler*, ao destacar a importância das classes gramaticais, metaforiza que, assim como o jogo de xadrez possui dois reis, um de cada cor com suas respectivas peças, há também na língua dois reis, diferentes em gênero e função: o nome e o verbo. Ainda sobre o jogo, o gramático explica que para cada rei há uma rainha e o mesmo acontece com a

Língua Portuguesa: para o nome há “uma rainha”, o pronome e, para o verbo, há o advérbio.

A importância que João de Barros dispensa aos advérbios não é, todavia, a mesma dispensada por muitos pesquisadores. Na verdade, a literatura a respeito dessa classe gramatical é ainda modesta e deve-se, em parte, à dificuldade em estabelecer critérios para sua classificação, visto que esse “rótulo” é aplicado a inúmeras palavras, distintas morfo e sintaticamente entre si. Ainda que seja difícil, Perini (2006, p. 132) enfatiza que “a classificação das formas é importante em gramática porque ela é um dos principais instrumentos que utilizamos para construir, processar e compreender as expressões lingüísticas”.

Sobre o advérbios, Mattoso Camara Jr. (1976, p. 115), em resgate histórico, descreve que

nas línguas indo-européias há ‘certas formas nominais ou pronominais que trazem um sentido suplementar à significação essencial da comunicação centrada no verbo’. Tal foi o vocábulo que os gramáticos gregos chamaram *epirrhéma* ‘acrescentado ao verbo’ (gr. *rhéma* ‘verbo’). Os gramáticos latinos traduziram o termo grego como *adverbium*.

Posto que haja formas nominais e pronominais relacionadas ao verbo, posteriormente denominadas advérbios, o lingüista elenca três tipos de advérbios: dois de natureza pronominal e um de base nominal. Os dois primeiros, por sua função na comunicação lingüística, servem para situar o espaço ou o tempo em relação ao falante. São os advérbios locativos e temporais, respectivamente.

O autor explica que os advérbios locativos se associam mórfica e semanticamente aos pronomes demonstrativos latinos *hic* (neste lugar em que falo), *istic* (nesse lugar em que estás), *illic* (naquele lugar). Os temporais situam a comunicação na linha temporal ou fora dela: *nunc* (nesse momento em que falo), *tunc* (então, noutro momento).

O terceiro grupo descrito por Mattoso Camara Jr. (1976) é o de natureza nominal, comumente chamado de advérbio modal ou de modo, porque assinala “modos de ser” do evento. Correspondem às formas *sempre*, *tarde*, *mal* etc, herança do sistema adverbial latino e daquelas que se formam por derivação com acréscimo do sufixo – *mente* a um adjetivo: *claramente*, *justamente*. Ainda segundo o linguista,

a tradicional definição de advérbio como modificador se refere a esses tipos de advérbios.

Semanticamente, há desvio de sentido e de aplicação dos advérbios temporais, como *antes*, utilizado para indicar preferência e *depois*, como indicador de seqüência de idéias dentro da comunicação. Funcionalmente, alguns itens adverbiais se fixaram como conjunções subordinativas, ao serem associadas à preposição *de* ou à conjunção *que*, originando locuções como *antes que*, *longe de*, *fora de* etc. O autor encerra suas observações mencionando que a mobilidade adverbial obedece a diretrizes, as quais carecem de estudo detalhado.

Said Ali (1971) vale-se da tradição ao definir advérbio, pois classifica os vocábulos que dessa classe fazem parte como determinantes dos verbos, dos adjetivos e de outros advérbios. O autor esclarece que poucos advérbios, em sua maioria de base pronominal ou nominal, passaram do latim para as línguas românicas e que essa classe foi bastante enriquecida com o acréscimo do sufixo – *mente* aos adjetivos. Relata ainda a classificação desses itens a partir da significação de cada um, havendo, dessa forma, os de tempo, de lugar, de modo, de negação, de afirmação, de dúvida, de quantidade, de ordem. Alguns deles expressam circunstâncias e condições de caráter determinadas enquanto outros admitem graus de comparação, principalmente os modais: *mais depressa*, *tão depressa*.

Pereira (s/d) compartilha das idéias de Said Ali (1971) ao discorrer sobre os elementos adverbiais que se flexionam, ainda que essa classe seja considerada “inflexiva”. Em relação à modificação, o autor explica que a “practica facilmente ensina quaes os advérbios que podem modificar o adjectivo, o verbo ou o advérbio” (PEREIRA, s/d, p. 351).

Exemplo de lingüista que também se vale do valor modificador para conceituar advérbios é Perini (1996). Ao estudá-los, o autor ressalta que a gramática tradicional apresenta-os como elementos capazes de modificar itens de outras classes ou mesmo o próprio advérbio. Em *Princípios de lingüística descritiva*, salienta que “quanto à estrutura interna, frequentemente não têm nenhuma, sendo formadas de um único morfema (sempre, nunca, depois, aqui) ou então se formam por meio do sufixo característico – *mente*”.

A partir dessas explanações, ele expõe alguns problemas quanto à definição. Os compêndios gramaticais exemplificam essa classe por meio de palavras como

não, simplesmente, perto. O que se espera é que, por pertencer a uma mesma classe, essas palavras tenham o mesmo comportamento gramatical, o que efetivamente não ocorre. Perini (2006) exemplifica que o potencial funcional⁵ dessas palavras ilustra o problema da conceituação insuficiente, visto que não há possibilidade de substituição mútua de advérbios em vários ambientes, o que ocorre com os substantivos. A título de exemplificação, os advérbios *sim* e *não* ocorrem em ambientes distintos, assemelhando-se apenas quando funcionam como uma espécie de interjeição. Além disso, *não* se liga semanticamente a um verbo ou a um adjetivo, sempre os antecedendo, o que não acontece com o *sim*. Da mesma forma, *depressa* se liga a um verbo e a um adjetivo, mas sempre se pospõe a eles, o que o diferencia do *não*.

A classe dos advérbios engloba, na verdade, uma série de classes gramaticais, pois boa parte das palavras que a constitui são vocábulos cujas características morfossintáticas se aproximam de outras classes. Desse modo, quando esses “advérbios” são analisados, nota-se que não há possibilidade de se estabelecer critérios que sejam capazes de agrupá-los de forma análoga, não autorizando, dessa maneira, “a postulação de uma classe única”, conforme atesta Perini (1996).

Também para Rocha Lima (1972), o advérbio é uma palavra modificadora do verbo, expressando circunstâncias que cercam a significação verbal. Os advérbios de intensidade prendem-se a adjetivos ou a advérbios, indicando grau: *muito belo*. Haveria ainda advérbios que acompanhariam apenas adjetivos e advérbios, como *tão, quão, que*, em frases exclamativas.

Interessante notar que Cunha e Cintra (1985) mencionam uma peculiaridade dessa classe, descrita também por Neves (2000) e Bechara (2004): alguns advérbios podem modificar uma oração por completo e não apenas elementos que a compõem, como em *Infelizmente nem o médico chegou*. Nesses casos, o item se refere a toda a declaração e exprime um comentário pessoal de quem fala. Quanto à classificação, os advérbios recebem denominações de acordo com a circunstância ou idéia acessória que expressam.

Bechara resgata os estudos realizados por Mattoso Camara Jr. (1976) quando chama a atenção para as bases nominais e pronominais que constituem o advérbio:

⁵ Conjunto de funções que uma palavra pode desempenhar.

[...] é a expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial. [...] O advérbio é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjetivo e a um advérbio (como intensificador), ou a uma declaração inteira (BECHARA, 2004, p. 287).

A definição trazida pelo autor refere-se à função que o advérbio desempenha na oração, ressaltando também a possibilidade de ele se referir não só ao verbo, mas também a outras classes, inclusive a uma oração inteira.

O lingüista afirma que os advérbios indicam posição temporal (os de tempo) ou espacial do falante (os de lugar) ou o modo como se visualiza o estado de coisas⁶ da oração. Alguns modificam substantivos entendidos não como substância, mas como qualidade: *Ela é verdadeiramente poeta*. Outros ainda funcionam como predicativo: *A vida é assim*. A dificuldade em estabelecer critérios suficientes para definir essa classe também é discutida pelo autor, ao compartilhar a idéia de que, por ser uma classe heterogênea, ou seja, por agrupar palavras de natureza distinta, a existência de uma classificação uniforme e coerente transforma-se em um desafio.

Além da heterogeneidade, o autor acrescenta que o advérbio não se prende apenas a um núcleo (verbo), mas também ao conteúdo semântico da oração. Isso permite a flexibilidade de posição dentro de um sintagma verbal. Dessa forma, Bechara (2004, p. 290) conclui que há advérbios de papel semântico-sintático “internamente ligado ao núcleo verbal (e estes não gozam das flexibilidades de posição e entoação atrás referidas), e há os advérbios mais externamente ligados ao núcleo verbal”. De acordo com o gramático, são diversos pontos a serem considerados e descritos de modo que uma classificação unitária capaz de abarcar todos os casos possíveis não consegue ser formulada.

Na concepção do autor, as classificações existentes a respeito do advérbio pautam-se na semântica e/ou na função que o elemento considerado exerce. Semanticamente, pertenceriam à classe adverbial formas como *agora*, *antes*, *tarde*, *aqui*, *tanto*, ou seja, os chamados advérbios de tempo (*agora*, *tarde*), de lugar (*aqui*, *fora*), de quantidade (*muito*, *tanto*) etc. Os definidos como advérbios demonstrativos

⁶ Neves (2000, p. 23) explica que “um estado de coisas é concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental), e, assim, está sujeito a determinadas operações, isto é: pode ser localizado no espaço e no tempo; pode ter uma certa duração; pode ser visto, ouvido ou, de algum modo, percebido”.

(*aqui, aí*), relativos (*onde, como*) e interrogativos (*quando?onde?*) exemplificariam a classificação voltada para a função.

Bechara (2004) também enumera os diversos tipos de advérbios, classificados de acordo com a circunstância que expressam: assunto, causa, companhia, referência, concessão, condição, conformidade, tempo, dúvida, fim, instrumento, intensidade, lugar, modo, negação. O autor ressalta que a Norma Gramatical Brasileira (NGB) propõe que os denotadores de inclusão (*até, também*), exclusão (*somente, salvo, apenas*), situação (*então, pois*), retificação (*aliás, melhor, isto é*), designação (*eis*), expletivo (*lá, só*), explicação (*a saber, por exemplo*) e de realce tenham uma classificação à parte.

A problemática em torno da conceituação de advérbios também é verificada por Ilari (1996). O autor elenca alguns problemas e busca propor critérios para identificar e classificar esses vocábulos, baseado em abordagens funcionalistas e partindo de um *corpus* do Português falado.

Entre seus estudos, ele analisa a posição dos advérbios em uma sentença e salienta que,

[...] de um lado espera-se que os advérbios ocorram, nas orações que adotam a chamada 'ordem direta', depois dos termos integrantes do predicado; de outro, representa-se o advérbio como usufruindo, no interior da oração, de relativa mobilidade (ILARI, 1996, p. 65).

Observa-se que a irregularidade que se atribui ao advérbio quanto à natureza das palavras que assim se classificam também ocorre quando se estuda sua disposição dentro de uma oração.

O linguista apresenta a definição tradicional acerca dos advérbios antes de propor uma nova forma de classificá-los. Para ele, os critérios tradicionais têm como base a morfossintaxe e descreve advérbio como a palavra invariável e modificadora de não-substantivos⁷. O pesquisador também chama atenção para o fato de que, às vezes, parte-se da presença do sufixo – *mente* para classificar a palavra como advérbio. Há, todavia, palavras que não atendem aos critérios nocionais, mórficos ou sintáticos tradicionalmente referentes ao advérbio, mas são classificados como tais:

As gramáticas enquadram atualmente entre os advérbios uma quantidade enorme de *palavra* de que seria mais correto dizer que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes

⁷ Visto que os adjetivos se ligam sintaticamente aos substantivos.

sintáticos, atendem aos critérios tradicionais para a classificação como advérbios. Tratar do ‘advérbio’ é, antes de mais nada, tomar consciência desses equívocos, constatando a diversidade de emprego dessas expressões (ILARI, 1996, p. 69).

O autor, ao lado dos outros mencionados, reafirma que a classificação tradicional não cumpre suficientemente seu papel. Para comprovar sua afirmação, ele cita casos em que os advérbios **assim, aqui, lá**, considerados advérbios dêiticos, possuem outros usos, como em *Uma escolha assim sem base* ou *Entidades aqui do bairro*. Nesses exemplos, os advérbios utilizados seriam mecanismos que corresponderiam a um processo de planejamento verbal e a uma sinalização de que uma expressa genérica anteciparia:

O tipo de função sintática e semântica que se vai realizar na expressão que segue; esse mecanismo se estende a outros dêiticos como os pronomes e clíticos redobrados; as alternativas de uso desses ‘catafóricos’ não se restringem ao adjunto adverbiais (ILARI, 1996, p. 71).

Duas dimensões são propostas pelo pesquisador para a classificação dos advérbios: uma é a dos segmentos sintáticos a que se aplicam os advérbios e a outra a das “funções” que esses vocábulos desempenham. Desse modo, ele propõe classificar os advérbios com base na função que exercem, necessitando distinguir predicativos⁸ de não- predicativos⁹ e outra com base na unidade sintática a que são aplicados, antevendo a distinção entre advérbios sentenciais¹⁰ e constituintes¹¹.

Para Neves (2000), os equívocos de uma classificação tradicional são verificados ao se observar os diversos pontos de partida para definir advérbio. Se morfologicamente advérbio é uma palavra invariável, alguns registros, como os encontrados por ela, não poderiam ocorrer: *É que ela tá meia doente, já não tem vontade* ou *Agorinha mesmo*. Nesses exemplos, o advérbio flexionado e/ou derivado

⁸ Entre os advérbios predicativos estariam os qualitativos, os intensificadores, os modalizadores e os aspectualizadores.

⁹ Os advérbios não-predicativos, por sua vez, apresentam propriedade negativa, não modificando sentidos, aplicados à negação e aos circunstanciais. No *corpus* que Ilari (1996) analisou, os circunstanciais limitam-se aos dêiticos. Há, entretanto, alguns advérbios dêiticos cuja aplicação ultrapassa os limites dos constituintes da sentença. É o caso de *agora, então, aí*. Esses advérbios exercem funções discursivas, ocorrendo um esvaziamento espaço-temporal do advérbio.

¹⁰ Aqueles que se aplicam a partes da sentença. Por exemplo, os advérbios que indicam a frequência com que o evento descrito na sentença ocorre. É o caso de *geralmente, normalmente, de vez em quando* etc.

¹¹ Que tradicionalmente se aplicam aos verbos, adjetivos e advérbios.

contraria o prescrito pela norma, embora sejam utilizados com frequência por falantes de português brasileiro.

Em suas explanações, Neves (2000) descreve que, sintaticamente, os advérbios funcionam como satélite¹² de um núcleo, ao estarem associados a

- um verbo: *Não grita TANTO homem!*;
- a um adjetivo: *Seus sentimentos são MUITO delicados*;
- a outro advérbio: *Não passa TÃO cedo*;
- a um numeral: *QUASE 1.500 habitantes*;
- a um substantivo: *Greve AGORA não vai nada bem*;
- a um pronome: *E por isso MESMO tão cansados e não querem saber de arriscar o emprego*;
- à conjunção *embora*: *MUITO embora*.

Além das possibilidades supracitadas, o advérbio também pode incidir sobre uma oração ou enunciado, como em *REALMENTE, sentia fome*.

Para a lingüista, a classe dos advérbios abriga duas subclasses: advérbios modalizadores e não-modalizadores, estando a forma **onde** nessa última subclasse, nos chamados advérbios circunstanciais.

Verifica-se que o estabelecimento de critérios capazes de identificar um advérbio não é uma tarefa simples. Se a definição tradicional apresenta certos equívocos, os novos estudos também não conseguem delimitar, seja de maneira morfossintática, seja de maneira semântica, todas as características dessa classe gramatical.

Não constitui objetivo desse trabalho eleger ou estabelecer uma definição acerca dos advérbios. O conhecimento sobre essa classe se fez necessária, pois o **onde** é originalmente um advérbio. É preciso ressaltar, ainda, que em análise feita em textos do século XVI, Costa (2002) adota a nomenclatura *item adverbial* por melhor descrever as formas classificadas como advérbio, além da possibilidade de incluir entre elas as locuções adverbiais:

Utilizamos a denominação *adverbiais* para referir conjuntamente os tradicionalmente chamados *advérbios* e as também tradicionalmente chamadas *locuções adverbiais*, renunciando a separá-los em dois grupos, por não nos parecerem viáveis critérios que distingam, seguramente, elementos considerados autônomos, como por

¹² Conforme Neves (2000, p. 23), “construções que trazem informações suplementares”.

exemplo, *devagar*, *acima* e *debaixo*, de elementos considerados locucionais, como por exemplo, *de fora*, *em breve*, *em cima*. Assim, os dois tipos serão aqui denominados *itens adverbiais*. Distinguimos itens adverbiais (simples e locucionais) de itens conjuncionais e preposicionais (simples e locucionais), pela natureza não-juntiva dos adverbiais face ao caráter juntivo, quer envolvendo sentenças, quer sintagmas, característico dos dois últimos (COSTA, 2002, p. 199).

No presente trabalho, não adotamos uma nomenclatura única para o elemento **onde** e suas variantes arcaicas *hu/u*, visto que eles se apresentam, ao longo dos fragmentos, com sentidos e funções que, teoricamente, um advérbio não desempenharia.

2.2 Item **onde**: múltiplas classificações

Nos compêndios gramaticais latinos, observa-se que os advérbios eram distribuídos em grupos, com base nas circunstâncias que indicavam. As principais eram as que denotavam lugar, tempo e modo. No que concerne aos locativos, havia quatro formas relacionadas às funções atualmente atribuídas ao advérbio **onde**: *ubi*, *quo*, *unde* e *qua*. A primeira empregava-se com verbos de permanência (estar, permanecer, ficar); a segunda era usada com verbos de movimento, como *ir*, *dirigir-se*; *unde* indicava proveniência e *qua* indicava passagem (passar, andar por um lugar).

Os exemplos a seguir, extraídos da parábola *Cura do cego de nascença* (Comba, 1986), narrada no Evangelho de São João, confirmam a regularidade do uso desses advérbios latinos, especificamente o *ubi* e o *unde*:

12 Et dixerunt ei: **Ubi** est ille? Ait: Nescio. **(grifo nosso)**
Perguntaram-lhe ainda: Onde ele está? Ele respondeu: Não sei.¹³

30 Respondit ille homo et dixit eis: In hoc enim mirabile est, quia vos nescitis **unde** site et aperuit meos oculos. **(grifo nosso)**
O homem respondeu-lhes: Isto é de admirar! Vós não sabeis de onde ele é? No entanto, ele abriu-me os olhos!

¹³ Versão portuguesa extraída da Bíblia Sagrada, tradução CNBB, 2001.

No primeiro caso, devido à presença do verbo de permanência *está*, há o emprego da forma *ubi*, tal qual a regra preconiza. No segundo, por haver a indicação de proveniência, o uso de *unde* faz-se necessário.

Do latim para o português arcaico, verifica-se a redução de quatro para duas as formas expressivas de lugar. Said Ali (1971) discorre sobre o sistema adverbial locativo arcaico: “para denotar o lugar de presença, e o lugar de procedência, serviram à linguagem antiga os advérbios *u* (latim *ubi*), também grafado *hu*, e *onde* (latim *unde*), podendo ambos fazer às vezes de pronome relativo” (SAID ALI, 1971, p.185).

Interessante notar que, no período arcaico, diante do uso da preposição *de* para indicar procedência, surge, analogicamente, a forma *donde*, encontrada em textos arcaicos como o *Santo Graal*. A forma *donde* se vulgariza de tal maneira que a ocorrência do **onde** sem a preposição passa a ser admitida como sinônimo de *u*. A modificação semântica, conforme assegura Said Ali (1971), leva a um período de confusão de uso. Há, ainda, no glossário da obra *A Demanda do Santo Graal*, o registro da forma *du*, uma fusão da preposição *de* com *u*, em alusão a *donde*. Além disso, Magne (1944) descreve as possibilidades semânticas associadas tanto ao *u* quanto ao **onde**:

Tabela 1 – Alguns valores semânticos de *u* e de **onde** no *Santo Graal*.

<i>u</i>	onde
<ul style="list-style-type: none"> • Como advérbio de lugar equivalendo a <i>onde, em qual lugar, em que, para onde</i>; • Como o étimo latino <i>ubi</i>, <i>u</i> pode também ser conjunção de tempo, equivalendo a “quando”; • Equivalendo a <i>donde</i> ou <i>onde</i> no significado relativo de “de que”. 	<ul style="list-style-type: none"> • Com acepção de <i>de que lugar, de que</i> (equivale ao lat. <i>unde</i>); • Com valor relativo, significando <i>de que, do qual, da qual, dos quais</i>; • Como pronome relativo precedido de preposição que introduza adjunto circunstancial de origem, lugar, causa; • Equivalendo a <i>u</i> temporal, significando <i>quando, logo que</i>; • Correspondendo a <i>visto como, por onde, pelo que</i>.

No período trecentista, os registros de *hu* são mais frequentes que os de **onde**, conforme pondera Mattos e Silva (1989). Ao primeiro são atribuídas as possibilidades semânticas de “ponto em que” e “ponto a que”, enquanto “ponto de que” se aplica ao segundo. Ao associar-se à preposição *per*, a forma *hu*, nos *Diálogos de São Gregório* (século XIII), indica o *ponto através de que*.

As formas em questão, como relativas, embora locativas, podiam também ser empregadas como temporais: *Ca, como quer que aqueles que ordñada vida fazem non queiran seer meestres hu primeiramente non foron discípulos e E era gram maravilha ca onde huum avia mal, ende os outros todos avian peor. O onde*, entretanto, além do valor temporal, admitia ser utilizado como o *ponto a partir de que*, tendo por antecedente pontos abstratos ou nocionais. Na seguinte ocorrência, o advérbio analisado retoma *enfermidade*, que não constitui um lugar, e sim noção: *Veo a hũa enfermidade onde xi lhi atou morte*.

Bonfim (2005) relata que, no século XVI, a forma *u* é considerada fora de uso, de acordo com João de Barros e Duarte Nunes de Leão. Said Ali (1971), por sua vez, observa que nos períodos quatrocentista e quinhentista, a ocorrência do *u* torna-se rara. Nesses poucos usos encontrados, é possível observar a combinação do item arcaico com artigo, originando a forma *ulo*, cujo significado era “onde é o” / “onde está o”. Por influência da construção *adonde*, encontrou-se também *adulo*.

Remetendo à confusão semântica estabelecida mediante os usos do **onde** em contextos antes atribuídos a *u*, o progressivo desaparecimento deste último e o emprego das preposições *de* e *a* em situações indicativas de proveniência e de movimento, Said Ali (1971) esclarece que

[...] cedido o posto do antigo advérbio ao vocábulo *onde*, nem por isso se mostram daí por diante convencidos os escritores de que o termo sem algum reforço preposicional basta sempre para indicar o que o latim *ubi* indicava; e assim *aonde* e *donde*, só ou aumentado em *adonde*, passam a usar-se também como sinônimos de *onde*. (SAID ALI, 1971, p, 185).

Com relação às alterações gráficas, Macambira (1978) salienta que, na mudança de *ubi* e de *unde* para **onde**, a oclusiva e a semivogal desaparecem da forma *quonde*, dando origem a **onde**, uma vez que este pertence à família de

palavras que possuem o étimo¹⁴ *qu-*, um radical indo-europeu. Esse étimo está presente expressamente nas formas *qual*, *quando*, *que*, *quem* etc.

Desse modo, as considerações até o presente momento realizadas concernentes à origem histórica do item adverbial **onde** podem ser reduzidas às palavras de Mattoso Camara Jr. (1976, p. 120):

Quanto aos interrogativos, o sistema latino, baseado na oposição entre situação (*ubi*), direção (*quo*), proveniência (*unde*) continuou, mas com substituições de vocábulos. A partícula *ubi* (que persistiu em italiano e francês) aparece em português arcaico sob a forma *u*. Mas predominou afinal a adoção de onde (latim *unde*) para a situação, e o recurso às preposições *a* e *de*, respectivamente, para com a mesma partícula assinalar a direção e a proveniência (aonde, donde).

Referências históricas também se fazem presentes nas palavras de Ernesto Carneiro Ribeiro (*apud* COELHO, 2001). Em seu *Serões Grammaticaes*, de 1915, o autor adota a nomenclatura *adjectivo relativo ou conjuntivo* para o **onde** e esclarece que essa terminologia era adotada para as formas latinas *ubi* e *unde*. Para o autor, o **onde** não é um pronome, pois só o seriam os pessoais, uma vez que somente esses designariam pessoas. Os considerados pronomes possessivos, demonstrativos, relativos e indefinidos poderiam figurar como substantivos ou como adjetivos. Ainda sobre o item, o autor adverte “para as constantes confusões com o uso indiscriminado do ONDE e suas respectivas combinações, o que vem se tornando recorrente na língua, além de constituir erro muito vulgar” (*apud* COELHO, 2001, p. 29).

Pereira (s/d) denomina o item pesquisado de advérbio relativo ou conjuntivo também, por exercer função de pronome, apresentando ou não antecedente. Destaca ainda a distinção entre aonde/**onde**, enfatizando que os escritores clássicos tendem a não fazer essa diferença.

A discussão quanto à adoção do termo advérbio ou pronome relativo em retomadas locativas não é o único ponto lacunar no estudo do item **onde**. O elemento também é classificado como advérbio interrogativo (*Onde moras?*) e em alguns casos, emprega-se como conjunção integrante (*Não sei onde ele mora*). Esta última acepção não figura na gramática tradicional. Em estudos recentes, como o de

¹⁴ De acordo com Mattoso Camara Jr. (1986, p. 111), “nome dado ao vocábulo latino, ou de outra origem, do qual proveio um certo vocábulo português primitivo”.

Marinho (2002), ele é considerado um mecanismo de coesão seqüencial por atuar como um conectivo que auxilia na junção de conceitos ativados ao longo de um texto, condensando informações ou um conectivo discursivo, ao expressar idéias de conclusão e de explicação, conforme Kersch (apud MARINHO, 2002). Inclui-se ainda empregos com valores de posse e de tempo, além de retomar, em casos de anáforas, lugares abstratos e noções.

Como se observa, há várias possibilidades de emprego do **onde** que são ignoradas pela gramática tradicional. Atendo-nos a ela, voltamos nossa atenção para o emprego anafórico do advérbio, uma vez que esta pesquisa privilegiará esse tipo de uso e se faz necessário discorrer sobre como ele é descrito pela norma.

Sacconi, em *Nossa Gramática: Teoria e Prática* (1983), classifica o item em questão como pronome relativo, ressaltando que ele pode ser usado com ou sem antecedente. Quando sem antecedente, o autor denomina-o pronome indefinido locativo. Dessa forma, o valor de lugar permanece, ainda que subentendido. O autor também explica que **onde** se usa com verbos estáticos e *aonde* com verbos dinâmicos ou que denotem deslocamento, tais como *ir, chegar, voltar*. Ele chama atenção para o fato de o advérbio também poder ser antecedido pelas preposições *de* e *por*, dando origem à forma *donde* e à construção *por onde*.

Diante da classificação como pronome relativo para o **onde**, Cunha e Cintra (1985) declaram que

[...] o relativo onde, por desempenhar normalmente a função de adjunto adverbial (= o lugar em que, no qual), é considerado por alguns gramáticos ADVÉRBIOS RELATIVOS designação que não consta da Nomenclatura Gramatical Brasileira, mas que foi acolhida pela Portuguesa (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 532).

Em relação à distinção **onde/aonde**, os autores descrevem que ela é praticamente inexistente na linguagem coloquial e já não era tão rigorosa nos clássicos. Para convalidar essas afirmações, citam exemplos machadianos.

Nos estudos de Bechara (2004), o item também é classificado como advérbio relativo. Ele comenta que esse advérbio pode ser usado sem antecedentes, sendo chamado de relativo indefinido. Para esse caso, o antecedente estaria subentendido, possibilitando a substituição do **onde** pela expressão *o lugar em que*: “Os advérbios relativos, como os pronomes relativos, servem para referir-se a unidades que estão

postas na oração anterior. Nas idéias de lugar empregamos *onde*, em vez de *em que, no qual* (flexões)” (BECHARA, 2004, p. 294).

O lingüista acrescenta que, assim como os pronomes relativos podem ser empregados sem referência, os advérbios relativos também podem, como no exemplo *Moro onde mais me agrada*. O autor ainda admite que os advérbios interrogativos, cuja base seja pronominal, são empregados em perguntas diretas ou indiretas em referência a um antecedente: *Onde está estudando o primo? Ignoro onde estuda*. Entretanto a segunda oração assemelha-se aos casos em que o item é empregado como conjunção integrante. A possibilidade de o **onde** contrair-se com as preposições *a* ou *de*, originando *aonde* e *donde*, também é mencionada pelo gramático.

Conforme previamente citado, para Neves (2000), a classe dos advérbios abriga duas subclasses: advérbios modalizadores e não-modalizadores. O item **onde** estaria nessa última subclasse, nos chamados advérbios circunstanciais. A autora afirma que o advérbio funciona como adjunto ou complemento adverbial de lugar. Às vezes é empregado equivalendo a *em que* sem valor locativo, o que não apresentaria justificativa. Esses casos são aqueles de anáfora com antecedentes nocionais: *Na prática, a venda com caderneta funciona como um negócio onde o dinheiro também é virtual*. Barreto (1996) já verificara a recuperação de sintagmas não-locativos por **onde** na *Carta de Caminha* e por *u* na *Demanda do Santo Graal*, o que revela uma tendência de o item ser um relativo cujo uso ultrapassa as regras tradicionais.

Ao fim da revisão literária referente ao **onde**, observa-se que não há similitudes entre os lingüistas quanto ao termo lingüístico atribuído ao elemento diante de seu emprego como relativo. Alguns pesquisadores adotam a classificação de pronome relativo enquanto outros se referem a ele como advérbio relativo. Na presente pesquisa, faz-se uso da designação advérbio relativo nas referências anafóricas, de acordo com a sua etimologia.

Observa-se também que, embora a gramática tradicional exclua o valor temporal do **onde**, alguns pesquisadores confirmam que o atual usuário da Língua Portuguesa emprega-o com esse valor. Dessa forma, encontra-se, a seguir, uma discussão concernente à expressão espaço e tempo na Língua Portuguesa, a fim de verificar o mecanismo que leva o falante a utilizar termos espaciais com referências temporais em suas produções.

2.3 Tempo e espaço: fronteiras tênues

Quando se fala das noções de tempo e de espaço na Língua Portuguesa, torna-se necessário considerar a fronteira que as separa semanticamente, uma vez que o tempo se estabelece com base no espaço, ou como Pontes (1992) baliza, tempo é metaforicamente codificado a partir do conceito de espaço. Nesse processo, parte-se do menos abstrato (espaço) para o mais abstrato (tempo). Há casos raros em que o contrário ocorre, ao fazermos uso do tempo para indicar distância: *Curitiba fica a quatro horas de viagem daqui*. A relação metafórica existente entre tempo e espaço ocorre porque o último é visualizável; podem-se organizar as coisas ou localizá-las no espaço, mas o mesmo não é permitido com o tempo. Para compreender melhor esse mecanismo semântico, é preciso observar como o espaço é organizado no Português.

Batoréo (2000) identifica que, na Língua Portuguesa, o espaço é representado com base em marcos de referência (*landmarks*) e existem duas estratégias para localizá-lo: uma centrada no corpo humano e outra a partir de um outro marco de referência.

As referências espaciais pautadas no ser humano se fundamentam na verticalidade (a gravidade define a posição em que o homem se locomove na Terra) e o nível do chão. O chão é considerado o ponto zero de referência, visto que a lei da gravidade funciona como mecanismo que nos “empurra” para baixo. Em contrapartida, a vida se desenvolve acima do chão, constatação que leva à concepção de que o *acima (para cima)* indica direção positiva e o *abaixo (para baixo)*, negativa.

Outro ponto que influencia na expressão espacial é a percepção humana assimétrica, pois os órgãos dos sentidos se localizam na parte anterior do corpo humano, o que o divide em dois planos sagitais: frente e trás. A disposição dos olhos, das mãos, dos braços etc, em relação ao corpo, por sua vez, estabelece a separação entre esquerda e direita.

Convenciona-se também o sentido positivo à noção de *frente*, pelo fato de a movimentação humana ocorrer nessa direção e de os objetos posicionados à nossa frente estarem ao alcance de nossa percepção imediata, enquanto que *trás* denota sentido negativo, por apresentar os elementos fora do nosso alcance perceptivo. Os

valores positivos e negativos também são atribuídos às noções *esquerda* e *direita*, mas se justificam culturalmente, pois a destreza (habilidade da mão direita na maioria da população) era privilegiada pela sociedade, em detrimento dos demais usos. Essa atribuição de positivo e de negativo às noções de esquerda/direita encontra-se, por exemplo, nas coordenadas cartesianas e na “linha temporal” (passado está à esquerda, futuro, à direita).

A segunda estratégia para localizar espaço na Língua Portuguesa diz respeito ao ponto de vista do referente e de seu sistema de coordenadas. Essas indicações pressupõem a determinação de um marco de referência que possua uma orientação *frente/trás*. Alguns objetos apresentam características antropomórficas que possibilitam a indicação de frente ou atrás, como um carro ou um sapato, permitindo-nos construir orações do tipo *Onde está a mala? Está em frente ao carro*. Há objetos, entretanto, que não apresentam uma “caracterização antropomórfica”, como uma árvore ou uma montanha. Nesse caso, a posição ocupada pelo falante é que determinará as noções espaciais.

Na Língua Portuguesa, as preposições, alguns advérbios e os pronomes demonstrativos são utilizados para indicar espaço.

Em relação aos advérbios, parte dos denominados locativos têm seu significado construído a partir da situação de comunicação, pois podem indicar proximidade do falante, proximidade do ouvinte ou distanciamento entre ambos, como o caso de *aqui, ali, lá*, consideradas por Pontes (1992) pro-formas, porque ocorrem “no lugar” de um sintagma preposicionado. As pro-formas locativas podem ser seguidas de advérbios locativos, mas não os aceitam anteceditos. Outra função atribuída a esses elementos é o seu emprego anafórico, visto que seu referente é interpretado conforme o contexto da situação comunicacional ou textual em que estão inseridos. Nos textos, as referências que apontam para “o fora” do texto são as chamadas referências exofóricas, que contribuem para a coerência textual, enquanto a coesão é determinada pela referência endofórica, ou seja, está no interior do texto. Se for uma referência a algo citado anteriormente no texto, tem-se a anáfora; se a referência se pospõe, tem-se a catáfora. A anáfora, basicamente, consiste na tradução de noções básicas da dêixis para o tempo do contexto da enunciação.

À semelhança dos advérbios, os pronomes demonstrativos também dependem da situação de comunicação para indicar o espaço. Reservam-lhe ainda

a dêixis, tal como ocorre com *aqui* e *lá*, pois o espaço, dentro do discurso, é indicado metaforicamente por esses elementos.

Sobre as preposições, Pontes (1992) argumenta que, com a evolução da língua, o valor mais abstrato (temporal) se mantém diante do desaparecimento do menos abstrato (espaço). É o que ocorre com a preposição *a*, cada vez mais substituída pela contração de *em + a* em construções como *a comida está na mesa*, mas se mantém em expressões do tipo *à noite*, *aos sábados* etc.

As preposições e as locuções adverbiais apresentam também uma peculiaridade: há uma estreita relação entre o lugar ocupado por um objeto e o volume do outro objeto a ele relacionado (*landmark*). Esse volume precisa ser consideravelmente perceptível para que essa relação seja aceitável, o que não acontece em *o livro está ao lado do fio de cabelo*, visto que o marco de referência (fio de cabelo) pouco perceptível se comparado ao elemento a ele relacionado (livro). Além do volume, a importância que o objeto tem para o falante constitui-se fator de determinação do *landmark*.

Uma vez compreendido o mecanismo de expressão espacial no Português, voltemos nossa atenção ao tempo, uma metaforização de espaço. Construções como *trabalhar das 8 às 6* indicam que o falante considera o período decorrido um percurso, estabelecendo, inclusive dois marcos limites: origem (8h) e chegada (18h). Na Língua Portuguesa, os mesmos elementos espaciais são empregados na indicação temporal: preposições, advérbios e pronomes.

Com as preposições, o tempo é tomado como uma linha em que se pode localizar determinado ponto. Desse modo, é possível dizer que a Primeira Guerra Mundial foi de 1914 a 1918, pois há a tomada de duas datas; uma como ponto de partida e outra como ponto de chegada para a ocorrência de um determinado evento.

Em orações como *Daqui pra frente tudo vai ser diferente*, o advérbio indica o momento da fala, o ponto de partida a ser considerado e o que se segue (*pra frente*) significa o futuro. Sinaliza-se o futuro com o que se projeta para frente e o passado como o que está atrás, o que nos remete à representação sagital de espaço. Verifica-se, entretanto, que não são todos os advérbios locativos que se mostram mais adequados para exprimir tempo, uma vez que este é conceituado linearmente, horizontalmente. Nesse sentido, formas como *frente/trás*, diante da sua linearidade,

expressam melhor a idéia de tempo do que *cima/baixo*, pois estes indicam verticalidade.

Os pronomes demonstrativos também são empregados em expressão de tempo por indicar proximidade e distanciamento dos acontecimentos em relação ao falante. Desse modo, convencionou-se que a forma *este* indica o ano corrente e *aquela* indica ano passado.

Posto que haja relação direta na expressão espaço/tempo do Português, algumas pesquisas apresentam essa relação a partir do estudo do **onde**. O trabalho de Monteiro de Souza (2004), tendo como *corpora* *Os Diálogos de São Gregório* e o *Flos Sanctorum*, ambos do século XIV, demonstra que um dos valores não-locativos associado ao advérbio pesquisado é o de tempo:

Identifica-se o ONDE, do ponto de vista categorial, como um pronome de sentido genérico, portanto, de caráter lacunar a ser preenchido por elementos discursivos e situacionais. O ONDE categoriza um sentido espacial, uma referência a espaço físico, primeiramente. **Concorrem com esse valor fundante e canonicamente estabelecido, outros valores mais abstratos, como a referência a tempo, a metáfora mais direta do espaço [grifo nosso]**, a noção, que é um espaço virtual, posse e outros valores ainda mais abstratos. Como pronome, o ONDE tem também a função de estabelecer nexos na cadeia discursiva (MONTEIRO DE SOUZA, 2004, p. 241).

Em trabalho sincrônico, à luz da Semântica Cognitiva, Pires de Oliveira (1998) explica o emprego temporal do **onde**, ao mencionar que o dicionário Aurélio já registra a possibilidade de uso do item como sinônimo de *quando* e que, em sentenças como *nessa época de férias onde a gente passava mais tempo junto*, o autor da frase indica a recuperação de um momento no tempo, um “espaço” na linha temporal. A autora assegura que a projeção consegue explicar esse emprego, uma vez que outros indicadores espaciais também são projetados no tempo. É o caso dos verbos *ir* e *passar*, bem como as preposições *de* e *para*. O **onde**, nesse exemplo, faz que o falante veja o tempo como um espaço onde ele possa estar inserido. Ainda sobre o emprego temporal, Pires de Oliveira (1998) destaca que não apenas na mídia escrita, mas também nos escritos acadêmicos é possível verificá-lo.

CAPÍTULO III

ONDE RELIGIÃO E ESTUDOS DE LÍNGUAS SE ENCONTRAM

Religião e estudo das línguas humanas caminham juntos há muito tempo. Por vários anos, acreditou-se que o hebreu era a língua primitiva, a que originou as demais manifestações lingüísticas, justamente por ter sido aquela por meio da qual Deus se comunicou com o homem inicialmente. Buescu (1969) acredita que a explicação para essa hipótese esteja pautada em uma interpretação literal da Bíblia, em referência ao livro do Gênesis, cujo conteúdo descreve a criação da palavra pelo Criador para que Adão o compreendesse. Outras línguas surgiram, nessa perspectiva religiosa, a partir da modificação do hebreu, como resultado da soberba humana ao tentar atingir o céu em Babel. Dessa forma, as línguas e as religiões, desde longa data, estão relacionadas, interagem-se e nos revelam muitos “mistérios” concernentes a cada um dos eixos dessa relação.

O próprio vocábulo “religião” é exemplo dessa integração. Vem do latim *legere* (colher) e significa reunir, recolher. Na Roma antiga, religião se identificava, às vezes, com a família, às vezes com o Estado. No Oriente Semítico, religião coincidia com a tribo, permitindo-se observar que, quando a Bíblia fala em Deus de Abraão e de Issac, por exemplo, faz referência, justamente, ao clã de cada um deles. Posteriormente, a religião correspondia ao povo hebreu, o *qahal*, que em grego virou *ekklésia* (convocação, assembléia). Do grego para o latim, alterou-se para “igreja”.

Há muitas classificações para as religiões, dependendo do ponto de vista adotado. Toma-se o conceito divino e têm-se religiões monoteístas, politeístas, panteístas. Se considerarmos a expansão geográfica, classificam-se as religiões em africanas, asiáticas etc. Ao adotar uma classificação com base na espiritualidade, o Catolicismo é considerado profético porque pretende transmitir mensagens divinas por meio de profetas, “os porta-vozes”.

Ao pesquisar textos de temática religioso-católica, faz-se necessário discorrer sobre a história da própria igreja Católica. Diante da riqueza de dogmas, dos inúmeros fatos históricos e das muitas discussões que se atribuem a essa religião, optamos por apresentar apenas um breve relato sobre o Catolicismo, uma vez que não pretendemos discutir a religião Católica; pelo contrário, o intuito dessa revisão

literária é situar o leitor quanto às informações mais relevantes para a compreensão da pesquisa. Também apresentamos os temas mais recorrentes dessas produções, com destaque para aqueles predominantes no período medieval, justificado pelo fato de obras pertencentes a duas das três sincronias analisadas terem sido escritas durante a Idade Média. As marcas discursivas dos textos religiosos também são abordadas, pois o seu reconhecimento auxilia na análise dos fragmentos pesquisados, no que diz respeito à escolha lexical, ao contexto e ao recorrente uso de advérbios locativos e temporais nos diversos gêneros visitados.

Embora exista entre o período medieval e o contemporâneo uma grande distância temporal, associada às diversas mudanças no cenário mundial, não constará, nesta seção, uma abordagem minuciosa em relação à Igreja Católica na atualidade. Os principais dogmas do Catolicismo têm-se mantido (ou se tem pretendido mantê-los) ao longo dos séculos, o que nos permitiu apresentar apenas comentários gerais sobre essa religião nos dias de hoje.

3.1 Cristianismo católico: origem e desenvolvimento

Na história das religiões, o Cristianismo católico constitui-se um desenvolvimento do Judaísmo. Há, no entanto, diferenças entre eles: o Catolicismo reconhece um profeta superior a Moisés, Jesus de Nazaré; também se distingue pela consciência de que o Cristo já veio e sua vinda deu início ao reino de Deus na terra. Individualiza-se, ainda, pelo fato de ser considerada uma religião universal, que não distingue raça nem nação, contrariando o Judaísmo, que exige a origem ou descendência judaica de seus fiéis. Em relação à Bíblia, os católicos uniram a Sagrada Escritura dos judeus à mensagem de Cristo, tornando o livro sagrado composto por dois testamentos: o Antigo (escritos judaicos) e o Novo (a mensagem de Jesus).

Na religião católica, os fiéis podem seguir a vida cristã por meio do sacramento do matrimônio (casamento) ou de forma mais intensa, como os chamados religiosos. Muitos deles se isolam da sociedade, dedicando-se às orações. Na história Católica, muitos testemunhos desses homens e mulheres chamaram atenção, pois o isolamento conferia ao pecador uma “certa” autoridade,

por estar “em contato” mais direto com Deus. Na vida dos religiosos, ao lado do isolamento, estão os votos de pobreza (a renúncia aos bens materiais); de castidade (a renúncia da constituição familiar) e de obediência (a renúncia dos próprios planos em favor dos planos divinos). Esse isolamento é verificado no *Boosco deleitoso*, por exemplo, ao se constatar que o pecador é chamado para o ermo, a solidão, a fim de purificar-se e de alcançar o reino dos céus.

Historicamente, as primeiras comunidades cristãs eram estruturadas em torno dos apóstolos. O Império Romano, pautado em três núcleos culturais (romano, grego e oriental), protegia o Cristianismo que se expandiu, copiando e se estruturando tal como o Estado Romano. Além de se basear na organização política, o Catolicismo adaptou festas pagãs para o culto cristão. Isso ocorreu com uma das festividades mais importantes do calendário católico, o Natal, pois o estabelecimento da data, aos 25 de dezembro, na verdade, foi uma alternativa encontrada para acabar com a popularidade de uma grande celebração em honra a um deus pagão.

De acordo com Konigs e Zilles (1997), no mesmo período romano, no entanto, a expansão cristã tornou-se uma ameaça para o Estado, que perseguiu e puniu os cristãos de forma violenta. Foi somente com as profundas modificações realizadas pelo imperador Constantino para com o Estado e a Igreja, ao atribuir suas vitórias ao Deus cristão, que o Catolicismo conseguiu êxito. Transformado em religião pelo imperador Teodósio I, em 380 d.C, o Cristianismo expandiu-se pelas áreas de influência romana. O favorecimento da Igreja tornou o clero uma classe social à parte.

Com a derrocada do Império Romano e o desenvolvimento do Oriente, a Igreja começou a perder força. Ainda na Idade Média, dividiu-se em Ocidental e Oriental. Na Europa, associou-se ao Estado (sobretudo o mundo germânico), legitimando o poder dos reis e, em contrapartida, sendo protegida por eles, por meio do aparato bélico civil.

Próximo ao fim da Idade Média, a Igreja viveu o Grande Cisma Ocidental (o governo de dois papas), o relaxamento moral e os escândalos envolvendo papas renascentistas. Esses eventos prepararam o mundo para a Reforma Protestante. Das realizações da Igreja, na Idade Média, destacam-se a escola e a universidade. O também legado literário desse período permitiu vários estudos acerca da História da humanidade, da religião e da Língua Portuguesa. Destacam-se, ainda, no âmbito

religioso, as figuras de São Francisco e de São Domingos, que fundaram duas ordens religiosas importantes para o Catolicismo.

Na Idade Moderna, o Catolicismo viveu os impactos provocados pela Reforma Protestante; reformulou seu trabalho missionário, criou novas ordens religiosas e conduziu a Contra-Reforma como um meio de se reestruturar. O desenvolvimento das ciências, no entanto, relegou os preceitos cristãos a um segundo plano, destacando o Iluminismo. A disseminação dos ideais iluministas e a queda do Estado monárquico provocaram novas transformações na Igreja, que foi acusada de riqueza e de domínio, denunciada pela existência de uma classe clerical rica (formada pelos religiosos de origem abastada) e outra pobre, além do fato de muitos cargos políticos de confiança estarem nas mãos de membros da Igreja.

Com a descoberta do “novo mundo”, a Igreja Católica concentrou seus esforços em prol de sua expansão nas colônias portuguesas e espanholas. O impulso missionário se desenvolveu nessas regiões, mas o Catolicismo foi imposto aos nativos. Mais tarde, quando o movimento de independência dessas terras, principalmente as espanholas, tomou fôlego, o clero apoiou firmemente as atitudes de separação da metrópole.

No Brasil, a Companhia de Jesus não fez diferente no que diz respeito à evangelização. Os índios foram catequizados e a presença do clero em questões políticas foi também efetiva. Em 1759, no entanto, os jesuítas foram expulsos de solo brasileiro.

No século XIX, houve um crescimento no número de pessoas que buscava pela espiritualidade, tanto na Igreja Católica como em outras religiões. O Concílio Vaticano I, realizado em 1870, serviu para fortalecer a Igreja e, após ele, outras transformações se seguiram no interior dela. As mais importantes advém do Concílio Vaticano II, iniciado em 11 de outubro de 1962 e concluído em 08 de dezembro de 1965, quando se refletiu globalmente sobre a própria Igreja. Promulgaram-se constituições, decretos e declarações. Para a Santa Sé,

[...] a palavra ‘Constituição’ é reservada para textos que dizem respeito à exposição de verdades doutrinárias, o termo ‘Decreto’ designa textos que expõem disposições disciplinares. Quanto sei, a forma de ‘Declaração’ é [...] um juízo sobre determinado estado de coisas ou sobre o problema concreto (KLOPPENBURG, 2000, p. 32).

Esses documentos – duas constituições dogmáticas (*Lumen Gentium* e *Dei Verbum*), uma constituição pastoral (*Gaudium et Spes*) e vários decretos – estabeleceram, por exemplo, a adoção da língua vernácula nas missas em substituição ao latim; reconheceram a influência dos meios de comunicação para a propagação do “reino de Deus”; estabeleceram princípios sobre as atividades das Igrejas Orientais Católicas, de bispos e de presbíteros; discorreram sobre a formação sacerdotal e sobre a Educação Cristã; discutiram a relação da Igreja com as demais religiões, entre outros pontos.

É após esse concílio, por exemplo, que a Renovação Carismática Católica (RCC) se desenvolve, pois os dons, os carismas¹⁵ do Espírito Santo são ensinados no decreto *Apostolicam Actuositatem* e na *Lumen Gentium*. Esses grupos de oração, com intuito de despertar a consciência “da presença e ação do Espírito Santo na Igreja e no coração de cada fiel”, foram influenciados pela Renovação Carismática Pentecostal. Alguns grupos católicos foram incompreendidos e mal vistos pela Igreja Católica por causa dos “excessos” de euforia de louvores, do combate à figura de Maria e aos santos e também porque alguns praticantes acreditavam ter os dons de cura e de falar, durante a pregação, em outras línguas.

Em relação aos papados, o de João Paulo II, encerrado em 2005, foi um dos mais representativos, por ter propiciado o diálogo entre os grandes líderes políticos e religiosos da atualidade, por ter chamado a atenção dos jovens para a evangelização e por ter permitido que movimentos como a Renovação Carismática Católica se desenvolvessem com maior autonomia.

3.2 Pensamento e temática medieval

Em relação ao pensamento religioso medieval, Saraiva (1983) salienta que a vida terrena era desvalorizada ao passo que, após a morte do corpo, iniciava-se o período de vida perfeita, inalterável. Nos textos religiosos medievais, buscava-se contrapor esses dois pólos, ao mostrar que o alcance da vida eterna se daria

¹⁵ Segundo Miranda (1993), carisma para a teologia católica é dom do Espírito Santo a serviço da comunidade. Para alguns membros da RCC, carisma é o “maravilhoso”, o “falar em línguas” e até certos tipos de exorcismo, por meio da operação de libertação interior de alguém.

somente por meio do sofrimento na vida terrena. A passagem pela terra era apenas o meio para se atingir a vida perdurável. A ênfase atribuída ao sofrimento terreno e à exaltação da morte do corpo apareciam em narrativas intensas, como as descrições sobre a morte dos anjos, narradas como um momento alegre de passagem. A causa da morte não era mencionada e, quando ela chegava, o cristão ou o representante de Deus já estava “morto para o mundo”.

A vida dos santos era utilizada como espelho para o pecador, para que ele se baseasse nas experiências santas e edificasse sua vida. A vida de Santo Aleixo, que deixou a riqueza da família para mendigar, é exemplo das humilhações a que um cristão deveria se sujeitar para alcançar o reino dos céus (essa é apenas mais uma típica história do rico que abandona tudo para se dedicar ao Criador). Ao lado dele, surge a história de Santa Maria Egípcíaca, prostituta que se arrepende, tal como Maria Madalena.

O medo do inferno e o alcance do céu também são temas comuns na literatura medieval. No mosteiro de Alcobaça, um dos textos narrados conta a história de Túndalo (ou Túngulo), cavaleiro que pôde visitar o céu e o inferno e regressar à vida para contar como fora a viagem. Nela, o inferno apresentava várias seções. Cada pecado tinha seu castigo enquanto o céu era visto como um lugar ensolarado, com construções de ouro, cravejado de pedras preciosas. O inferno, em contrapartida, era fétido, mescla de calor e de frio intenso, repleto de sofrimento e de escuridão, abrigo de monstros e de criaturas horrendas. Posteriormente, vários pintores e escritores descreveram essa experiência, como Bosch e Dante, respectivamente.

O simbólico também é encontrado nas produções de cunho religioso medievais. Nesse sentido, os números e os animais representavam verdades religiosas. Tome-se o caso dos números sete, quatro e três. O primeiro poderia significar os sete dias da semana ou os sete pecados capitais; quatro representaria as letras do nome de Adão ou os quatro evangelistas; três referir-se-ia à Santíssima Trindade.

Em relação aos animais, a figura de Jesus Cristo poderia ser simbolizada pelo leão, pela águia ou pela fênix, dependendo da intenção do autor. A simbologia também se estendia aos objetos, verificada em um texto de Santo Antônio sobre a expulsão dos ladrões por Jesus do templo. O santo decompõe o templo em partes e

“enxerga” nelas várias representações: o alicerce simbolizaria a humildade; a parede equivaleria à virtude e o telhado, à caridade.

Essas representações simbólicas também se encontrariam nas Sagradas Escrituras. Na parábola do Bom Samaritano, o homem menosprezado seria Adão, expulso do paraíso e o samaritano, o próprio Cristo. No *Orto do esposo* (1956), texto produzido no final do século XIV, há passagens referentes ao Cântico dos Cânticos, em que se interpretaria o amor carnal como a expressão do amor de Deus.

A tênue fronteira entre o natural e o sobrenatural, nos textos medievais, era verificada por meio da intervenção de Deus e dos milagres. São Gregório Magno, em seus *Diálogos*, foi um dos grandes propagadores dessas intervenções divinas.

Todas essas considerações em torno do homem, as contradições entre o plano espiritual e o temporal e sua espiritualidade no período medieval são retratadas, tanto nos textos produzidos nesse período, como nos contemporâneos.

3.3 Marcas discursivas nos textos de temática religiosa

Marcuschi (2005), ao definir os gêneros textuais, expõe que as atividades religiosas não abrangem um gênero particular, mas origina vários deles. Dessa forma, os diversos tipos de textos sobre a religião católica que compõem os *corpora* desse trabalho constituem-se como diversos gêneros textuais, específicos do discurso religioso, porque apresentam fins de doutrinação, além de diversas marcas, consideradas próprias desse discurso.

A discussão acerca das características do discurso religioso serve como base para o entendimento dos contextos em que aparece o item **onde** na análise realizada. De acordo com Almeida (2001), o texto religioso apresenta efeito de sentido instantâneo, envolvendo tempo e espaço. Nesses textos, evocam-se todos os tempos (presente, passado, futuro), na busca pela eternidade, e o espaço, porque é o ponto de encontro entre o céu e a terra.

Segundo a autora, o texto bíblico é o “discurso fundador da narrativa”, o que justifica a recorrente retomada de passagens da Bíblia porque, a partir dela, estabelece-se a organização textual dos enunciados. Além disso, os excertos bíblicos outorgam autoridade à fala do representante de Deus. No *Boosco deleitoso*,

dentre tantas citações bíblicas, pode-se destacar esta, retirada do Evangelho de São Mateus (Mt 18, 20), que contempla, inclusive, o uso interrogativo do item **onde**:

<p>XXXVII, p. 89: U som dous ou três ajuntados em o meu nome, i som eu em meo deles, disse o Senhor.</p>	<p>Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estou ali, no meio deles, disse o Senhor.</p>
---	--

Para Orlandi (1996), no discurso religioso, Deus se define como sujeito por excelência, o criador. É aquele que nomeia, mas não é nomeado. O discurso religioso é aquele em que a voz de Deus fala; quando o padre fala, é a voz de Deus que fala. Desse modo, o representante não pode alterá-la, pois não tem autoridade para isso. Ressaltamos que são poucos os homens que podem ser representantes do Senhor, em virtude de sua vocação especial (episcopado, presbiterato, diaconato, os consagrados sob votos de pobreza, de castidade e de obediência). Nesse sentido, algumas ressalvas em relação à RCC são realizadas, justamente pela chamada “imposição das mãos”, o “batismo do Espírito”, pois esse ato desconsidera o sacramento do Batismo tradicional, diminuindo o papel da Igreja e do clero, “autorizando” a cada um o poder de comunicar-se mais diretamente com Deus. Almeida (2001) acrescenta que o discurso religioso é fechado em si por causa da repetição e das paráfrases. Por meio das orações e das narrativas sobre santos, cria-se a ilusão de o sujeito (pecador) igualar-se ao Sujeito (Deus), em que se ultrapassaria o plano temporal para o espiritual. Essa reversibilidade (a troca de papéis durante a interação entre locutor e ouvinte), no entanto, não é permitida, porque não se pode ocupar o lugar de Deus, hierarquicamente superior.

No plano temporal, destacam-se a figura do papa e de todo clero, enquanto no plano espiritual se encontram a figura dos mediadores, os santos e Nossa Senhora. Jesus está em lugar à parte por se tratar do próprio Deus.

A partir dessa assimetria (temporal/espiritual), surgem outras no discurso religioso, como a imortalidade/mortalidade, vida/morte, céu/terra, paraíso/inferno. Essas oposições são marcadas, gramaticalmente, por elementos adverbiais locativos e temporais.

Orlandi (1996, p. 247) complementa que, no discurso religioso,

[...] a própria fala é ritualizada, é dada de antemão. Há fórmulas para se falar com Deus, mesmo quando se caracteriza essa relação de fala pela familiaridade, pela informalidade. Isso porque, quando se fala com Deus, se o faz por orações ou por expressões mais ou menos cristalizadas (como: Ó meu Deus! Faça com que...).

Além dessas expressões mais ou menos cristalizadas, segundo a autora, existem também propriedades e marcas que permeiam esse tipo de discurso. As primeiras compreendem a “totalidade do discurso e sua relação com a exterioridade, enquanto que a marca diz respeito à organização do discurso” (ORLANDI, 1996, p. 257). O que caracteriza propriedade no discurso religioso é a não-reversibilidade: não é possível o sujeito (homem), na interação, ocupar o lugar do Sujeito (Deus). Acrescenta-se a isso o fato de que a fala divina não pode ser alterada pelo representante de Deus, porque ele jamais se apropria do lugar do Criador; ele mantém sempre seu estatuto de interlocutor.

As marcas do discurso religioso, por sua vez, partem da assimetria entre o temporal e o espiritual, realizada por meio de antíteses e de negações (ou denegação, que é negar o negativo, o pecado). Essa denegação explica as partes que compõem as várias espécies de discurso religioso, que se organizam com base na exortação, no enlevo e na salvação. Na exortação, reconhecem-se os sujeitos entre si (“irmãos”) e separam-se os que pertencem dos que não pertencem àquela comunidade cristã. No enlevo, dá-se a “ilusão” de reversibilidade. A salvação constitui o pedido do representante divino ou o agradecimento do fiel.

Outras marcas do discurso religioso são: uso de imperativos e de vocativos, que constituem formas próprias de discursos de doutrinação; metáforas, explicadas por paráfrases que indicam a leitura mais apropriada, uma vez que o texto religioso permite diversas leituras; citações em latim, que recebem atenção similar à dispensada à metáfora (traduções realizadas por meio de perífrases extensas que exploram os efeitos de sentido sugeridos pelas diferenças lingüísticas existentes entre a tradução e o original); uso de sintagmas cristalizados (as orações) etc. Para as unidades textuais, Orlandi (1996) considera o emprego da parábola ou o uso de temas como a vida eterna, a provisoriedade humana, como marcas desse discurso.

Nas palavras da autora, as marcas “podem derivar de qualquer nível de análise lingüística (fonológico, morfológico, sintático, semântico) ou de unidades de

qualquer extensão (fonema, morfema, palavra, sintagma, frase, enunciado, partes do texto, texto)” (ORLANDI, 1996, p. 259).

Uma característica importante do discurso religioso e que tem relação com as condições de produção é a intertextualidade, cuja referência textual constante é a Bíblia. Interessante notar também que as marcas enumeradas como pertencentes ao discurso religioso se aplicam igualmente a outros tipos de discurso.

Em alguns exemplos dos registros pesquisados, parte-se das proposições estabelecidas pela Análise do Discurso para analisar o emprego semântico-sintático do item **onde**. Mediante os objetivos propostos para o presente trabalho, que não se voltam exclusivamente para uma pesquisa de base discursiva, e a variedade de gêneros textuais utilizados (novenas, narrativas, palestras, explicações de evangelho) durante a análise dos dados, referimo-nos aos gêneros que compõem os *corpora de texto de temática religiosa* ou, simplesmente, *texto religioso*.

CAPÍTULO IV

OS VALORES TEMPORAIS E LOCATIVOS DE *ONDE* NOS SÉCULOS XIV, XVI E XXI

A proximidade existente entre o sentido locativo e o temporal permite algumas observações em relação à expansão de empregos de determinados conectivos no Português. A inter-relação semântica entre esses valores faz que vários pronomes, preposições e advérbios sejam utilizados para expressar lugar e tempo, por meio da metáfora, ao “localizarmos” eventos em uma linha temporal do mesmo modo que localizamos objetos e seres espacialmente.

Com base nesse processo metafórico, voltamos nossa atenção para o item ***onde*** e seu uso relativo bem como conjuntivo, equivalendo a *quando*, ao denotar tempo. Neste capítulo, encontra-se o estudo acerca desse item, obtido a partir da análise de fragmentos de textos oral e escrito produzidos em três sincronias distintas. Consideramos, inicialmente, as passagens em que ele se apresenta como um elemento relativo locativo, ao recuperar, anaforicamente, sintagmas que designassem lugares ou pessoas. Assim como a retomada de um espaço físico tornava evidente o valor locativo, a conceituação espacial com base no eixo sagital explanada por Pontes (1992) e Batoréo (2000) no capítulo II permitiu reconhecer, na anáfora de pessoa também um emprego relativo locativo do ***onde***. Ao lado desse uso, motivadas pelas explicações apresentadas no parágrafo introdutório desse capítulo e na introdução dessa pesquisa, analisamos ainda os excertos que exemplificassem o sentido temporal da partícula, já verificado em estudos desenvolvidos anteriormente, como o de Mattos e Silva (1989), de Coelho (2001) e o de Kersch (*apud* MARINHO, 2002).

Para alcançar os objetivos do presente trabalho, reunimos textos de temática religiosa produzidos nos séculos XIV, XVI e XXI, nas modalidades oral (apenas a última sincronia, visto não haver registros orais referentes à fase arcaica) e escrita (todas as três), a fim de compor os *corpora*. Devido à diversidade de gêneros textuais que cada período pesquisado apresenta, aliada às características dos autores, dos copistas e do meio em que essas produções foram disponibilizadas (impresso, *on-line*, midiático), a análise do item ***onde*** é organizada em seções, divididas com base nas sincronias consideradas e subdivididas de acordo com os dois valores estudados do elemento, locativo e temporal.

Ao discorrermos sobre o período inicial do português, revivemos a história da Língua Portuguesa, que se confunde com a da Península Ibérica, visto que essa região foi dominada pelos romanos, falantes do latim vulgar (*sermo vulgaris*), origem do nosso idioma. Este último, ao que se tem notícia, apresenta duas fases distintas, a arcaica e a moderna, cujos limites não se encontram definitivamente estabelecidos. Acreditava-se que a primeira fase havia começado com alguns textos em prosa, como *Auto da Partilha* (1192), *Testamento* (1193) e *Notícia de Torto* (1206), e duas cantigas, uma de Paio Soares de Taveirós (1189) e outra de Del-rei D. Sancho (1194-1199). No final da década de 1990, Ana Maria Martins encontrou *Notícia de fiadores*, um texto de 1175, supostamente escrito em português, o que reacendeu diversos debates quanto à essa delimitação inicial, segundo relata Mattos e Silva (2006). Esta menciona também que o limite final da fase arcaica (início do século XVI) também tem sido alvo de discussões, quando as pesquisas desenvolvidas pelo projeto PROHPOR¹⁶ demonstraram que, em documentos de meados daquele século, características do português arcaico ainda são encontradas.

Existem ainda subperiodizações da primeira fase, visando separar um momento marcado pelo uso do galego-português (por volta de meados do século XIV) de outro, em que se emprega a Língua Portuguesa já em uma versão mais próxima daquela que utilizamos hoje.

Como a fase medieval de nosso idioma não apresenta uma norma que a determine, os textos apresentam variações desde a grafia até a sintaxe, o que nos permite observar possibilidades estruturais em uso, “que são indicadores para mudanças que depois vieram a ocorrer e que, a partir da normatização gramatical, a documentação escrita exclui, visto que serão sempre algumas das variantes as selecionadas para o uso escrito normativizado das línguas” (MATTOS; SILVA, 2006, p. 17).

Infelizmente, o reduzido número de cópias produzidas e o acesso restrito a elas nos possibilitam estudar apenas fragmentos de nossa história lingüística. Dessa forma, nesse trabalho, somente duas obras do período arcaico foram escolhidas para análise, a fim de que as variações, tão comuns nessa fase, possam

¹⁶ PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa – vinculado ao Departamento de Letras Vernáculas e ao Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia, reúne inúmeras pesquisas lingüísticas desenvolvidas a partir do estudo de obras escritas em português de diferentes períodos históricos.

contribuir no entendimento sobre a atribuição de sentidos não-locativos ao **onde**. Nesse sentido, *Virgeu de consolaçon* exemplifica o primeiro momento do português medieval, enquanto *Boosco deleitoso* ilustra o segundo momento da mesma fase. Para completar os *corpora*, analisamos produções do século atual, XXI, a fim de observar em que aspectos os usos do **onde** se assemelham ou não às fases anteriores, contribuindo para o estudo da gramaticalização desse elemento.

Por estarem, as duas produções religiosas medievais, escritas em uma linguagem arcaica, a leitura e o entendimento por parte do leitor podem ser prejudicados. Conforme admite Buescu (1969, p. 35), “a leitura de um texto do século XVI é, por definição, delicada e difícil, dada a imperfeição das artes tipográficas da época no nosso país e, sobretudo, à oscilação entre as grafias e a autonomia de cada critério pessoal, quer dos autores quer dos próprios tipógrafos”. Para tornar os fragmentos compreensíveis, está disponível, ao lado de cada citação, uma versão atualizada. Essa versão consiste em uma paráfrase¹⁷, pois uma tradução literal traria para o texto alguns prejuízos semânticos, em vista do estilo de escrita dos autores, das intervenções dos copistas e dos diversos recursos lingüísticos empregados em cada período. Dessa forma, as leituras realizadas desses textos, na presente pesquisa, não se constituem como única, mas apenas uma delas.

O desenvolvimento dos trabalhos tem como ponto de partida a identificação dos trechos que apresentam as formas *hu/u* e **onde**. Uma vez identificadas, essas passagens são analisadas quanto ao emprego semântico-sintático que os itens desempenham em cada uma delas, isolando aquelas com sentido temporal e as que os empregam como advérbio relativo com antecedente locativo. A partir desse isolamento de fragmentos, é realizada a separação por elementos e valores. Para cada sentido, há uma análise a fim de tentar estabelecer critérios que condicionem a ocorrência da partícula.

Em casos de anáforas locativas, em que a expressão retomada fosse uma entidade geográfica, buscamos convalidar também as constatações de Braga e

¹⁷ A paráfrase foi realizada com base em glossários editados por Augusto Magne (1944) e nos dicionários disponibilizados em veículo eletrônico, como o do site <http://www.cipm.fcsh.unl.pt>, que apresenta o resultado parcial do projeto de Corpus Informatizado do Português Medieval e o do site [http://www.agalgz.org/estraviz/modules.php?name=Dictionary &file](http://www.agalgz.org/estraviz/modules.php?name=Dictionary&file).

Manfili (2004)¹⁸, quanto à variação entre o emprego de **onde/u/hu** e um sintagma preposicionado. O trabalho das lingüistas foi desenvolvido a partir de uma pesquisa realizada em *corpus* composto por artigos de jornais de grande circulação no Rio de Janeiro. As pesquisadoras levantaram a hipótese de que a anáfora realizada por meio de **onde** é sensível a determinadas propriedades gramaticais do contexto em que ocorre. Elas observaram que, em casos de retomadas de entidades geográficas referidas por nome próprio, o item analisado é o mais empregado, mas, quando essas mesmas entidades são explicitadas, além de denominação própria em que se inserem, é admissível também o uso de um sintagma preposicionado (preposição + QUE pronome relativo). Também há a preocupação em identificar o sentido da palavra¹⁹ ou expressão que antecede o relativo (valor locativo ou temporal), a fim de verificar quais aspectos semânticos determinam esses usos. A análise também considerará a classificação de verbo transitivo adverbial, quando houver, nos casos de anáfora locativa, baseado em Kury (1987)²⁰.

A seguir, encontram-se as análises das formas *u/hu* e **onde** em cada uma das sincronias.

4.1. Sincronia XIV – *Virgeu de Consolaçon: obra e conteúdo*

E portanto esta obra he chamada Virgeu de Plazer e de Consolaçom, porque bem assi como no virgeu son achadas flores e fructos de desvayradas maneyras, assy em esta

¹⁸ Esse estudo permite compreender porque o usuário da Língua Portuguesa oscila entre o uso do elemento aqui estudado e outros pronomes relativos na sincronia atual, quando o contexto envolve determinadas referências locativas.

¹⁹ Não se faz aqui distinção semântica entre palavra e vocábulo, visto que essa diferenciação é fonte de divergência entre lingüistas, como nos lembra Coelho (2001).

²⁰ Kury (1987) postula que certos verbos classificados tradicionalmente como intransitivos (alguns de movimento ou de situação - chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar, estar, ficar, morar), ao pedirem um complemento adverbial a fim de completarem seu sentido, devem ser denominados transitivos adverbiais: “O Presidente VOLTOU da China” (1987, p. 32). Nos períodos compostos, esses verbos têm seus sentidos completados por orações adverbiais: “Fique onde está” (1987, p. 50).

Bechara (2004) compartilha da idéia de transitividade adverbial de alguns verbos, ao mencionar que em *A criança caiu da cama*, a locução adverbial *da cama* é termo obrigatório para que a oração tenha sentido completo. O autor, nesses casos, argumenta que esses adjuntos adverbiais são complementos relativos, pois se trata de complemento pertencente à regência do verbo, assim como objetos diretos, indiretos e predicativos.

*obra son achadas muitas e desvayradas
auctoridades, que dam prazer
maravilhosamente ao coração daquel que
as co voontade leer ou ouvir.*

(Virgeu de Consolaçon)

Em apresentação à edição crítica de *Virgeu de Consolaçon*, Bem Veiga (1958) informa que o texto por ele pesquisado se encontra, em sua versão original, no Códice Alcobacense CCXLIV/211. A obra se divide em cinco partes, ao longo de 78 capítulos. A primeira parte aborda, especificamente, os sete pecados capitais: soberba, inveja, ira, preguiça, avareza, gula e luxúria, reservando a cada um deles um capítulo. A segunda discorre sobre aqueles pecados que nascem a partir desses pecados capitais, como a arrogância, a hipocrisia, a mentira etc. A terceira trata das sete virtudes mais chegadas a Deus: fé, esperança, caridade, sabedoria, fortaleza, temperança e justiça. As duas últimas partes também destacam virtudes “honestas e que son pera salvamento da alma”, como paciência, jejum, esmola e amizade.

Quanto à autoria da obra, discorrem os filólogos sobre vários nomes, uma vez que os textos desse período não costumavam ser assinados por seus autores, permitindo aos pesquisadores a formulação de hipóteses. Uma delas considera que se trata de uma tradução de *Veridiarium consolationes*, de S. Pedro Paschoal; outra nomeia como autor Frei Jacobo de Benavente, frade que viveu em meados do século XIV.

Concernente a essa inquietação, Pe. Mário Martins (*apud* BEM VEIGA, 1958), em pesquisa sobre o assunto, comenta a existência de dois códices e de um incunábulo castelhano com títulos idênticos: *Virgeu de consolaçon*, *Vergel de grand consolacion* e *Vergel de consolación*, este último atribuído ao frei supracitado. A semelhança entre os textos levou o padre a crer que as três obras eram a mesma.

Para a análise, adotamos a versão portuguesa do *Vergel de consolación*, atribuído ao Frei Jacobo de Benavente. Por ser uma edição crítica, o texto apresenta ajustes tipográficos e de pontuação que, de acordo como o compilador, seguem as regras vigentes em 1958, ano de impressão do livro.

4.1.1 Os dados encontrados

Se, no período trecentista, os registros de *hu* são mais freqüentes que os de **onde**, segundo Mattos e Silva (1989), e, por volta do século XVI, ter-se-ia o desaparecimento da variante arcaica, os séculos XIV e XV apresentariam um momento de transição de sentido entre as formas aqui estudadas. Desse modo, prever-se-ia que o número de ocorrências entre os dois vocábulos não seria muito diferente.

A análise de 81 fragmentos confirma essa suposição, pois o número de ocorrências de cada forma não é tão discrepante, conforme o demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 – Ocorrências do *hu* e do **onde** no *Virgeu de consolaçon*.

Advérbio	<i>hu</i>	onde	Total
Ocorrência /	34	47	81
Porcentagem	42%	58%	100%

Em relação aos valores semânticos de cada um dos vocábulos pesquisados, constata-se que, para ambos, além do sentido locativo que lhes é inerente, outros lhes são atribuídos, ao longo da obra religiosa. Bem Veiga (1958) já chamara a atenção para esse fato, nas páginas introdutórias do *Virgeu*, ao destacar a indicação de proveniência, direção, lugar estático e explicação para a forma **onde**. A análise dos fragmentos nos permite encontrar também o elemento como conectivo indicador de condição. A tabela abaixo demonstra o número de ocorrências registradas da forma para cada um dos valores presentes na obra.

Tabela 3 – Valores do **onde** no *Virgeu*.

Valores encontrados de onde	Ocorrências/Porcentagem
Condição	1 - 2%
Direção	1 - 2%
Explicativo (equivalendo a <i>por isso</i>)	34 - 72%
Instrumento (<i>per onde</i>)	1 - 2%
Interrogativo	4 - 8,5%
Proveniência	2 - 4,5%
Relativo com antecedente locativo	2 - 4,5%
Temporal	2 - 4,5%

A passagem transcrita abaixo exemplifica o emprego condicional da partícula na obra. O parágrafo a que pertence o fragmento se inicia com São Bernardo salientando que os bens da igreja pertencem aos pobres e que os prelados devem dispensá-los. Em seguida, o santo comenta como esses religiosos devem se vestir, sempre se atendo ao voto de pobreza feito por todos eles. Ressalta ainda que um eclesiástico, mesmo que se cubra com roupas caras, deve dispensar qualquer sentimento que gere pecado. Atentamos para o emprego do tempo verbal pretérito imperfeito do subjuntivo, que contribui para o uso da conjunção *se* na versão, por designar hipótese:

V, 1404: ...per tal guisa que provejan os seus corpos en boa maneyra e non por muyta fartura da sua garganta nen por fazerem e criarem luxuria; nen outrossi onde ouvessen panos preçados que vestissem nẽ por que ensobvecessen, mais os pobres e minguados e nuus e famijntos, chamã a Deos

... de forma que provejam os seus corpos sem gula e sem luxúria, da mesma maneira se tivessem panos caros para vestirem ou envaidecerem, porque os pobres, minguados, nus e famintos chamam a Deus...

Ainda em relação à tabela 3, verificamos que o valor explicativo – aquele que aparece em contextos argumentativos, a fim de explicar uma citação bíblica ou parábola e/ou persuadir o leitor a seguir os ensinamentos apresentados – é o mais expressivo. Mattos e Silva (1989) alerta que, em textos do século XIII, esse emprego do **onde** já se verificava, em decorrência da argumentação desenvolvida nos textos religiosos e o denomina “conclusivo”. Por sua vez, Kersch (*apud* MARINHO, 2002) se refere a ele como *onde discursivo* e inclui, nessa classificação, o emprego condicional. Atribuímos a esse sentido, neste trabalho, a designação *explicativo*, tendo em vista o fato de que, em trechos com menções de situações de vivência cristã e de ensinamentos religiosos, o item é empregado para explicar essas passagens por meio de seqüência de palavras proferidas por santos e profetas, constituindo uma espécie de reafirmação dos ideais evangelizadores, como ilustra o fragmento abaixo:

II, 224: Ypocrisia he madrasta das virtudes e madre dos peccados. Onde diz sancto Agostinho: Ypocrisia he fazer antre os homẽes semelhança de bondade, e teer a maldade no coração...

Hipocrisia é a madrasta das virtudes e mãe dos pecados. Por isso Santo Agostinho diz que hipocrisia é fazer um tipo de bondade diante dos homens, mas ter maldade no coração...

No excerto acima, o contexto se refere a uma metáfora em relação à hipocrisia e sua explicação por Santo Agostinho é introduzida por **onde**, que na versão se encontra substituído por *por isso*.

Há também outros dois sentidos não-locativos que nos chamam atenção: instrumento e tempo. A expressão de instrumento, pouco comum na obra, ocorre quando há o emprego do **onde** precedido pela preposição *per*, em indicação ao meio pelo qual se tem acesso a algo, como na passagem transcrita a seguir:

I, 160: Ca ben assy catam os envejosos atrevimento de maa fama por que mazelem e enpeençam aa vida dos bõos, como buscavan e catavan os sodomitas a porta per onde entrassem aa casa de Lot...

Porque bem assim procuram os invejosos (atrevimento de má fama), para que prejudiquem a vida dos bons, como buscavam e procuravam os sodomitas à porta por onde entravam na casa de Lot...

Quanto à noção de tempo, duas passagens assinaladas evidenciam que esse sentido não-locativo já aparecia na fase arcaica e sua análise detalhada consta no item 4.1.3.

Destacamos ainda o baixo percentual de emprego locativo da forma **onde**, em apenas 9 ocorrências, que contrasta com os registros consideráveis da variante *hu* para o mesmo valor, conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Valores do *hu* do *Virgeu*.

Valores encontrados de <i>hu</i>	Ocorrências/Porcentagem
Catafórico (antecedido ou não por <i>ali</i>)	8 – 23%
Condição	1 - 3%
Direção	2 – 6%
Interrogativo	2 – 6%

Locativo sem antecedente	2 – 6%
Relativo com antecedente locativo	16 – 47%
Temporal	3 – 9%

De todas as passagens com o advérbio *hu*, 88% dizem respeito à noção locativa, restando apenas 12% para os sentidos desprezados pela gramática normativa. Dentre a noção de espaço, destaca-se o uso catafórico da partícula, ao se referir a um sintagma que lhe é posposto:

<p><i>III, 89: Caridade he amor de Deos e do próximo; hu he caridade, non falece hy nêhũa cousa de ben.</i></p>	<p><i>Caridade é o amor de Deus e do próximo; onde está a caridade, não morre nenhuma coisa de bem.</i></p>
---	---

O emprego como conectivo condicional também aparece no estudo realizado a partir dos fragmentos com a variante arcaica, ao lado do sentido temporal, objeto de nossa pesquisa. Ao confrontar as duas últimas tabelas, verifica-se que há vários pontos em comum entre usos dos itens encontrados durante a análise, como emprego relativo, direção, condição, pronome interrogativo e temporal. Os elementos pesquisados apenas diferem em relação ao valor explicativo e de instrumento, exclusivo de **onde**, e ao emprego catafórico de *hu*.

A seguir, encontra-se a análise semântico-sintática do **onde** e do *hu* na obra *Virgeu de consolaçon*, considerando apenas os empregos relativos com antecedente locativo e a referência temporal do item. Frente à existência de duas formas e de dois empregos, haverá a separação do estudo para cada variante e sentido, a fim de facilitar a compreensão do processo de pesquisa e do fenômeno da gramaticalização.

4.1.2 Sentidos de *onde* no século XIV

O estudo semântico-sintático do item se organiza em um único tópico, a partir do estudo das ocorrências locativas e, posteriormente, das temporais, devido à reduzida amostragem recolhida. Entre parênteses está a numeração dos

fragmentos; depois dela, há a indicação do capítulo a que pertence a passagem assinalada (em algarismos romanos), seguida pela identificação da linha, em números arábicos, que apresenta o **onde**.

(1) IV, 472: *O nosso Senhor acrescentou o seu amor na cruz, **onde** aquel que se tira dos doestos he tal como aquel que cospe a Deos na face.*

*O nosso Senhor acrescentou o seu amor na cruz, **onde** aquele que tira dos desonrados é igual àquele que cospe na face de Deus.*

No excerto acima, o elemento pesquisado é classificado como relativo porque retoma “cruz” e, dessa forma, assume valor locativo. Verifica-se que o **onde**, nessa passagem, não indica proveniência, mas lugar estático. A referência de que a ele só se associava a idéia de origem não se confirma na passagem vista e essa contradição de empregos já ilustra que a sincronia demonstra transição de sentidos entre essa forma e a outra variante.

(2) V, 258: *E por esto vos digo, jrmãaos, que muy boa messejeyra he a oraçon, e a pura oraçon he hũa tan gran cousa que chega a tal lugar **onde** non pode chegar nêhũu homen en carne.*

*E por isto vos digo, irmãos, que muito boa mensageira é a oração e a pura oração é uma coisa tão grande que chega a um lugar **onde** não pode homem mortal algum chegar.*

Em (2), o **onde** retoma um sintagma semanticamente locativo (*a tal lugar*); é o local que a oração pode alcançar, mas o mortal não pode. Ele desempenha a função de adjunto adverbial de lugar ao completar o sentido de um verbo transitivo adverbial (KURY, 1987). A recuperação do substantivo *lugar*, que ocorre em muitos outros fragmentos, ilustra uma das marcas discursivas que permeiam esses textos de temática religiosa, pois se refere à oposição *plano temporal/plano espiritual* vivida pelo pecador. Na passagem anterior, a oração alcança o plano espiritual (lugar aonde nenhum mortal chega).

(3) V, 1014: *E a primeyra sabença he temer homen Deos, e des’i honestidade de vida sen enpeecimento de obra, **onde** o scrivã en tempo de vagar screve a sabença.*

*E a primeira sabedoria é o homem temer a Deus e depois a honestidade da vida, sem prejuízo da obra, **quando** o escrivão escreve a sabedoria em tempo de perdição.*

Ao contrário dos dois fragmentos anteriores, no exemplo (3), o valor atribuído ao **onde** é temporal, pois, na passagem assinalada, a sabedoria de temer a Deus é conhecida no momento em que o escrivão escreve, em um tempo de perdição. A substituição pela conjunção *quando* contribui para a constatação dessa noção de tempo, além da presença de um advérbio temporal no período, *depois*, que marca a seqüência de sabedorias e do vocábulo *tempo*. Note-se que, nesse caso, o item não recupera o sintagma que o antecede porque, se o fizesse, a oração não teria sentido, conforme se verifica na reconstrução da sentença com a presença de um *Sprep*: *E a primeira sabedoria é o homem temer a Deus e depois à honestidade da vida, sem prejuízo da obra, em que o escrivão escreve a sabedoria em tempo de vagar.*

(4) V, 1074: *Ante todas as creaturas foram criados os anjos, e ante o criamento dos angeos foi o diaboo facto. Sey que he scripto que elle he começo das obras de Deos, onde a comparaçon dos outros he dicto archanjo, porque foy primeyramente criado,...*

Antes de todas as criaturas, foram criados os anjos, e, antes da criação dos anjos, foi feito o diabo. Sei que está escrito que ele é o começo das obras de Deus quando foi chamado de arcanjo, em comparação aos outros, porque foi criado primeiro...

O excerto (4) também ilustra o valor temporal aplicado ao **onde**, uma vez que a denominação arcanjo se constitui como o marco inicial (ser o primeiro) das obras divinas. Observa-se que o sintagma precedente ao **onde** se refere ao início de um período: *o começo das obras de Deus* e que, entre a oração que antecede e a introduzida pelo item, há relação lógico-semântico causal: o diabo é chamado arcanjo porque foi criado primeiro. A correlação temporal destaca uma subsequência entre os fatos, que, de acordo com Neves (2000), favorece uma interpretação causal. É como se dissesse: *porque o diabo foi criado primeiro, é chamado arcanjo.*

As noções espaciais retomadas pelo item atestam que não apenas a indicação de proveniência se aplicava ao **onde** no século XIV, mas este já se empregava em referências locativas estáticas. Soma-se a essa verificação a confirmação de usos não-privilegiados pela norma padrão atual em excertos da fase arcaica, com destaque para o sentido temporal, ainda que em reduzidas ocorrências. Nesses empregos, há, no contexto, expressões indicativas de tempo (*tempo de*

vagar, começo das obras, depois), que contribuem para a extensão de sentidos aplicados ao elemento.

4.1.3 *Hu* locativo no *Virgeu de consolaçon*

Diante do grande número de ocorrências da forma arcaica *hu*, a análise dos fragmentos está dividida em dois tópicos: o primeiro contempla o emprego do item em anáforas locativas, e o segundo apresenta-os em referências temporais.

<p>(5) I, 140: <i>...bem fez Deos de os levar a tal logar, hu nunca vejan ben a que possam aver enveja.</i></p>	<p><i>... bem fez Deus de levá-los a tal lugar, onde nunca vejam bem a quem possam ter inveja.</i></p>
---	--

Em (5), São Gregório se refere aos invejosos, desejando-lhes tormento e dor e comenta sobre a atitude de Deus para com eles. Na citação, o substantivo retomado anaforicamente por *hu* tem sentido locativo (*logar*), o que contribui para a identificação do valor espacial do advérbio. Tem-se, nessa construção, o elemento anafórico desempenhando função de adjunto adverbial.

Conforme mencionado anteriormente, o substantivo *lugar* é recuperado anaforicamente diversas vezes devido à temática escolhida. Nos textos religiosos, a oposição entre céu (infinito, salvação) e terra (finito, perdição), linguisticamente construídos a partir de antíteses e do emprego de advérbios temporais e espaciais é recorrente.

Diante dos vários registros desse tipo de anáfora, agrupamos as ocorrências e analisamo-las de acordo com as similitudes existentes entre elas. Os excertos (6), (7), (8) e (9), por exemplo, assemelham-se a (5), ao retomarem *lugar*:

<p>(6) III, 317: <i>Non queyra nenhũu seer vestido de vestiduras nobres en logar hu seja visto...</i></p>	<p><i>Não queira nenhum ser vestido com vestes nobres em lugar onde seja visto...</i></p>
---	---

(7) II, 699: *E en aquel logar se trabalha mais e cata razon pera enpeencer, hu vee o homen star mais forte en bõo fecto.*

Naquele lugar, onde se vê o homem ficar mais forte e em bom feitio, trabalha-se mais e procura-se motivos para prejudicar...

(8) V, 1840: *...e non he logar publico hu possam dar de sy bõo exemplo e ensinar e castigar.*

E não há lugar público onde possam dar bom exemplo, ensinar e castigar.

(9) V, 2154: *E porende, jrmãaos, trabalhemos muyto pera hyr a aquel logar tan seguro, e logar muy doce, hu seremos avondados sen falecimento...*

E por isso, irmãos, trabalharemos muito para ir àquele lugar tão seguro e muito doce, onde seremos saciados eternamente...

Em todas as passagens acima, o valor locativo de *hu* se confirma. Embora também apresentem o substantivo *logar* precedendo o elemento pesquisado, as citações (10) e (11) trazem, além da anáfora locativa, um outro emprego da forma arcaica:

(10) V, 948: *... eu son vida, e non ha logar bõo hu vaas, senon a mjn, nen logar bõo hu folgues senon en mjn.*

Eu sou vida, e não há lugar bom aonde vais, senão a mim, nem lugar bom onde se alivie, senão em mim.

(11) V, 114: *...enquanto te ajudar, chegarás hu quiseres hir; enquanto contigo for, non te perderás. E diz adeante que en todo logar hu o nome de sancta Maria for dicto e nomeado, o diaboo fugirá.*

...enquanto te ajudar, chegarás aonde quiseres ir; enquanto contigo for, não te perderás. E diz adiante que em todo lugar onde o nome de Santa Maria for dito e nomeado, o diabo fugirá.

No fragmento (10), a presença da preposição *a*, além do verbo de movimento *ir*, caracteriza a indicação de direção, valor que não será foco de estudo neste trabalho. O segundo emprego do *hu* é relativo locativo: retoma um sintagma formado por um núcleo genérico (lugar) determinado por um adjetivo (bom). O *logar bom* em questão é o próprio Deus. Em cada religião, o Criador é representado de uma forma:

árvore, mãe, pai. No Catolicismo, Ele é representado por Jesus. Ao considerarmos que Jesus veio ao mundo em forma humana, admitimos que a ele podemos atribuir a representação sagital de espaço e classificamos como locativo o emprego do elemento pesquisado.

Observa-se que, em (11), existe semelhança em relação ao exemplo anterior a ele. Em ambos, a forma *hu* aparece duas vezes empregada em contextos diferentes. A primeira ocorrência indica direção, o que, etimologicamente, não é um valor atribuído à variante. O outro uso é característico do *hu*: lugar estático.

(12) V, 1689: ... *non os enviará a outro lugar senon a aquel hu orden non ha...* ... *não os enviará a outro lugar senão àquele onde não há ordem...*

No exemplo (12), o *hu* é precedido pelo pronome demonstrativo *aquele*. Pelo contexto, sabe-se que *aquele* refere-se a *outro lugar*. Mantém-se, nesse caso, o considerável uso da palavra *lugar* em retomadas anafóricas do advérbio, bem como o sentido locativo atribuído à forma arcaica.

(13) I, 486: ... *pelo provamento do comer defeso cayu en terra hu se farta dos prazeres carnaaes.* ... *pela tentação do comer proibido caiu em terra onde se farta dos prazeres carnaais.*

Em (13) também se ilustra o *hu* em função de adjunto adverbial na oração introduzida por ele. Destaca-se, nessa e em outras passagens que serão analisadas, a recuperação anafórica do substantivo *terra*. Um dos motivos que leva o autor a essa escolha lexical se explica pelo mesmo motivo que o leva a retomar o substantivo *lugar*, isto é, trata-se de recursos lingüísticos de textos religiosos. Em alguns excertos, *terra* virá acompanhada por determinantes, como em (14):

(14) V, 2102: *Aquela he terra de mesquindade e de teebra, hu non ha ben nêhũu nen ordinança, mais ha hy senpre espanto e avondamento de todo mal.* *Aquela é terra de mesquinhez e treva, onde não há bem algum nem ordem, mas há sempre espanto e abundância de todo mal.*

No exemplo acima, o elemento *hu* recupera *terra de mesquindade e de teebra*, um sintagma com um núcleo formado pela palavra *terra* e seus determinantes. A determinação realizada por meio de adjetivos com referências ao pecado reforça a idéia negativa do lugar mencionado.

<p>(15) II, 610: <i>...e possamos entrar no poderio e senhorio de Deos e veer as muy grandes riquezas da sua bondade, hu seremos en folgança e veremos quan rico he o nosso Senhor...</i></p>	<p><i>... e possamos entrar no reino de Deus e ver as muitas riquezas da sua bondade, onde estaremos aliviados e veremos quão rico é o nosso Senhor.</i></p>
---	--

<p>(16) V, 2005: <i>Ca seran metudos no fogo hu seram queymados por senpre...</i></p>	<p><i>Porque serão jogados no fogo, onde serão queimados para sempre...</i></p>
---	---

Em (15), o sintagma recuperado pelo *hu* está deslocado: *poderio e senhorio de Deus*. Independentemente do deslocamento, a anáfora locativa ocorre. Na passagem (16), o substantivo *fogo*, instituído como denotador espacial, é retomado pelo relativo. Em algumas interpretações bíblicas, *fogo* é compreendido como o próprio inferno. No excerto acima, pode ser admissível essa interpretação, uma vez que se acredita na punição do pecador por meio de sua condenação ao ser queimado pelo fogo infernal eternamente. Entretanto há uma passagem do livro sagrado que traz a figura divina personificada como o fogo que crepita em uma árvore. Nesse sentido, Deus aparece para se comunicar com o homem, constituindo uma referência positiva à palavra *fogo*.

Nos dois fragmentos acima, o advérbio desempenha função de adjunto em períodos que não apresentam verbo transitivo adverbial e (15) se assemelha aos três excertos que seguem, por apresentar o elemento recuperado pelo *hu* também deslocado:

<p>(17) V, 2164: <i>... será cidadãao daquela cidade de que son os angeos cidadãaos e moradores, hu he tempo e resplendor de Deos Padre.</i></p>	<p><i>... será cidadão daquela cidade de que são anjos cidadãos e moradores, onde é tempo e resplendor de Deus pai.</i></p>
--	---

(18) V, 2170: *O' cidade sancta do ceoo, morada segura, terra que ten en si todo prazer, poboo sen arruydo, moradores folgados, hu non ha mjngua nen falha.*

Oh, cidade santa do céu, morada segura, terra que tem em si todo prazer (povo sem clamor, moradores aliviados), onde não há perda nem falha.

(19) V, 2193: *Senhor, no teu ceoo he luz que nunca falece, nen ha jamais de falecer. Hy fezeste moradas muy claras por sempre, hu sempre as almas dos sanctos ajan folgança.*

Senhor, no teu céu há luz que nunca falece, nem há jamais de falecer. Aí fizeste moradas muito iluminadas para sempre, onde as almas dos santos sempre encontram alívio.

Em (17), há a recuperação do sintagma deslocado *daquela cidade*. Em (18), *hu* se refere ao sintagma *cidade*, enquanto no fragmento (20) a variante arcaica remete a *céu*; é lá que foi feita a morada, é onde as almas encontram alívio.

Mesmo que sejam verificadas muitas inversões sintáticas nas passagens assinaladas, não é possível afirmar que elas sejam características do estilo do autor ou reflitam o modo de escrita do período. Verificamos, no entanto, que os quatro fragmentos com deslocamento do sintagma retomado denotam idéias positivas; descrevem lugares de salvação, exemplos de morada eterna ansiadas pelos homens. O excerto (15), reapresentado aqui, também ilustrou essa constatação.

(15) II, 610: *...e possamos entrar no poderio e senhorio de Deos e veer as muy grandes riquezas da sua bondade, hu seremos en folgança e veremos quan rico he o nosso Senhor...*

... e possamos entrar no reino de Deus e ver as muitas riquezas da sua bondade, onde estaremos aliviados e veremos quão rico é o nosso Senhor.

No fragmento (20), a variante arcaica retoma *Senhor*, ainda que exista, entre eles, um aposto. Novamente, a referência espacial é atribuída a uma *pessoa*, à figura divina.

(20) V, 2130: *Depois que formos en ti, Senhor, fonte de vida perduravil, hu es con os teus sanctos e has luz e ben eternal, aly cobijçaremos seer fartos de ti...*

Depois que formos em ti, Senhor, fonte de vida duradoura, onde estás com os teus santos e tens luz e bem eternos, cobiçaremos ser fartos de ti...

Na análise das passagens do *Virgeu de consolaçon*, identificamos que, em alguns casos, o sintagma recuperado pelo *hu* apresenta os substantivos *lugar* e *terra* como seu núcleo, cujo sentido espacial se torna evidente. Um número considerável de passagens apresenta o deslocamento do sintagma recuperado pela variante, como (17):

(17) V, 2164: ... *será cidadãao daquela cidade de que son os angeos cidadãaos e moradores, hu he tempo e resplendor de Deos Padre.* ... *será cidadão daquela cidade de que são anjos cidadãos e moradores, onde é tempo e resplendor de Deus pai.*

Nesses casos, o contexto denota sentido positivo, as referências a lugar se mantêm e a postulação de que deslocamentos sejam um estilo de escrita de época não podem ser propostas, porque a pesquisa apresenta uma pequena amostragem, além da superficialidade da análise quanto a esse aspecto.

Não foi encontrada passagem alguma que permitisse a substituição do **onde** por *Sprep*, consoante o proposto por Braga e Manfili (2004). No tópico seguinte, encontra-se o estudo acerca do valor temporal da variante arcaica.

4.1.4 *Hu* temporal no *Virgeu de consolaçon*

Conforme o exposto no item 4.1.1, os empregos temporais de *hu* são esparsos (3 ocorrências) no *Virgeu*. É preciso mencionar, no entanto, que a identificação desses valores contribui para a compreensão do processo de gramaticalização que o **onde** vem sofrendo ao longo dos séculos, porque revela ser o sentido temporal um valor atribuído a esse item desde a formação da Língua Portuguesa. Da mesma forma como foi analisado o locativo, neste tópico será observado como o sentido temporal é expresso por meio de *hu*. Não será utilizada a substituição do elemento considerado por um *Sprep*, mas sim pela conjunção *quando*. Também será verificado o contexto semântico-sintático em que ocorrem tais empregos.

(21) II, 271: *E diz sancto Ysidoro que per muitas vezes veemos que algũus em nome de justiça fazẽ crueldade e mal; e em nome de piedade, perdoã a aqueles que deviã a castigar; e, em nome de grandeza, despenden o que deviã guardar; e, ã nome de guarda, ascondem e apoupam o que deviã despenden; e, so nome de fortaleza, toman perfia hu a non deven tomar.*

... *E diz Santo Isidoro que muitas vezes, sob o nome da justiça, fazem crueldade e mal; em nome da piedade, perdoam aqueles que deviam castigar; em nome da grandeza, despendem o que deviam guardar; em nome da guarda, escondem e guardam o que deviam despenden; e sob nome de fortaleza, confiam **quando** não devem confiar.*

Em (21), há uso temporal do elemento, ao indicar, após uma série de ações contraditórias do pecador, a suas próprias justificativas – ser justo sendo cruel, ser piedoso sendo injusto etc - mais uma atitude dos pecadores: *confiar quando não devem confiar*. Nesse fragmento, há um emprego curioso do pronome *a*, porque ele parece retomar o sintagma nominal *perfia* que, na verdade, não é o complemento do verbo *tomar*, mas o nominalizador que acompanha o verbo suporte *tomar*: *tomar perfia (confiar)*. Ele não é o objeto direto de *tomar*, mas forma com o verbo um significado único – *toman perfia hu a non devem tomar*: *confiam quando não devem confiar*.

(22) II, 543: *...e o que diz a mentira quer enpeencer e fazer mal hu non pode.*

... *e diz mentira para prejudicar e fazer mal **quando** não pode.*

Tanto em (21) quanto em (22), os sintagmas que precedem o *hu* não indicam espaço; compreendem noções. Verificamos também que o elemento, em (22) não recupera qualquer expressão deslocada presente no fragmento, o que sinaliza um uso não-locativo da partícula. Na verdade, a passagem exemplifica a referência temporal atribuída ao item, pois há possibilidade de substituí-lo pela conjunção *quando*, uma vez que as ações praticadas na oração principal não deveriam ter sido realizadas naquele momento. A oração temporal demonstra algumas das atitudes esperadas de um homem, confrontando-as com as realmente tomadas, contrárias aos preceitos católicos. Esse confronto é marcado, inclusive pelo uso de verbos modalizadores (*devem, pode*). Ao pontuar a ocorrência dessas ações na linha

temporal, a forma *hu* “perde” seu sentido espacial e passa a expressar tempo, funcionando como conjunção.

(23) IV, 710: *E diz san Jeronimo: Jejũu acabado he hu se faz esmolla e oraçon todo compridamente.* *E diz São Jerônimo: jejum acaba quando se faz esmola e oraçon minuciosa e exhaustivamente.*

A idéia expressa nesse excerto é temporal: é possível substituir *hu* por *quando* e, além disso, São Jerônimo explica em que momento se dá o fim de um processo (no caso, o jejum).

Assiste-se, no *Virgeu de consolaçon*, ao emprego temporal do *hu*, por introduzir oração adverbial, indicando o momento em que as ações foram praticadas pelo pecador, destacando que elas não eram as mais corretas ou explicam o fim de um processo.

4.2 Sincronia XVI – *Boosco deleitoso*: obra e conteúdo

A 24 dias de Maio do ano da encarnaça de nosso Salvador e Redentor Jesu Cristo de mil quinhentos e quinze, na mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, saía dos prelos de Hermã de Campos, bombardeiro del-rei nosso Senhor, um livro intitulado *Boosco deleitoso*, em que se continham enxemplos e falamentos muito aproveitosos pera mantimento espiritual dos corações

(*Boosco Deleitoso*)

O *Boosco deleitoso* constitui um tratado dirigido aos pecadores, convidando-os a deixarem o mundo profano (*segre*) e irem para um lugar pacífico, sossegado e solitário, o ermo. A obra inicia com o pecador arrependido sendo levado a um bosque (*boosco*) muito agradável, onde reza para se libertar das trevas da morte. Depois das orações feitas, aparece um mancebo com vestes brilhantes que o leva para a residência das sete virtudes mais chegadas a Deus (fé, esperança, caridade, sabedoria, fortaleza, temperança, justiça), virtudes também descritas no *Virgeu de*

consolaçon, e à presença de uma “dona” e de Dom Francisco. Este louva a vida solitária, assim como outros personagens – Dom Cícero, São Bernardo, Santo Tomás de Aquino – que convencem o pecador a mudar de vida. Ao fim da obra, a alma do pecador é levada para o céu, terra perdurável, introduzida na glória celestial.

Embora a obra seja datada do século XVI (1515), J. Leite de Vasconcelos (1959) revela que o *Boosco* possui uma linguagem mais antiga, talvez do início do século XIV:

Na Biblioteca Nacional há um, sem rosto (na subscrição final lê-se *Boosco delleytoso*, e é por isso que o cito assim). Esta obra, ainda que impressa no primeiro quartel do século XVI, representa porém uma fase lingüística muito mais antiga, dos começos do século XIV [...] O estilo é o mesmo das obras místicas do século XIV e da Corte Imperial. Talvez *Boosco delleytoso* não passe de reprodução de uma obra impressa no século XV, de que não se conheça hoje nenhum exemplar (VASCONCELOS, 1959, p. 126-127).

Essa informação nos faz refletir sobre os problemas que os documentos da fase inicial da Língua Portuguesa apresentam, pois a incerteza do século em que foi produzida a obra influencia nos resultados de qualquer análise. A isso se acrescentam as palavras de Megale (2002) sobre o trabalho com manuscritos antigos. Para o autor, é tarefa árdua porque podemos encontrar variações gráficas, correções e alterações na estrutura do texto realizadas por parte do copista. Além disso, não se pode precisar a quantidade de copistas que trabalharam para fazer as cópias, muitas vezes, única, das obras que temos hoje.

Ao nos depararmos com as ocorrências freqüentes da forma arcaica *u* em texto do século XVI, frente à informação dos filólogos de que a variante já não era recorrentemente utilizada no referido período, voltamos nossa atenção a essas explanações feitas por Vasconcelos (1959) e Megale (2002), que nos levam a admitir a possibilidade de o *Boosco deleitoso* ter sido escrito em um período anterior ao século em que foi impresso.

Júlio Dantas (*apud* MAGNE, 1944), em análise sobre os 44 códices da livraria do Infante D. Fernando, refere-se a uma obra intitulada *Hermo Espiritual*, presente de Fernão Lopes a D. Fernando. Postula-se que se trate da obra que foi publicada posteriormente sob o título de *Boosco deleitoso solitário*, a pedido da rainha D. Leonor. Magne (1944) limita-se a dizer que isso constitui uma suposição, pois não

há nada comprovado. No entanto a freqüente ocorrência das palavras *ermo* e *espiritual* no *Boosco* contribui para que a explicação acima, sobre a origem da obra, seja possível.

As dúvidas quanto à data de produção também se estendem à figura do autor do *Boosco*. Considera-se que haja muita semelhança entre o texto analisado e um tratado escrito por D. Felipa de Lencastre, *Tratado da vida solitária*. A linguagem do primeiro, porém, leva a crer que o texto fora criado antes do nascimento de D. Felipa.

Outro texto que parece ter influenciado o autor do *Boosco* é *De vita solitaria*, de Petrarca. Nessa obra, escrita em 1356, há um elogio à solidão e ao silêncio, ao longo de duas partes. Na primeira, o solitário procura um bosque e nele se deleita com a solidão e os prazeres da oração e da leitura. Na segunda parte, traz exemplos cristãos concernentes aos solitários. Menciona também Horácio, Virgílio, Cícero, além de outros renomados filósofos.

A semelhança entre as duas obras é visível em diversos momentos. Conforme Magne (1944), do capítulo XVI ao CXVII, encontram-se “leves falhas e interpolações” entre elas; além disso, D. Francisco do *Boosco* seria o próprio Francisco Petrarca. Não se trata, entretanto, de uma tradução portuguesa do texto latino:

Porquanto o nosso inteligente compilador conseguiu apresentar-nos um conjunto mais espiritual, menos erudito, mais poético: inspirando-se em ascetismo mais profundamente cristão, contenta-se com aduzir o pensamento de clássicos como Cícero ou Virgílio, em-vez de transcrever-lhes as formais palavras, e transforma seu arrazoado em solene cenário onde, um após outro, comparecem, devidamente caracterizados, os apologistas da vida do êrmo (MAGNE, 1944, p. V).

Mediante o seu caráter doutrinário, a obra apresenta várias citações bíblicas e essas passagens são tantas que Martins (1979) supõe que o autor tenha “digerido” o livro sagrado. Cânticos dos Cânticos, Salmos, Lamentações de Jó, Livro do Eclesiástico, Gênesis, Apocalipse, são alguns dos livros citados. Dada essa grande quantidade de trechos bíblicos, o pesquisador assinala que não se pode dizer que o *Boosco* seja uma tradução do *De vita solitaria* de Petrarca.

A presente edição do *Boosco deleitoso* apresenta algumas modificações por parte de Magne (1950) as quais, segundo ele, facilitam a leitura da obra, ampliando,

dessa forma, o número de leitores desse tipo de texto. Houve simplificação de grafia, introdução da pontuação, uso de alíneas e emprego de recurso itálico em passagens referentes às inovações lingüísticas.

4.2.1 Os dados encontrados

Considerando a data de impressão do *Boosco* como pertencente ao século XVI (1515), a análise das ocorrências do elemento **onde** tomaria um caminho diferente, uma vez que as postulações de Bonfim (2005) e de Said Ali (1971) denunciam o raro registro da variante arcaica em textos daquele século. A autora, em referência a João de Barros e a Duarte Nunes de Leão, menciona que *u* é considerado fora de uso no século XVI, enquanto Said Ali (1971) salienta que há ainda registros da forma arcaica em textos dos períodos quinhentista e seiscentista, mesmo que sejam ocorrências esparsas.

Partindo desse princípio, esperava-mos encontrar poucos registros da variante arcaica frente a um número maior de emprego do advérbio **onde**. No entanto, conforme discutido no item anterior, há suposições de que o *Boosco deleitoso* tenha sido escrito no século XIV, sob o nome de *Hermo Espiritual* e impresso dois séculos depois. Desse modo, o número de ocorrências do item e sua variante arcaica seriam diferentes daqueles esperados, caso o texto fosse realmente escrito em português quinhentista. O resultado dos dados revela um número de registros da forma arcaica bem superior à forma atual **onde**: 81,5% contra 18,5%. Em outras palavras, há 74 vezes o emprego de *u* frente a 17 ocorrências de **onde**.

Tabela 5 – Ocorrências do *u* e do **onde** no *Boosco deleitoso*.

Advérbio	<i>u</i>	<i>onde</i>	Total
Ocorrência /	74	17	91
Porcentagem	81.5%	18.5%	100%

Etimologicamente, **onde** seria empregado para indicar proveniência e, no período arcaico, também lhe era atribuído o valor locativo estático. Nos dados encontrados, verifica-se que não apenas esses sentidos foram utilizados, mas

também há outros empregos bem distintos, como o temporal, o explicativo e o condicional.

Tabela 6 – Valores do **onde** no *Boosco deleitoso*.

Valores encontrados do onde	Ocorrências/Porcentagem
Condição	2 – 11%
Explicativo (equivalendo a <i>por isso</i>)	1 - 6%
Locativo sem antecedente	1 - 6%
Pronome interrogativo	1 - 6%
Proveniência (<i>d'onde/donde</i>)	10 - 59%
Relativo com antecedente locativo	1 - 6%
Relativo com antecedente nocional	1 - 6%

Como conectivo condicional, o **onde** é registrado na passagem abaixo:

LXVIII, 461, p. 173: Como pode haver lugar a razom ou a verdade, onde o senhorio é em os maas enxemplos e em os maaos conselhos, onde todas as cousas som ocupadas de falsas opiniões...

Como pode a razão ou a verdade ter lugar, se o domínio está nos maus exemplos e nos maus conselhos, se todas as coisas estão ocupadas por falsas opiniões...

A razão e a verdade são vistas como pontos positivos, uma vez que, culturalmente indicam conceitos bons para a vida humana. Por sua vez, os maus exemplos, os maus conselhos e as opiniões falsas correspondem a conceitos negativos, pecaminosos para o cristão. O falante ressalta que não é possível a razão ou a verdade predominar quando os exemplos maus estão dominando. Para que o bem triunfe, há necessidade de haver certas condições, que é a negação do pecado. Contribuiu também para a classificação do valor não-locativo do item a observação de que os sintagmas que o antecedem não expressam espaço, ainda que a versão apresente o substantivo *lugar* anteposto a ele. Ressaltamos que a posição ocupada pelo substantivo na versão não é a mesma do original. Além disso, o emprego locativo da forma pesquisada na versão causaria estranheza ao leitor: *Como pode a razão ou a verdade ter lugar, em que o domínio está em maus conselhos...*

Ainda que haja ocorrências cujo emprego do item se afaste da gramática tradicional, a maior parte das ocorrências do **onde** no *Boosco deleitoso*, contrariando os dados encontrados no *Virgeu*, apresenta sentido locativo. Cerca de 80% dos fragmentos trazem-no em referência a lugar (porcentagem equivalente à soma do percentual de empregos como pronome interrogativo, locativo sem antecedente, proveniência e relativo locativo). Apenas uma passagem do *Boosco* ilustra o valor explicativo, tão frequente na sincronia XIV:

XCIV, 537, p. 213: ... *beenzem aquêle que faz maldades. Onde, se verdadeiramente fôr entendido este despredaçamento das cousas desta vida presente...* ... *benzem aquele que faz maldades. Por isso, se, verdadeiramente for entendido o desprendimento das coisas desta vida ...*

Chama atenção o valor de proveniência que compreende o maior número de empregos no *Boosco*. Esse percentual está aliado ao fato de ser esse o sentido originário do **onde**, mas, na obra, esse valor está definido por meio da preposição *de*, que o acompanha, constituindo a forma apocopada *d'onde/donde*.

A forma arcaica *u* destaca-se pelo seu uso locativo, ao longo de 90,5% das ocorrências, reservando apenas 9,5% do total dos dados a referências não-locativas, conforme o exposto na Tabela 7:

Tabela 7 – Os valores de *u* no *Boosco*.

Valores encontrados do <i>u</i>	Ocorrências/Porcentagem
Catafórico	6 – 8%
Direção	15 – 20%
Du	1 – 1,5%
Interrogativo	14 – 19%
Locativo Sem Antecedente	6 – 8%
Relativo Com Antecedente Locativo	24 – 33%
Relativo Com Antecedente Nocial	4 – 5,5%
Temporal	4 – 5%

É importante ressaltar ainda que foi encontrado *du* nesse *corpus*, forma relatada por Magne (1944) na obra *A Demanda do Santo Graal* que constitui uma

indicação do capítulo a que pertence a passagem assinalada (em algarismos romanos); em seguida, há uma identificação existente na própria obra, que não se refere às linhas do texto. Devido à imprecisão dessa última informação, está disponível também a página em que se encontra o trecho mencionado:

<p>(24) <i>XI, 94, p. 33: ...por tal que nom vaa aaquela terra treevosa e cuberta de escuridade da morte, terra de mizquindade, onde há espanto e tormento perdurável.</i></p>	<p><i>... para que não vá àquela terra cheia de trevas e cuberta de escuridão da morte, terra de mesquinhez, onde há espanto e tormento perdurável.</i></p>
---	--

O exemplo (24) ilustra o emprego do **onde** com função anafórica e valor locativo, pois, se ele for substituído, no período, pelo sintagma recuperado na frase anterior, ter-se-ia: *há espanto e tormento perdurável naquela terra cheia de trevas e cuberta de escuridão*. O elemento estudado retoma um sintagma formado por um nome comum (*terra*) e seus determinantes (*treevosa e cuberta de escuridade*), além de um aposto (*terra de mizquindade*). O item funciona como adjunto adverbial de lugar da oração em que se insere.

4.2.3 *U* locativo no *Boosco deleitoso*

<p>(25) <i>I, 5, p. 3-4: Ca ali é o reino de Deus e o paraíso u é o ajuntamento das virtudes...</i></p>	<p><i>Porque ali é o reino de Deus e o paraíso onde está a reunião das virtudes...</i></p>
---	---

No excerto (25), a variante *u* retoma o sintagma *o reino de Deus e o paraíso*. Ela desempenha função sintática de adjunto adverbial e verifica-se que o verbo da segunda oração é classificado como transitivo adverbial, segundo Kury (1987). Por sua transitividade, credita-se a esses verbos a “necessidade” de um complemento que seja um advérbio. No período acima, a complementação sintática do verbo pede um advérbio de lugar, que é recuperado anaforicamente pelo *u*. Dessa forma, torna-se clara a classificação da forma arcaica como locativa. É o que ocorre também em (26) e (27):

(26) CX, 612, p.259: *E quando ela entrou em aquela real câmara **u** estavam aquelas gloriosas donas e os nobres barões, todos lhe fizeram grande reverença...*

*E quando ela entrou naquela câmara real **onde** estavam aquelas gloriosas donas e os nobres barões, todos lhe fizeram grande reverência...*

(27) CVIII, 604, p. 253: *Depois que êsto disse o solitário, logo a formosa dona parou mentes aaquela parte **u** estavam alguũs santos padres do ermo.*

*Depois que o solitário disse isto, logo a formosa dona pensou naquela parte do ermo **onde** estavam alguns santos padres...*

(28) XXX, 205, p. 72: *deve de [16,c] ... semparar o ermo, em que aproveita e serve a si soo, e tornar-se ao lugar **u** seja proveitoso ao mundo.*

*... deve deixar o ermo, em que aproveita e serve a si só, e ir ao lugar **onde** seja proveitoso ao mundo.*

No exemplo (28), a forma *u* também exerce função de adjunto adverbial, mas não se trata de uma oração com verbo transitivo adverbial. Novamente, verifica-se a recorrente anáfora do nome *lugar* nos textos medievais religiosos, que se limita não apenas ao fragmento supracitado, mas ocorre também nos trechos (29), (30), (31) e (32) que seguem:

(29) LXXIV, 474, p. 179: *... juntarom-se mais de dez mil homeẽs pera os desertos mais baixos, e chegou ao lugar **u** vivia Santo Antõnio, que pouco havia que morrera...*

*... reuniram-se mais de dez mil homens para os desertos mais baixos, e chegaram ao lugar **onde** vivia Santo Antonio, que havia morrido há pouco...*

(30) XL, 282, p. 98: – [22,a] *Eu digo que cadeira real enflamada som os monges e os ermitaães e os outros que moram em uũ lugar **u** se trabalham de servir ao Senhor Deus...*

*Eu digo que na cadeira real, cheia de ardor, estão os monges e os ermitãos e os outros que moram em um lugar **onde** trabalham em servir ao Senhor Deus...*

(31) XLII, 299, p. 103: ... todo o meu pensar era como leixaria a vida do segre e me apartaria em lugar **u** fizesse Justiça de peendenza em mi...

... e todo o meu pensamento era como deixaria a vida do mundo profano e me apartaria em lugar **onde** fizesse em mim justiça de penitência...

(32) XCIII, 530, p. 210: ... e logo lhe posestes o vosso dedo em o lugar, **u** havia de haver a lançada, dizendo-lhe:

... e logo lhe pusestes o vosso dedo no lugar, **onde** havia de haver a lançada, dizendo-lhe:

Observa-se que em (32) o *lugar* retomado por *u* é uma parte do corpo: *puseste o dedo no lugar onde seria acertado a lançada*. É preciso observar que não se trata de um lugar nocional, porque o corpo humano é usado como um dos parâmetros de localização de um objeto no espaço.

Da mesma forma que no *Virgeu de consolaçon*, em alguns fragmentos do *Boosco deleitoso*, *lugar* vem acompanhado por adjetivos e pronomes, como em (33), (34) e (35):

(33) XXXV, 241, p. 84: E esto disse eu em outro tempo a uñ vogado mole e fraco de coração come mulher, que começou viir amiúde ao lugar apartado **u** eu vivia...

E eu disse isto, em outro tempo, a um advogado mole e fraco de coração como mulher, que começou a vir freqüentemente ao lugar apartado **onde** eu vivia....

(34) XCIV, 538, p. 214: Ca ele, teendo-a, leixou-a, desejando ou demandando o primeiro lugar do ermo **u** vivia...

[referente a Celestino] Porque ele, tendo-a, deixou-a, desejando ou buscando o primeiro lugar do ermo **onde** vivia ...

(35) LXXXVII, 504, p. 195: ...e ali vos escondestes em aquêle lugar **u** nasceu o salvador do Mundo; e em esse meesmo lugar se apartou aquela nobre mulher santa e piadosa, Paula de Roma, que em no seu tempo, foi espelho de virtude a todas as mulheres, e esqueceu-se da terra **u** fora nacida, por tal que podesse morrer a-par do presepe **u** naceu o Senhor...

... e ali vos escondestes naquele lugar **onde** nasceu o Salvador do Mundo, e nesse mesmo lugar se apartou aquela nobre mulher santa e piedosa, Paula de Roma, que no seu tempo, foi espelho de virtude a todas as mulheres, e esqueceu-se da terra **onde** fora nascida, por tal que pudesse morrer ao pé do presépio **onde** nasceu o Senhor...

No exemplo (35), além de *lugar*, a forma *u* recupera também *terra*, tal como ocorreu em exemplos extraídos da sincronia XIV.

(36) LXXXIV, 495, p. 190: *Oo quaaes abraçamentos e quaaes prazeres em aquela casa que chamom Edepol, u esteverom juntos...*

Oh! Quais abraços e quais prazeres naquela casa chamada Edepol, onde/na qual estiveram juntos...

O excerto (36) constitui o primeiro registro nos *corpora* que nos permite aplicar a proposição feita por Braga e Manfili (2004), pois o elemento pesquisado retoma o sintagma *naquela casa chamada Edepol*, uma construção com um núcleo comum que identifica o tipo de classe na qual o nome próprio se insere. Nesse caso, a substituição do advérbio por um *SPrep* é aceitável e está apresentada na versão, logo após *u*. As passagens (37) e (38) assemelham-se ao fragmento (36):

(37) LXXXV, 497, p. 191: *... nom sabendo aquêlo que a piadade de Deus obrava por ele, veo-se aa cidade de Milan, u vivia este doutor, Dom Santo Ambrósio.*

... não sabendo que a piedade de Deus obrava por ele, veio à cidade de Milão, onde/na qual vivia este doutor, Dom Santo Ambrósio.

(38) XCIV, 535, p. 212: *... e tomou i hábito de monge e morou em uñ monte que chamom Soracte, u vivia escondido Sam Silvestre...*

... [Carlomano] e tomou ali hábito de monge e morou em um monte que chamam Soracte, onde/no qual São Silvestre vivia escondido...

Em (39), à primeira vista, o *u* retomaria não um elemento locativo, mas sim um nocional, pois recuperaria a *afeição*, e *da terra* compreenderia uma locução adnominal. Entretanto uma leitura mais atenta demonstra que o advérbio retoma o vocábulo *terra*. Dessa forma, há um emprego locativo da forma:

(39) LXXXVII, 505 p. 196: *... e por tanto que te vistisses em Jesu Cristo, desvististe-te da afeicom da terra u naciste e da vida e do amor dos teus...*

... por isso que te vestisse em Jesus Cristo e te despiste da afeição da terra onde nasceste e da vida e do amor dos teus...

Conforme mencionado, os textos de temática religiosa apresentam recorrentemente referências locativas, realizadas por meio do emprego de vocábulos como *lugar, terra, ermo, monte*. As passagens (40), (41) e (42) revelam a anáfora do substantivo *boosco*, que consta no título da obra e que também se constitui como marca discursiva dessas produções religiosas. A função sintática do advérbio é de adjunto adverbial de lugar.

(40) XCVIII, 552, p. 223: *E el rei Alexandre veo aaquêl boosco u el morava e descavalgou do cavalo...*

E o rei Alexandre veio àquele bosque onde ele [UM HOMEM INOCENTE] morava e desceu do cavalo ...

(41) CXXIII, 657, p. 288: *Estas consolações e outras muitas havia eu, pecador, em aquêl boosco u vivia apartado fora dos negócios do mundo...*

Eu tinha essas consolações e muitas outras, pecador, naquele bosque onde vivia apartado, fora dos negócios do mundo...

(42) CXXIV, 660, p. 290: *...ela me visitava muito aamiúde em aquêl boosco u eu vivia...*

... ela me visitava muito naquele bosque onde eu vivia ...

Nos exemplos (43), (44), (45) e (46), o *u* é anafórico e tem função de adjunto adverbial da oração em que aparece. Não são orações cujos verbos sejam classificados como transitivo adverbial, nem compreendem as formulações expostas por Braga e Manfili (2004), mas ilustram o sentido espacial do item pesquisado:

(43) XCIV, 536, p. 213: *... outro Pedro que foi papa em Roma e foi chamado Celestino, que assi leixou a mui grande dinidade de papa pera o êrmo u ante vivia...*

...outro Pedro, que foi papa em Roma e foi chamado Celestino, que assim deixou a grande dignidade de papa para o ermo onde antes vivia...

(44) CXX, 676, p. 300: *...e esta (FILHA DO MUI ALTO REI) te levará ao alto monte u ela mora e ali entenderás e veerás o que desejas...*

...e esta te levará ao monte alto onde ela mora e ali entenderás e verás o que desejas...

(45) CLIII, 751, p. 343: ... e me fezeste parceiro e quinhoeiro dos teus confiados em na casa do teu Padre, em esta cidade celestial **u** se alegram os anjos e os arcanjos...

...e me fizestes parceiro dos teus confiados na casa do teu Pai, nesta cidade celestial **onde** se alegram os anjos e os arcanjos...

(46) CXXXVII, 693, p. 309: Pero com todo êsto, desejava eu chegar e sobir aa cabeça do monte e aa cima dele **u** era a maior alteza.

Mas com tudo isto, eu desejava chegar e subir à cabeceira do monte e acima dele, **onde** era muito alto.

No fragmento (46), o *u* retoma o pronome *dele* que, por sua vez, no contexto, refere-se ao monte citado anteriormente pelo pecador. Essa passagem é similar ao excerto (12) do *Virgeu*, reapresentado a seguir, em que o pronome *aquele* precede o advérbio, mas seu referente está no texto, o que não interfere no emprego locativo da variante arcaica.

(12) V, 1689: ... non os enviará a outro logar senon a aquel **hu** orden non ha...

... não os enviará a outro lugar senão àquele **onde** não há ordem...

No *Boosco*, os casos em que se tem o relativo locativo *u* não apresentam diferenças entre os existentes no *Virgeu* para com a forma *hu*. Existe a retomada das palavras *lugar* e *terra*, confirmando-se as postulações de Braga e Manfili (2004), além de encontrarmos excertos com verbos transitivos adverbiais.

4.2.4 *U* temporal no *Boosco deleitoso*

Quatro ocorrências ilustram o emprego temporal de *u* na sincronia XVI. São elas:

(47) LII, 399, p. 141: *Per ventura tive maneira de correger mais altamente que devera? Ca fize aspereza u devera fazer piadade. Ai de mim! Porque me calei? u devera falar cousas mais proveitosas, falei cousas de mais pouco proveito; anojei e escandalizei os home, falei cousas de mais pouco proveito;*

Por acaso, tive oportunidade de corrigir mais do que devia? Porque fui inclemente quando deveria fazer piedade. Ai de mim! Por que me calei? Quando devia falar coisas mais proveitosas, falei coisa de pouco proveito.

As inquietações do pecador quanto ao seu comportamento se revelam nesse fragmento por meio dos inúmeros questionamentos que ele faz. As interrogações quanto às suas práticas, como cristão, são destacadas pela seqüência de descrição de atos “incorretos”, seguida pela citação daqueles que seriam mais aceitos pela vida cristã.

Para marcar essa oposição de atitudes, registram-se dois empregos temporais da forma *u* na passagem (47). O item, aqui empregado como conjunção temporal, explicita que o pecador, em algum momento de sua vida, procedeu de forma diferente daquela esperada de um católico. Como as ações desenvolvem-se no decorrer do tempo e este é visto como uma linha, sendo possível “localizar” um ponto nela, o falante empregou o elemento locativo com sentido temporal. Faz-se necessário ressaltar que, na primeira ocorrência, embora haja um nome antecedendo a variante, esta não tem função anafórica, de forma que não é possível substituí-la pelo sintagma que a precede, com coerência, mas se aceita a troca pela conjunção temporal *quando*.

(48) LXVIII, 456, p. 171: - *Nom devemos a calar do profeta Jeremias, que per sua palavra, deu testemunho aa vida solitária, ali u disse: ‘Boa cousa é com silêncio atender salvação do Senhor ...’*

- *Não devemos calar o profeta Jeremias, que por sua palavra, deu testemunho à vida solitária, ali quando disse: “Boa coisa é, em silêncio, esperar a salvação do Senhor...”*

Em (48), o elemento que antecede o *u* é o pronome demonstrativo *ali*, mas não o retoma e seu valor é temporal, visto que a substituição pela conjunção *quando* é possível, pois, pelo contexto, verifica-se que é resgatado o momento em que as

palavras do profeta Jeremias foram proferidas, contribuindo para a exaltação da vida solitária, e não o lugar onde ele se encontrava quando as proferiu.

(49) CXXXIII, 684, p. 304: ... e sabedoria *nom acha lugar u nom é paciência e humildade.* ... e sabedoria não acha lugar **quando** não há paciência e humildade.

O exemplo acima constitui uma das questões discutidas por Neves (2000) em relação à correlação lógico-semântica que se associa à relação temporal estabelecida entre orações. Conforme a lingüista, “também esse tipo de associação é licenciado por um conectivo de valor neutro (como o **QUANDO**) e pela natureza do complexo temporal que se estabelece em dependência do **tempo** e do **modo verbal** empregado em cada uma das **orações**” (NEVES, 2000, p. 797). Dessa forma, algumas predicções introduzidas por *quando* permitem leituras condicionais, o que acontece em (49), porque a paciência e a humildade são vistas como condições para que haja sabedoria. No entanto compreendemos, também, na passagem acima, que a virtude da sabedoria encontra espaço na vida do pecador *no momento em que* existe, nessa vida, paciência e humildade, o que caracteriza sentido temporal de *u*.

Neves (2000) ainda menciona que uma leitura condicional é admissível quando na oração principal e na temporal há o emprego de determinados tempos verbais, como o presente do indicativo (verificado no excerto discutido), além do entendimento da conjunção temporal como equivalente a “todas as vezes que”: e *sabedoria não acha lugar **todas as vezes que** não há paciência e humildade*. Diante dessas aproximações de sentidos, optamos por discorrer sobre ambas, classificamos, porém, como valor temporal a partícula pelo fato de a lingüista, ao apresentar exemplos similares por nós analisado, expô-los no capítulo referente às conjunções e construções temporais em sua *Gramática de Usos*.

(50) CXLVII, 726, p. 328: *Mas minha senhora, a groriosa ifante, em cuja mercee vivia teve mentes em na minha alma u a viu assi levantar-se:* *Mas, minha senhora, a gloriosa infante, em cuja compaixão vivia, prestou atenção na minha alma **quando** a viu assim levantar-se:*

Em (50), há também o emprego temporal do *u*. O sintagma que antecede o elemento é *minha alma*, mas não é a ele que a variante se refere. Pelo contexto, o momento em que a alma se levantou é a noção retomada. Nesse caso, o emprego da conjunção *quando* seria a mais apropriada, de acordo com a gramática normativa.

O século XVI apresenta a forma *u* com valor temporal ao se referir às atitudes do pecador, contrárias àquelas impostas pela religião, indicando o momento em que elas foram tomadas ou ao revelar quando ações em geral foram praticadas, o que ocorre em (50). Verificamos também passagens com valor de tempo referente às relações temporal-condicionais existentes entre orações, às quais Neves (2000) se refere.

4.3. Século XXI – Diversos: A modalidade escrita e oral

Recebi centenas e centenas de breves e bellíssimas histórias. Li muitas delas em nossos programas e selecionei outras que compuseram este livro. [...] Histórias que não só nos emocionam, mas nos interrogam e nos levam a crescer num sentido mais profundo da vida. Eis a razão pela qual escolhi dar como título desta obra: Parábolas, pois me vinha à mente as histórias que Jesus contava ao povo para levá-lo a uma nova vida em Deus.

(Pe. Marcelo Rossi. Prefácio de *Parábolas que transformam vidas*).

Na atualidade, a facilidade em encontrar material de cunho evangelizador católico tornou a tarefa de selecionar os *corpora* um trabalho árduo. A variedade de textos disponíveis, sejam impressos, televisionados, radiotransmitidos ou *on-line*, proporcionou a seleção de 119 fragmentos que apresentam **onde** em seu contexto. Livros, jornais, revistas, panfletos e novenas compõem o *corpus* impresso; artigos extraídos de portais católicos constituem os textos eletrônicos, enquanto sermões e

palestras proferidas por padres e transmitidas pelo rádio e pela TV produziram os dados referentes à linguagem falada.

Foram selecionados o livro *Parábolas que transformam vidas*, escrito pelo Pe. Marcelo Rossi, um padre com grande destaque na Igreja Católica Brasileira contemporânea, reconhecido pelas suas pregações que reúnem milhares de fiéis e pela “Aeróbica do Senhor”, em que cantos de louvor são coreografados; e a obra *Temas da doutrina social da igreja*, organizada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cujo conteúdo se refere aos assuntos que devem ser ensinados e atendidos por meio do Ensino Social da Igreja.

Ao lado dessas produções, estão algumas edições da *Revista de Aparecida*, vinculada ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida (SP), e da *Revista Canção Nova*, editada pela Fundação João Paulo II. Incluem, também, exemplares do jornal *Maringá Missão* e informativos mensais da Paróquia Nossa Senhora de Aparecida, ambos da arquidiocese de Maringá, PR; Novena de Natal e alguns exemplares do jornal *No meio de nós*, da diocese de Marília, SP, entre outras publicações católicas.

Os textos eletrônicos analisados foram retirados dos sites do ZENIT, da Canção Nova e do Opus Dei.

O ZENIT, conforme o texto introdutório disponível em seu site, é uma Agência Internacional Católica de Notícias, com objetivo de “proporcionar cobertura objetiva, pontual e detalhada dos eventos mais importantes” da Igreja Católica. Possui uma equipe formada por jornalistas, tradutores e técnicos e as informações, por eles apresentadas, estão disponíveis em espanhol, inglês, francês, alemão e português. Os serviços do ZENIT são gratuitos e também são reproduzidos em via impressa, em estações de rádio e de TV. Dentre as notícias veiculadas pela agência, estão: atividades do papa Bento XVI; entrevistas com pessoas da Igreja; a vida do Vaticano; ponto de vista da Igreja sobre a atualidade internacional, por meio de publicações como “Rádio Vaticana”, “L'Osservatore Romano”, “Agência Internacional Fides”; cobertura de eventos que envolvam ou afetem a vida católica.

Por sua vez, o Opus Dei é uma instituição da Igreja Católica, fundada por São Josemaría Escrivá. Juridicamente, trata-se de uma prelazia pessoal da Igreja, pois realiza obras pastorais em favor de diversos grupos em diferentes regiões, o que a diferencia das dioceses, cuja atuação se fixa em um determinado território. As prelazias pessoais foram previstas no Concílio Vaticano II e pertencem à estrutura

hierárquica da Igreja. É um modo de auto-organização, com o diferencial de que os seus fiéis continuam a pertencer também às igrejas locais ou dioceses onde têm o seu domicílio. Seu objetivo é difundir a mensagem de que o trabalho e as situações cotidianas são oportunidades de encontrar Deus, de servir aos outros e de melhorar a sociedade. A instituição colabora com as igrejas locais, ao oferecer formação cristã para pessoas que querem renovar a vida espiritual.

À frente das prelazias há um Pastor (pode ser um bispo ou um prelado, nomeado pelo papa); junto ao prelado há um presbitério, composto por sacerdotes seculares ou de ordem religiosa e os fiéis (homens e mulheres).

A Canção Nova, por sua vez, é uma comunidade católica que procura evangelizar a partir dos meios de comunicação: TV, rádio, internet e também por meio dos produtos do departamento de audiovisual - DAVI, nas produções e comércio de livros, CDs e vídeos. Seu fundador é o Pe. Jonas Abib. O sistema é mantido pela Fundação João Paulo II, uma entidade sem fins lucrativos, cuja fonte de recursos são as doações feitas pelos fiéis.

De acordo com o texto de apresentação constante no site da comunidade, o objetivo principal da Canção Nova é buscar restaurar a dignidade familiar, voltando seus trabalhos para a formação espiritual dos homens. A rádio Canção Nova foi inaugurada em 25 de maio de 1980 e a TV, em 8 de dezembro de 1989. Estão instaladas nas cidades de Cachoeira Paulista-SP, Aracaju-SE, Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF. Diante dos avanços da internet, a comunidade reconheceu a utilidade do meio para divulgação da “palavra de Deus” e criou o portal Canção Nova, com média de 2.000.000 acessos mensais. Nele, podem-se ler artigos religiosos, notícias da comunidade e do Vaticano, conferir a programação da rádio e da TV, encontrar entrevistas com sacerdotes e membros da Canção Nova, além de adquirir material evangelizador.

Também foi visitado o site da Renovação Carismática Católica (RCC), um movimento da Igreja Católica. Foram encontradas, durante o período de busca, entre os artigos disponíveis no portal, pouquíssimas ocorrências do **onde**, dentre as quais nenhuma que se encaixasse nos objetivos propostos nesta pesquisa.

Por fim, constitui o *corpus* da língua falada sermões e palestras transmitidas pela emissora de rádio Tupã AM/FM e pelos canais televisivos Rede Vida e Rede Canção Nova. Os dois canais são mantidos por católicos, enquanto a emissora de

rádio apenas transmite as missas celebradas nas igrejas católicas da cidade de Tupã, SP.

Salientamos que, por se tratar de canais de TV aberta com objetivo evangelizador, não foi realizado pedido formal de autorização para que as falas dos palestrantes fossem pesquisadas. Diante dessa ausência, optamos por não divulgar os nomes dos sujeitos pesquisados. Também adotamos essa atitude em relação aos registros orais obtidos a partir da radiotransmissão.

4.3.1 Os dados encontrados

Nessa sincronia, contraposta às duas anteriores, o item **onde** não apresenta forma variante arcaica, visto que *u/hu* teriam deixado de ser empregados por volta do século XVI. Do montante de 119 registros de passagens que apresentavam o **onde**, 92 fazem parte do *corpus* escrito, 22 do *corpus* eletrônico e 5 de língua falada, conforme o demonstrado na Tabela 8:

Tabela 8 – *Corpora* da sincronia XXI e as ocorrências de **onde**.

Modalidade	Subdivisão	Ocorrências	Porcentagem
Oral	–	5	4,5%
Escrita	Texto impresso	92	77,5%
Escrita	Texto eletrônico	22	18%
Total	–	119	100%

A análise dessa sincronia é realizada ao longo de três seções: uma reservada à modalidade escrita; outra, à modalidade escrita eletrônica e a terceira, à modalidade oral. Na tabela abaixo, verificam-se os valores atribuídos ao **onde** na modalidade escrita:

Tabela 9 – Valores do **onde** na modalidade escrita.

Valores encontrados do onde	Ocorrências/Porcentagem
------------------------------------	-------------------------

Direção	2 - 2%
Instrumento	1 - 1%
Interrogativo	2 - 2%
Locativo sem antecedente	14 - 15%
Proveniência	1 - 1%
Relativo com antecedente locativo	43 - 48%
Relativo com antecedente nocional	25 - 27%
Temporal	4 - 4%

Em textos impressos, constata-se um emprego maior do **onde** com sentido espacial. Os valores não-locativos respondem por apenas 30% das ocorrências (soma dos usos como relativo com antecedente nocional, instrumento e temporal). Verifica-se que se mantém a noção temporal nessa sincronia, da mesma forma como ocorria nas outras pesquisadas. No *corpus* eletrônico, há igualdade entre os sentidos locativos e aqueles que fogem à “regra”. Foram encontradas 22 ocorrências do **onde**, das quais 11 apresentam referência a lugar. Desse percentual, 6 serão analisadas porque compreendem o emprego relativo locativo. A Tabela 10 ilustra os valores encontrados durante o processo de seleção e de análise do item nessa modalidade:

Tabela 10 – Valores de **onde** na modalidade escrita eletrônica.

Valores encontrados do onde	Ocorrências/Porcentagem
Catafórico	2 - 9%
Instrumento	2 - 9%
Locativo sem antecedente	1 - 4,5%
Origem	1 - 4,5%
Relativo com antecedente locativo	7 - 32%
Relativo com antecedente nocional	9 - 41%

Mediante os dados acima, observa-se que, nesse *corpus*, não foi encontrado emprego temporal do **onde**. No entanto o alto índice de usos que “extrapolam” o sentido espacial demonstra que os textos veiculados na rede mundial de computadores contribuem para o estudo sobre expansão de sentidos para o item.

Uma possível justificativa para a igualdade de empregos entre locativo e não-locativo seria o fato de não haver revisão dos textos que circulam na internet. Por isso, o uso como relativo com antecedente nocional persistiria, superando o locativo.

Em relação à linguagem falada, foram analisados 5 fragmentos lingüísticos proferidos por padres ou apresentadores católicos em redes de televisão e/ou de rádio coletados no ano de 2006. Dos 5 exemplos, 2 são relativos locativos, 2 possuem valores temporais e 1 é nocional (retoma um trecho da leitura).

Os fragmentos não estão transcritos de acordo com normas oficiais de transcrição, posto que o interesse maior da presente pesquisa está nas construções lingüísticas. Não será apresentada tabela demonstrativa quanto a esses empregos porque o número de usos encontrados é reduzido²¹.

Na análise que segue, primeiramente, estão as discussões dos dados encontrados em textos de temática religiosa impressa. Após cada fragmento, há a sigla da fonte de onde foi extraída a passagem analisada. Ao final do trabalho, às páginas 132 e 133, encontram-se as referências completas dos registros dessa pesquisa. Em seguida, registra-se a análise dos excertos recolhidos de meio eletrônico. A indicação do site a que pertencem os enunciados vistos encontra-se ao fim de cada um deles. Por fim, dispõe-se o estudo realizado a partir dos textos orais. A numeração dos fragmentos segue a seqüência arábica iniciada na primeira sincronia.

4.3.2 *Onde* locativo na modalidade escrita

Durante a análise, encontramos passagens em que o **onde** é empregado em referência a lugar e o sintagma que o antecedia também denota espaço, mas o período sintático fora mal construído. Outros exemplos apresentam o item retomando dois sintagmas: um locativo e outro nocional. Esses registros estão descritos no final da pesquisa apenas para exemplificar a multifuncionalidade do item, uma vez que não contribuem para os objetivos do trabalho.

Os primeiros exemplos dessa análise buscam confirmar as postulações de Braga e Manfili (2004) em relação ao uso do **onde** e a variante *Sprep* quando há

²¹ Inicialmente, a presente pesquisa contemplaria somente textos escritos. Eis o porquê do número reduzido de registros orais ante à diversidade de dados impressos.

retomada de entidades geográficas. Os colchetes indicam que, naquele fragmento, há possibilidade da variação.

(51) *Escalar a montanha KX, a segunda maior do mundo, onde [na qual] muitos haviam morrido na ânsia de chegar.*

PQTV, p. 12.

No fragmento (51), o sintagma retomado pelo **onde** é um nome genérico - *a montanha* - acompanhado por um nome próprio *KX*, admitindo, assim, a substituição do elemento por um *SPrep*. O relativo desempenha função de adjunto adverbial na oração que introduz, o que também ocorre em (52):

(52) *O santuário foi construído na colina de Tepeyac onde [na qual] se vê, ainda hoje, exposto o manto, com as feições da virgem, conservadas intactas depois de 470 anos.*

RA. Dez. 05, p. 11.

Na passagem (53), o item retoma a expressão *a capital do país* e, ainda que nela esteja descrito o tipo de classe *capital* a que pertence o nome próprio contido no aposto, a possibilidade de variação que se tem é diferente da proposta por Braga e Manfili (2004), pois *a capital do país* e *La Paz* não formam um único sintagma, embora estejam relacionados:

(53) *Partiu para a capital do país, La Paz, onde [na qual] foi trabalhar na Igreja de São Francisco, como ajudante de pintor.*

RA. Nov. 05, p. 11.

Nos excertos (54), (55) e (56), também é confirmada a possível variação entre o elemento **onde** e um *Sprep*, mas há uma particularidade: o sintagma recuperado anaforicamente apresenta um nome próprio que, em sua designação, explicita também a que entidade geográfica se refere:

(54) *Os gregos tinham o Oráculo de Delfos, onde [no qual] os deuses falavam aos devotos.*

RA. Set. 05, p. inicial.

(55) ... a Casa da Pastoral da Criança, recém-aberta, o Lar São Vicente de Paulo, para anciãos, e a Santa Casa de Misericórdia, **onde [na qual]** também são atendidos romeiros em casos especiais.

RA. Abr. 05, p. 8.

(56) Seus oito mil habitantes espalham-se pela serra da Mantiqueira, um lugar de incrível beleza, **onde [na qual]** parece que se está tocando as nuvens.

RA. Nov. 05, p. 21

Nas três passagens assinaladas, os sintagmas retomados, *Oráculo de Delfos*, *Santa Casa de Misericórdia* e *serra da Mantiqueira* apresentam na denominação própria um nome genérico (*oráculo*, *Santa Casa*, *serra*) e um próprio (*Delfos*, *Misericórdia*, *Mantiqueira*), o que permite a aplicação dos pressupostos de Braga e Manfili (2004).

(57) A vida de Clemente recomeçou em Viena, **onde** trabalhou como capelão de um hospital, cuidando de soldados feridos.

RA.Mar. 05 P. 12.

No fragmento acima (57), ao contrário, aparece apenas o nome próprio de uma entidade geográfica sem um nome genérico referente à classe à qual pertence *Viena*. Não é aceitável, nesse caso, a variação. Como em todos os casos vistos até então, tem-se o valor locativo do elemento estudado por retomar um sintagma com sentido espacial. O mesmo acontece em (58), (59), (60), (61), (62), (63) e (64):

(58) Em 1745, com 19 anos, voltou para Muro, **onde** montou uma alfaiataria.

RA. Out. 04, p.12.

(59) Desde então, com exceção de algumas visitas a Nápoles e do tempo passado em Caposele, **onde** morreu...

RA. Out. 04, p.12.

(60) Mais ainda, cultivou uma profunda amizade com as irmãs Marta e Maria, em Betânia, **onde** procurava repouso, após as fadigas atividades em Jerusalém.

RA. Mar. 06, p. 10.

(61) *Esta data foi fixada no dia 25 de dezembro, em Roma, **onde** se comemorava, nesse dia, o deus do sol invicto.*

RA. Dez. 05, p.23.

(62) *Segundo nos referiu, em Porto Alegre, **onde** trabalhou por vários anos...*
JMM. Jul. 06, p. 11.

(63) *Mas o olhar da Virgem de Guadalupe já contempla o México e toda a América Latina, **onde** há tantos séculos se manifestou sua maternidade.*

RA. Dez. 05, p.11

(64) *Anos mais tarde quiseram levá-la para Oropenche, **onde** estaria mais acessível aos peregrinos, mas a Santíssima Virgem manifestou sua vontade de permanecer no mesmo local **onde** fora encontrada.*

RA. Mar. 06, p. 11.

No fragmento (64), encontram-se duas vezes o emprego do **onde**: o primeiro faz referência a um lugar geográfico nomeado *Oropenche* e o segundo retoma *local*. Essa segunda anáfora é constatada no exemplo (65) também:

(65) *Naquele local, **onde** por três vezes a Virgem lhe aparecera, o índio encontra roseiras com as mais belas rosas.*

RA. Dez. 05, p. 11.

Na passagem (66), observa-se que o **onde** retoma um vocábulo locativo e desempenha função sintática de adjunto adverbial na oração introduzida por ele, em um período transitivo adverbial. O excerto também ilustra a recuperação anafórica da palavra *lugar*, já encontrada diversas vezes nos *corpora* medievais.

(66) *A água continuou subindo, e o lugar **onde** ele estava abrigado, não seria seguro por muito tempo.*

PQTV, p. 14.

No fragmento a seguir (67), observa-se novamente o substantivo *lugar* como vocábulo retomado pelo item, mas se trata de uma construção um pouco diferente daquela vista no exemplo anterior, pois está inserida em uma definição; não corresponderia, dessa forma, ao uso atrelado a textos religiosos visto até o presente momento:

(67) *Às margens do Titicaca localiza-se a cidade de Copacabana, nome que significa “lugar **onde** se vê a pedra preciosa”.*

RA. Nov. 2005, P. 11.

Em (68), a recuperação do substantivo *terra* define o valor locativo de **onde**:

(68) *... uma terra **onde** impere a hospitalidade, a cordialidade, a capacidade de dialogar, de “compor”, mais do que “opor”.*

RA. Out. 04, p. 7.

No exemplo (69), o sintagma retomado pelo advérbio se constitui por meio da metonímia, uma vez que a sombra na qual o homem se acomodou é a projeção de um elemento físico. Também se verifica que a oração introduzida pelo **onde** possui um predicado verbal com verbo transitivo adverbial:

(69) *O homem perambulou por ali e encontrou uma pequena sombra **onde** se acomodou, fugindo do calor do sol desértico.*

PQTV, p. 70.

Em (70), *céu* é o elemento retomado pelo relativo:

(70) *Então, o velho crente convidou-o para acompanhá-lo fora da barraca e, mostrando-lhe o céu, **onde** a lua brilhava, cercada por milhões de estrelas, exclamou, respeitoso:*

PQTV, p. 74.

De acordo com o Catecismo da Igreja Católica (2000), a terra é vista como o mundo humano, enquanto céu indica o lugar de Deus e das criaturas espirituais (anjos) que estão com o Senhor. A partir desse entendimento, o sintagma retomado

pela partícula é considerado um lugar concreto pelo usuário da Língua Portuguesa. No fragmento, ele também é adjunto adverbial de lugar, mas o período em que o **onde** se insere não corresponde a um predicado com verbo transitivo adverbial. Os próximos dois excertos, (71) e (72), apresentam a retomada de *céu*, acompanhado da palavra *terra*, sugerindo os anseios espirituais desejados pelo pecador:

(71) *Esperamos novos céus e uma nova terra, **onde** habite a justiça.*

TDSI, p. 33.

(72) *Se ele retarda sua vinda, é para nos dar tempo de fazer surgir um novo céu e uma nova terra, **onde** habita a justiça.*

RA. Dez. 05, p. 2.

Há várias passagens em que o item analisado é empregado como relativo locativo sem recuperar os substantivos mais comuns encontrados em textos religiosos até o presente momento (*céu, terra, lugar*). Esses fragmentos também não ilustram as situações lingüísticas propostas por Braga e Manfili (2004), nem são períodos com verbos transitivos adverbiais. Perante esses pontos comuns que apresentam, estão agrupadas e analisadas, conjuntamente, as passagens de número (73) a (85):

(73) *... que faz a gente correr outra vez ao encontro da fonte, **onde** renasce o desejo do amor e o desejo da volta.*

RA. Mar. 05, editorial.

(74) *... estou construindo a minha casa, **onde** vou morar...*

RA. Mar. 05, p. 4.

(75) *... os legionários se reúnem com seus estandartes e desfilam até o altar, **onde** está a imagem de sua Rainha.*

RA. Mar. 05, p. 10.

(76) *No Camboja há uma igreja budista, **onde** Deus é retratado de 200 modos diferentes.*

RA. Dez. 05, p. inicial.

(77) Podemos comparar a Indulgência a um Banco, **onde** há um rico depósito de milhões.

RA. Nov. 05, p.8

(78) Este algo era um espelho perfeito **onde** se refletiam umas plácidas montanhas...

IPNSA. Jan. 06

(79) Jesus nasceu no meio do campo, **onde** os trabalhadores cuidavam de seu rebanho.

NNM. 05, p. 19.

(80) Correram para o palácio, **onde** já estava preparada a forca para o pescador e sua família.

RA. Dez. 05, p. 4.

(81) Saí da fachada panorâmica do hospital, **onde** dá pra ver os prédios do centro de São Paulo.

RA. Dez. 05, p. 28.

(82) ... ao contrário de países mais educados, **onde** o equilíbrio de renda é bastante proporcional ...

RA.Abr.05, p. 31.

(83) Na ocasião a imagem da Senhora Aparecida foi mostrada em meio a um jardim, **onde** nascia uma planta de prata.

RA. Dez. 06, p. 8.

(84) O Pe Edson citou o exemplo do que vem ocorrendo em Junqueirópolis, cidade **onde** exerce a função de pároco...

JMN. Abril. 06, p. 3.

(85) No hospital, **onde** fiquei muito tempo internada...

RCC. Abril. 06, p. 09.

Uma leitura menos atenta leva o leitor a considerar que, em (86), há um exemplo de indicação de proveniência do **onde**. A noção de origem está marcada por meio do emprego do substantivo *início*. O advérbio expressa, na verdade, sentido de lugar estático, ao retomar o sintagma *entrada da cidade*, pois ter-se-ia: *foi na entrada da cidade que a carreata começou*.

(86) O povo acolheu a Imagem Peregrina à entrada da cidade, onde teve início uma carreata que serpenteou por toda a cidade.

RA. Dez. 05 , p. 21.

No trecho (87), o elemento retomado pelo advérbio indica corpo humano. De acordo com Pontes (1992), o corpo humano é tomado como base para a expressão do espaço na Língua Portuguesa, mediante a posição que o homem ocupa no ambiente, determinando, como exemplo, a frente de uma montanha ou a localização de um edifício (*em frente, atrás de*) em relação a outro prédio:

(87) O templo humano onde o pecado não entra.

RA. Dez. 06, p. 11.

Ainda em relação ao excerto (87), destacamos que, na doutrina religiosa, o corpo humano é considerado o templo do espírito santo, pois é animado pela alma espiritual (que é o princípio espiritual no homem) e é destinado a transformar-se em Templo de espírito.

(88) A certeza de que Nossa Senhora, por um lado, Se encontra para sempre junto de Deus onde advoga a nossa causa com tamanho poder...

RA. Out. 04, p. 7.

A retomada anafórica da palavra *Deus* em (88) classifica-se como locativa porque Ele é considerado um ser (ser superior), da mesma maneira como foi feito no exemplo (17) do *Virgeu*, quando o **onde** retomou o vocábulo *Senhor*, uma das várias denominações para Deus. Dessa forma, é aceitável a idéia espacial atribuída à partícula estudada.

(89) ...o que faz um país invadir o outro com armas poderosas de guerra, e nada faz naquele outro **onde** há milhares e milhares de famintos?

RA. Nov. 05, p. 5.

O **onde**, no fragmento (89), retoma os pronomes *naquele outro*, que, por sua vez, dizem respeito a *país*, mencionado anteriormente. Dessa forma, mantém-se a idéia locativa porque o pronome *outro*, embora seja classificado como indefinido, possui um referente semântico que denota espaço no contexto em que está inserido.

(90) A sua missão culmina na cruz, pois é nela que se manifesta a plenitude do amor de Deus por nós e é **onde** se concretiza nossa salvação.

LD. Mar. 02, p. 24.

No exemplo (90), o item retoma um elemento deslocado: cruz. O emprego é diferente da passagem anterior porque não existe um pronome antecedendo o **onde**. Há o deslocamento do termo recuperado, mas a idéia locativa permanece, pois a cruz é entendida como o sacrifício máximo de Cristo pela humanidade, e é, materialmente, um *lugar*. É, ainda, na cruz que se concretiza a salvação. Observa-se que o excerto acima, ao apresentar o deslocamento do sintagma recuperado pelo relativo, denota idéias positivas, tal como visto em (17), (18) e (19):

(17) V, 2164: ... será cidadão daquela cidade de que son os angeos cidadãos e moradores, **hu** he tempo e resplendor de Deos Padre.

... será cidadão daquela cidade de que são anjos cidadãos e moradores, **onde** é tempo e resplendor de Deus pai.

(18) V, 2170: O' cidade sancta do ceo, morada segura, terra que ten en si todo prazer, poboo sen arruydo, moradores folgados, **hu** non ha mjngua nen falha.

Oh, cidade santa do céu, morada segura, terra que tem em si todo prazer (povo sem clamor, moradores aliviados), **onde** não há perda nem falha.

(19)V, 2193: Senhor, no teu ceo he luz que nunca falece, nen ha jamais de falecer. Hy fezeste moradas muy claras por sempre, **hu** sempre as almas dos sanctos ajan folgança.

Senhor, no teu céu há luz que nunca falece, nem há jamais de falecer. Aí fizeste moradas muito iluminadas para sempre, **onde** as almas dos santos sempre encontram alívio.

Apresenta uma construção semanticamente equivocada a passagem (91). O substantivo retomado por **onde** é *manjedoura*, que, segundo o dicionário Aurélio (2000, p. 1274), é um “tabuleiro em que se põe comida para os animais nas estrebarias”.

(91) *É o verbo, chorando numa manjedoura, **onde** dormiam os animais:*

RA. Dez. 05, p. 23.

Atendo-se ao fragmento considerado, observa-se que, ao retomar *manjedoura*, entende-se que os animais descansam nela, o que causa estranheza ao leitor, porque os animais não dormiam nem dormem na manjedoura, mas no estábulo onde ela está. Há problemas de construção nesse período, mas o uso relativo locativo do item está correto.

(92) *Na língua hebraica MARIA é MÍRIAM. É um nome de origem egípcia, **onde** moravam os pais de Moisés e de Miriam.*

RA. Out. 04, p. inicial.

Curiosa também é a citação (92), uma vez que o item retoma *origem egípcia*, mas a oração introduzida pelo **onde** necessitaria que fosse recuperado um outro sintagma, capaz de identificar o local onde moravam os pais de Moisés e de Miriam: o Egito. O fato de o nome Miriam ser egípcio, levou o autor da sentença acima a valer-se da relação semântica existente entre o substantivo *Egito* e o adjetivo pátrio para construir um único período. Entretanto o efeito alcançado não foi o pretendido, visto que a oração ficou incoerente. Para ter sentido, seria necessária a reescrita do fragmento. Uma das possíveis versões seria: *Na língua hebraica, Maria e Miriam é um nome de origem egípcia porque os pais de Moisés e de Miriam moravam no Egito.* Nas palavras de Castilho (2000), há duas fases que constituem a linguagem: planejamento e execução. Na primeira, de natureza cognitiva, selecionamos o que vai ser dito e na segunda, por meio do léxico, codificamos as idéias consideradas mais adequadas. Quando codificadas, ajustamos às condições socio-pragmáticas. Talvez a construção acima se explique por meio da aproximação cognitiva, realizada durante a fase de planejamento.

(93) “Os leigos são especialmente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias **onde** apenas através deles ela pode chegar como sal da terra” .

RA. Nov. 05, p. 5.

Um emprego que também extrapola os considerados pela gramática normativa é verificado em (93). Nele, o sintagma retomado pelo **onde** é composto e um dos elementos que o compõe não constitui referência a lugar. Dessa maneira, não seria admitido utilizar o item nessa construção, pois o valor locativo não é o único que aparece. Um *SPrep (nos quais)* seria mais indicado.

As passagens analisadas evidenciam que o **onde** aparece em orações em que desempenha função de adjunto adverbial de lugar. A análise dos vocábulos retomados pelo item (mediante a opção desse trabalho em abordar apenas os valores locativos concretos - os que se referem a espaço físico) levou à constatação de que nem o fato de indicar lugar e ter o **onde** recuperando-o faz que o período se torne coeso e coerente, pois há exemplos que demonstram isso. Os postulados pelas autoras Braga e Manfili (2004) também se confirmam nesse estudo. Passa-se agora à investigação do elemento estudado com valor temporal na modalidade escrita.

4.3.3 *Onde* temporal na modalidade escrita

Os quatros fragmentos a seguir revelam o uso não-locativo de **onde**, com destaque para o sentido temporal.

(94) *Ele invade as casas, os hospitais, as ruas para ver quem tem fome, sede, quem está preso, o que sofre solidão, o desempregado, o sem-teto, o sem-terra, e aí fazer a revolução **onde** será tudo em todos pelo amor!*

RA. Nov. 05, p. 2.

No excerto (94), o item não recupera o sintagma a *revolução*, embora seja este o sintagma que lhe antecede. No contexto analisado, Deus invadirá todos os lugares onde há problemas e fará as mudanças, a revolução na vida das pessoas,

por meio do amor. Nesse sentido, tem-se uma ação (invasão divina) que se seguirá após outra (*revolução*). Esse processo se organiza na linha temporal, em uma seqüência de eventos. A forma **onde**, ao ser empregado em (94), não faz referência espacial, mas se relaciona a uma das ações, indicando como será o tempo em que ela ocorrerá (tudo pelo amor). Dessa forma, o elemento apresenta valor temporal. Contribui ainda para a referência não-locativa, o fato de o **onde** estar antecedido por um nome nocional.

*(95) Você poderia olhar certas situações do mundo de hoje e concluir **onde** as pessoas se fecham à ação do Reino!*

RA. Set. 05, p. 5

A passagem (95) também faz alusão a tempo ao indicar uma das ações da seqüência temporal proposta: o pecador deve se voltar para as situações do mundo e, em seguida, concluir em que momento ou em qual dessas situações as pessoas se fecham para Deus. Percebe-se que o sintagma que antecede o **onde** é constituído por um verbo que não se refere a lugar. A expressão *mundo de hoje* também evidencia idéia de tempo no período.

*(96) Um Natal **onde** Jesus é a razão de ser dessa palavra, por causa do Natal dele, que veio à terra pra me fazer renascer.*

RA. Dez. 05, p. 31.

*(97) A procissão foi uma grande benção para nossa arquidiocese, principalmente neste ano jubilar, **onde** ecoa mais forte em nossos corações o mandato de Jesus:*

JMM. Jul. 06, p. 7.

Diferentemente dos dois exemplos anteriores, tem-se uma anáfora no fragmento (96) e o sintagma a que o **onde** se pospõe é um nome de referência temporal: *Natal*. Dessa maneira, o valor de tempo torna-se claro, não sendo necessário fazer uso da substituição do elemento pesquisado pela conjunção *quando* para confirmá-lo. A noção temporal do **onde** também está explícita na passagem (97), em que retoma *neste ano jubilar*. Nos dois fragmentos, (96) e (97), a função sintática do item é de adjunto adverbial de tempo.

Nos textos escritos, o **onde** apresenta valor temporal ao indicar o momento em que determinadas ações ocorreram, ou ao retomar sintagmas que denotassem tempo.

4.3.4 Onde na modalidade escrita eletrônica

Os excertos a seguir demonstram a idéia locativa por meio da verificação de que os elementos recuperados pelo **onde**, semanticamente, referem-se a lugar. Observa-se, também, a função sintática de adjunto adverbial desempenhada pelo elemento pesquisado em todos os casos vistos, bem como se mantém a confirmação dos pressupostos de Braga e Manfili (2004).

*(98) O “presépio” indica que, no local **onde** nasceu Jesus, guardava-se o rebanho. (...). No Novo Testamento empregara-se outras duas vezes (Mc 14,14 e Lc 22,11), para indicar a sala **onde** Jesus celebrou a última ceia com seus discípulos.*

<http://www.opusdei.org.br>

Na passagem acima, retirado do site do Opus dei, há duas ocorrências como relativo de **onde**. No primeiro caso, o item retoma *local*, cujo sentido semântico espacial está claro. No segundo exemplo, o **onde** também é anafórico e com valor locativo, pois retoma *sala*, um espaço.

*(99) No fim do dia, cansado, voltou a Betânia, aldeia situada muito próximo da capital, **onde** costumava alojar-se nas suas visitas a Jerusalém. (...) No lugar **onde** estamos, realizando bem o nosso trabalho,*

<http://www.opusdei.org.br>

No fragmento (99), há mais dois usos como relativo porque o **onde** recupera, em um primeiro momento, o sintagma *Betânia* e, depois, *lugar*. O primeiro é mais um dos casos em que uma entidade geográfica, quando designada apenas por meio de um nome próprio, não admite a variação, ou seja, não aceita um *SPrep* em substituição ao elemento analisado. A segunda ocorrência também é uma anáfora com valor locativo,

destacando o uso da palavra *lugar*, já visto antes em textos medievais católicos e nas produções contemporâneas, na modalidade escrita.

(101) ... *tinham ido ao sepulcro, onde o corpo de Cristo, descido às pressas da cruz, fora depositado.*

<http://www.zenit.org/portuguese/zenit.html>

(104) ... *às da região dos Grandes Lagos, onde [na qual] muitas chagas ainda não estão curadas...*

<http://www.zenit.org/portuguese/zenit.html>

Os dois excertos supracitados apresentam o **onde** relativo locativo ao retomar substantivos que expressem noção espacial: *sepulcro* e *região dos Grandes Lagos*. Em (104), confirma-se o proposto por Braga e Manfili (2004), pois admite-se a variação entre o elemento e o *Sprep*: *às da região dos Grandes Lagos, na qual muitas chagas ainda não estão curadas...*

Nesse *corpus*, não foram identificados exemplos de valores temporais aplicados ao **onde**. No entanto a ausência de empregos temporais nos textos eletrônicos não invalida a pesquisa sobre o processo de gramaticalização do item analisado, pois há outros sentidos não-locativos presentes nas ocorrências estudadas. Constatamos também que o substantivo *lugar* continua sendo recuperado em anáforas locativas no século XXI e que os trechos referentes à retomada de entidades geográficas mantém-se como possibilidade de variação entre o item e um *Sprep*. Sintaticamente, o elemento é um adjunto adverbial em todos os excertos em que o sentido espacial foi identificado.

4.3.5 Onde na modalidade oral

De acordo com Castilho (1997b), alguns lingüistas vêem a língua falada como sinônimo de conjunto de processos de criação lingüística, composta por três módulos: semântico, gramatical e discursivo, que, por sua vez, são caracterizados por um conjunto próprio de propriedades. A título de exemplificação, a dêixis será

uma propriedade do módulo semântico, as classes gramaticais, do gramatical e os operadores de coesão textual, do discursivo.

Os processos referentes à modalidade oral a que os lingüistas se referem, segundo o autor supracitado, são ativações de propriedades já existentes no léxico, resultando nas categorias discursivas ou processo de discursivização, gramaticais ou gramaticalização e semânticas ou semanticização. Dentre os três, a gramaticalização é aquela que, nas palavras de Castilho (1997b, p. 110), “assumiu uma fisionomia mais individualizadas no atual debate teórico”.

Partindo dessas postulações, os registros orais, aqui analisados, procuram contribuir para o estudo da mudança lingüística que o **onde** vem sofrendo diacronicamente. Os dois excertos abaixo ilustram o emprego anafórico e valor espacial de **onde** em registros orais. No fragmento (102), verifica-se a referência à palavra *convento*, além da demonstração de que, além da extensão de valores que se aplica ao item estudado, existe a “confusão” de usos em relação às formas **onde/aonde**:

(102) *[Santa Teresinha do menino Jesus] Aos 15 anos quis entrar para o convento, o Carmelo, o convento **aonde** a pessoa passa a vida trabalhando e rezando.*

No exemplo visto, a gramática normativa preconiza que deva ser utilizado o vocábulo **onde**, sem a preposição *a*, indicadora de movimento, pois em (102) há referência a lugar estático.

(103) *Nós podemos dizer que isto, que este centro de evangelização **onde** nós estamos, isso é obra do Senhor.*

Em (103), registra-se o emprego do **onde** locativo, pois existe a recuperação de um sintagma que denota um lugar físico, *o centro de evangelização*.

(104) *Estamos encerrando esta semana **onde** falamos sobre depressão.*

No excerto (104), **onde** é anafórico temporal, ao observarmos que o elemento antecessor a ele é *semana*, um sintagma não-locativo que expressa período. Nessa

passagem, o elemento pesquisado desempenha função de adjunto adverbial de tempo, ao se referir ao momento em que foi discutido o tema *depressão*.

(105). *Quando ele [Davi] recebe arca da aliança, ele também praticamente responde com as mesmas palavras, onde Davi mostra sua alegria por receber a arca da Aliança...*

Em (105), o sintagma que precede o **onde** é nocional também (*as mesmas palavras*), mas não expressa tempo. O sentido temporal é dado pelo contexto, ao revelar que, no momento de recebimento da arca, Davi mostra sua alegria. Novamente, tem-se uma seqüência de ações e a partícula indica o instante em que uma delas ocorre. É possível substituir o item pela conjunção *quando*.

Na modalidade oral, embora haja poucos exemplos analisados, verifica-se que se mantêm os usos locativos e também os usos não-locativos para com o **onde**, com destaque para a noção de tempo. Essas noções são verificadas em excertos que apresentam anáfora de um substantivo de valor semântico de tempo (*semana*) ou naqueles em que o contexto nos permite identificar que o item indica o momento em que as ações foram realizadas. Nesse último, a conjunção temporal *quando* pode ser empregada no lugar do advérbio.

CAPÍTULO V

SINCRONIAS EM CONFRONTO E A GRAMATICALIZAÇÃO DE *ONDE*

Com base nos dados estudados no capítulo IV, tornou-se possível discutir as ocorrências do **onde** e confrontar seus empregos no português arcaico (séculos XIV e XVI) com os do português atual. Nesse embate, buscamos chegar a uma conclusão no que diz respeito à gramaticalização desse advérbio ao longo da história da Língua Portuguesa, pautando-nos, principalmente, na mudança de sentido (de espacial para temporal).

Tecem-se, inicialmente, discussões acerca das ocorrências das formas, abarcando comentários sobre os sentidos locativos e não-locativos das partículas nos textos visitados e as similitudes e diferenças entre os empregos de *hu/u* e de **onde** em sincronias anteriores.

Em seguida, discorreremos sobre os contextos em que o valor locativo do advérbio relativo apareceu na pesquisa, em busca de esclarecimentos quanto ao seu uso. O sentido temporal desfruta de comentários que abrangem questões sintáticas e semânticas relacionadas à sua ocorrência. Por fim, apresentamos conclusões a respeito da trajetória da gramaticalização do item **onde** a partir dos resultados obtidos.

O estudo realizado com base nos registros contribui para a constatação de que o item não é apenas empregado como locativo, conforme sua origem lhe garante, mas que, desde o período arcaico (momento transitório em que o idioma português se configura), é usado com outros valores. Desse modo, a ampliação de sentidos reservados a esse advérbio não constitui uma inovação lingüística dos atuais falantes da Língua Portuguesa; pelo contrário, configura-se como um processo de gramaticalização, uma vez que se trata de processo de mudança a que o item vem sendo submetido diacronicamente.

Cumprir destacar que os textos da fase mais remota do idioma lusitano apresentam uma linguagem marcada por inversões sintáticas, além de vocábulos que não chegaram até à atualidade, bem como as múltiplas grafias para uma mesma palavra. Essa confusão gráfica tem fundamento na não-normatização do idioma, que perdurou até o fim da primeira metade do século XVI, quando o registro

inicial de uma gramática de Língua Portuguesa é conhecido. Com a normatização, instaura-se boa parte das regras ortográficas e morfossintáticas que chegaram até à atualidade.

A base latina na formação do Português também se torna clara durante a leitura desses textos arcaicos, uma vez que há vários exemplos que ilustram os resquícios do latim, como a coexistência das variantes *hu* (*Virgeu de consolaçon*) e *u* (*Boosco deleitoso*), ao lado de **onde**.

A forma *hu* aparece no *Virgeu de Consolaçon* em contextos semelhantes ao do elemento *u* do *Boosco deleitoso* visto se tratar de variantes. Historicamente, tanto uma como outra forma são empregadas em contextos idênticos, distintos apenas pelo acréscimo da consoante *h*. A única exceção encontrada, nos registros extraídos de ambas as obras, foi o emprego relativo com antecedente nocional, identificado somente no *Virgeu*.

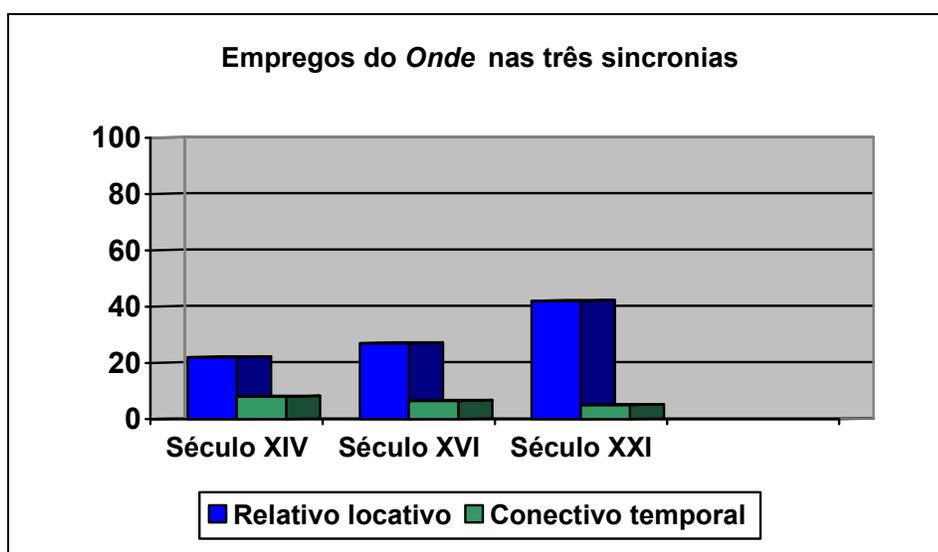
Dentre os sentidos atribuídos ao **onde** no *Virgeu*, há um que demonstra observações realizadas por Mattos e Silva (1989) ao pesquisar os *Diálogos de São Gregório*: emprego conclusivo, a que nos referimos, durante a pesquisa, como *explicativo* por explicar as vivências cristãs e verdades católicas. O predomínio desse valor, ao lado de outros empregos não-locativos, como o condicional, revelam que o **onde**, nessa sincronia, apresentava poucas ocorrências espaciais. Na maioria das vezes, cabia ao *hu* a função de expressar espaço. Os dados totais ainda nos permitem observar que, no século XIV, quase metade dos registros de *hu* e de **onde** se refere a usos locativos e a outra, aos empregos não-locativos, o que evidencia a falta de uniformização na utilização das formas.

A análise obtida a partir do *Boosco deleitoso* contraria os dados discutidos no *Virgeu de consolaçon*, ao apresentar o **onde** com maior emprego locativo, se comparado à mesma variante no século XIV, e o item *u* é a forma utilizada com mais frequência em expressão locativa. É preciso considerar também que os valores não-locativos da partícula arcaica não são tão expressivos no século XVI, pois correspondem, no total, a apenas 12% das ocorrências.

A sensível diferença nas ocorrências espaciais e não-espaciais de *u/onde* refletem a futura normatização de seu emprego, que ocorreria poucos anos depois, com o surgimento da primeira gramática de Língua Portuguesa, em 1530.

A sincronia XXI é a que mais apresenta o **onde** com valor relativo locativo. As produções do século atual demonstraram também disparidades em relação aos

valores nas três modalidades pesquisadas, pois em textos escritos há predomínio do valor locativo; no meio eletrônico, ainda que não tenha sido encontrado o sentido temporal, os valores não-locativos correspondem a 50% das ocorrências estudadas, enquanto na língua falada os usos de **onde** não-privilegiados pela norma superam os de sentido locativo. Embora haja diferenças nas análises de cada *corpus*, o valor locativo do item é, ainda, no geral, o que mais se destaca. O gráfico abaixo ilustra essas considerações:



Sobre o **onde** relativo locativo, no geral, o substantivo *lugar* chama atenção pelas 20 vezes em que foi retomado pelo item, ao lado de 7 recuperações da palavra “terra”. Nas sincronias mais remotas, estão os maiores índices desse fato, mas essas retomadas persistem na atualidade. A freqüente presença dessas palavras, além dos vocábulos *céu* e *bosque*, nos textos pesquisados, constituem marcas lingüísticas do texto de temática religiosa, pois demonstram a oposição entre os planos espirituais e os temporais. Acrescenta-se a esse tipo de anáfora a utilização de termos relacionados ao corpo humano, uma vez que ele é tomado como referência para espaço, pois o que está acima do homem é o céu e, abaixo dele, a terra, além do corpo ser considerado *Templo do Espírito Santo*. Há oposição semântica entre o alto/baixo porque se associa alto com céu, paraíso e baixo com terra, pecado, dor, sofrimento. Desse modo, o período a seguir configura-se como exemplo de anáfora locativa de *u*:

(32) XCIII, 530, p. 210: ... e logo lhe posestes o vosso dedo em o lugar, **u** havia de haver a lançada, dizendo-lhe: ... e logo lhe posestes o vosso dedo no lugar, **onde** havia de haver a lançada, dizendo-lhe:

Por meio dessas considerações, também se admite a figura divina como um “espaço”, visto que no Catolicismo, Jesus, que veio à terra em forma humana, é o próprio Deus. Por isso, a passagem (20) também exemplifica uso espacial do *hu*:

(20) V, 2130: Depois que formos em ti, Senhor, fonte de vida perduravil, **hu** es con os teus sanctos e has luz e ben eternal, aly cobijçaremos seer fartos de ti... Depois que formos em ti, Senhor, fonte de vida duradoura, **onde** estás com os teus santos e tens luz e bem eternos, cobiçaremos ser fartos de ti...

Incluem-se, nas observações sobre o contexto em que aparecem ocorrências do **onde**, as explanações de Braga e Manfili (2004). De acordo com as autoras, há variação entre o relativo e um *Sprep* em orações cujo elemento retomado seja uma entidade geográfica, explicitada por meio de um nome que indique a que classe a entidade pertence (montanhas, serras, rios etc), acompanhada por uma designação própria (Rochosas, da Canastra, Tietê etc). Essas postulações foram confirmadas ao longo da análise, nas sincronias XVI, pela forma *u*, e no século XXI, por **onde**, como em (51):

(51) Escalar a montanha KX, a segunda maior do mundo, **onde [na qual]** muitos haviam morrido na ânsia de chegar.

PQTV, p. 12.

Sintaticamente, o **onde** pode introduzir sentenças com verbos transitivos adverbiais nas três sincronias. Nesse caso, a necessidade de “completar” o sentido do verbo exige sintagmas que desempenhem função de complemento. Parte dos fragmentos analisados apresenta esse tipo de construção sintática, como o exemplo (26):

(26) CX, 612, p.259: *E quando ela entrou em aquela real câmara u estavam aquelas gloriosas donas e os nobres barões, todos lhe fizeram grande reverença...*

E quando ela entrou naquela câmara real onde estavam aquelas gloriosas donas e os nobres barões, todos lhe fizeram grande reverência...

Salienta-se que as passagens com verbo transitivo adverbial já indicam, desse modo, que o elemento retomado pelo advérbio denota lugar. Nesses casos, o relativo é usado de acordo com o postulado pela gramática normativa. A existência de um verbo transitivo adverbial é um dos indicadores da classificação como relativo adverbial, mas, não constitui a única possibilidade de valor espacial do item, pois, em outros exemplos, ainda que o verbo não se classifique como tal, o **onde** é anafórico locativo, como em (74):

(74) ... *estou construindo a minha casa, onde vou morar...*

RA. Mar. 05, p. 4.

Em todos os momentos históricos analisados, verificamos passagens em que pronomes possessivos, indefinidos e demonstrativos eram recuperados pelo elemento pesquisado ou por sua variante. Nesses casos, esses pronomes possuem referentes denotadores de lugar, o que permite classificar a partícula como relativo locativo.

As observações supracitadas referem-se a pontos comuns entre os períodos, mas, em alguns deles, encontramos particularidades, como o **onde** indicando lugar estático no *Virgeu de consolaçon*. Etimologicamente, o item é empregado como proveniência, mas o excerto (1) demonstra a variação de empregos entre *u* e **onde** no século XIV:

(1) IV, 472: *O nosso Senhor acrescentou o seu amor na cruz, onde aquel que se tira dos doestos he tal como aquel que cospe a Deos na face.*

O nosso Senhor acrescentou o seu amor na cruz, onde aquele que tira dos desonrados é igual àquele que cospe na face de Deus.

Ainda no século XIV, verificamos, em alguns excertos cujo sintagma recuperado pelo item estava deslocado, o predomínio de idéias positivas sobre religião, como em (15):

(15) II, 610: ...e possamos entrar no poderio e senhorio de Deos e veer as muy grandes riquezas da sua bondade, **hu** seremos en folgança e veremos quan rico he o nosso Senhor...

... e possamos entrar no reino de Deus e ver as muitas riquezas da sua bondade, **onde** estaremos aliviados e veremos quão rico é o nosso Senhor

No século XXI, embora designe espaço, em algumas passagens, o item **onde** está mal empregado e, dessa forma, revela que não basta apenas saber que essa partícula, quando relativa, precisa de um antecedente que indique lugar, mas é preciso ater-se também à coerência no período, o que não ocorre em (91):

(91) *É o verbo, chorando numa manjedoura, **onde** dormiam os animais:*
RA. Dez. 05, p. 23.

O sentido temporal, a metáfora mais próxima de espaço, por sua vez, não apresenta números tão expressivos. Ainda assim, essas ocorrências demonstram que esse sentido já ocorria desde os primórdios da Língua Portuguesa.

Conforme enfatizado no capítulo II, a idéia temporal se configura a partir do conceito de lugar por meio da metáfora. As ações solicitadas pelo pecador ou ordenadas pelo Criador requerem sempre um lugar e um momento para acontecer.

A análise evidencia que tanto a forma *hu* como a forma **onde** já se empregavam como temporal no século XIV, porque há alguns fragmentos assinalados no *Virgeu* com essa noção. Na maioria das ocorrências, o valor temporal atribuído às formas advém do contexto, que sugere confronto entre as atitudes contra a lei de Deus tomadas pelo homem, em momento em que ele deveria agir de forma a evitar o pecado, visto em (22):

(22) II, 543: ...e o que diz a mentira quer enpeencer e fazer mal **hu** non pode.

... e diz mentira para prejudicar e fazer mal **quando** não pode.

Outras passagens apresentam anáfora do item, ao retomar sintagmas que designam início ou fim de processo, como *começo das obras divinas* ou *fim do jejum*.

O valor temporal nas passagens arcaicas também se confirma ao ser admissível a substituição do elemento pesquisado pela conjunção temporal *quando*, visto se tratar de períodos compostos.

Do mesmo modo que a variante *hu*, a forma *u*, registrada no *Boosco Deleitoso*, também contribuiu para essa pesquisa por ser empregada quatro vezes em expressão de tempo. O sentido temporal, nessa sincronia, também é realizado por meio do uso do elemento como conjunção temporal, ao indicar quando as ações humanas pecaminosas foram realizadas, em momentos que precisavam ser evitadas ou feitas de outra forma. Observamos que os sintagmas que antecedem o *hu* não são denotadores espaciais, mas não ocorre anáfora nas ocorrências encontradas. Salientamos ainda a existência de um caso em que a correlação lógico-semântica associada à relação temporal estabelecida entre orações foi registrada. Conforme Neves (2000), algumas predicções introduzidas por *quando* permitem leituras condicionais, o que aconteceu em (49):

(49) CXXXIII, 684, p. 304: ... e sabedoria ... e sabedoria não acha lugar **quando**
 nom acha lugar **u** nom é paciência e não há paciência e humildade.
 humildade.

Na passagem transcrita, a virtude da sabedoria encontra espaço na vida do pecador *no momento em que* existe, nessa vida, paciência e humildade, o que caracteriza sentido temporal de *u*. A leitura condicional no excerto é admissível porque na oração principal e na temporal há o emprego do presente do indicativo, além do entendimento da conjunção temporal como equivalente a *todas as vezes que*: *e sabedoria não acha lugar **todas as vezes que** não há paciência e humildade*.

Nas modalidades escrita e oral contemporânea, a expressão temporal aplicada ao **onde** se aproxima das constatações verificadas em sincronias anteriores. Em alguns excertos, o sintagma que antecedia o **onde** e que é retomado por ele, semanticamente, indicava período/tempo, como *Natal* ou *semana*, e o item desempenhava função de adjunto adverbial temporal. Houve casos, porém, em que o advérbio não desempenhou função relativa. Nessas construções, o conectivo serviu para indicar seqüência de ações praticadas, como em (94):

(94) *Ele invade as casas, os hospitais, as ruas para ver quem tem fome, sede, quem está preso, o que sofre solidão, o desempregado, o sem-teto, o sem-terra, e aí fazer a revolução **onde** será tudo em todos pelo amor!*

No excerto acima, descreve-se uma seqüência de atos a ser praticada por Jesus, culminando em uma revolução do amor. A apresentação dessa nova “fase” é introduzida pelo **onde**. No meio eletrônico, não foi identificada passagem alguma cujo elemento fosse empregado como temporal. Na Língua falada, dois registros temporais do **onde** se fazem presentes. Um deles, anafórico, desempenha função de adjunto adverbial de tempo, enquanto o outro se emprega como conjunção temporal.

O valor temporal preexiste à contemporaneidade porque se verifica em escritos pertencentes ao período de formação da Língua Portuguesa. Nesse sentido, o valor semântico de lugar, prescrito pela norma padrão, concorre com “ab-usos” desde o início do idioma luso e mais especificamente, do Português Brasileiro.

Observando o *continuum* proposto por Hopper e Traugott (1993) e aplicando-o aos resultados obtidos, pode-se perceber que o **onde** (pertencente a uma categoria mediana, um advérbio) sofre mudanças dentro da mesma categoria, quando anafórico temporal, pois se mantém como advérbio, mas desempenha função de adjunto adverbial de tempo. Verificamos também que o item, em alguns fragmentos, recategoriza-se em uma “categoria menor”, conjunção, passível de substituição pela forma *quando* em períodos compostos. Essa substituição, além de denunciar mudança semântica, aponta mudança gramatical.

Em sentenças com sentido de tempo, o **onde** indica o momento em que determinadas ações são executadas, contrastando-as com outras mais aceitáveis, segundo princípios evangelizadores. Em alguns exemplos, o elemento equivale a um organizador seqüencial entre os fatos de um processo, dispondo-os na linha temporal. Ao ser anafórico, o item possui um sintagma semanticamente relacionado a período.

Atendo-se aos subprocessos da gramaticalização, verificamos que a *sintatização* é identificada ao se observar que o advérbio locativo, em alguns casos, é usado como conjunção ou adjunto adverbial temporal, quando empregado com expressão de tempo, verificado por meio da possibilidade de sua substituição pela

conjunção²² *quando*, revelando alteração de classe gramatical. Não foi encontrado exemplo que ilustre a fase da *morfologização*, em virtude do não-emprego do advérbio como forma presa. Também não se demonstra a *redução fonológica* nem o *estágio zero*. Este só ocorre quando o processo atinge a cristalização extrema, quando a forma desaparece e se instaura um novo processo.

Pelo exposto, a mudança de sentido da partícula adverbial estudada torna-se evidente, porque, mesmo com a gramática tradicional impondo o valor locativo como norma, o sentido temporal se arrasta pelos séculos, organizando-se, hoje, de maneira similar há 700 anos. Embora existam outros recursos lingüísticos, o usuário do Português revela certa tendência a fazer uso do **onde** para denotar tempo, entre outros sentidos²³. Essa recategorização, a que o **onde** vem sendo submetido, caracteriza um rearranjo desse advérbio, com mudanças de ordem semântica e gramatical.

O estudo que compreende parcialmente sete séculos de uso do Português demonstra que o processo de gramaticalização é moroso, visto que já se instaurara nos primórdios da formação da Língua Portuguesa e se encontra, atualmente, em franca expansão, longe de alcançar o seu fim, uma vez que muitas fases e estágios ainda não foram alcançados. Acredita-se que o término desse processo venha após as mudanças no nível fonológico, consideradas, por muitos lingüistas, as últimas fronteiras a serem vencidas. Até lá, não se sabe quanto tempo será necessário, nem se outra partícula concorrerá com o **onde**.

²² Segundo o dicionário Aurélio (1999), a palavra *quando* é classificada como conjunção ao significar “momento em que”. As conjunções, de acordo com Bechara (2004, p. 328), servem para ligar orações em um mesmo enunciado. Uma conjunção temporal “exprime o tempo da realização do fato expresso na oração principal”.

²³ É preciso ressaltar que as constatações aqui realizadas sobre cada valor encontrado para *u/hu/onde* não devem ser tomadas como regra, pois foi pesquisada apenas uma obra de cada sincronia. A leitura de outras produções dos séculos pesquisados pode trazer novas contribuições para o estudo da gramaticalização do **onde** e até refutar o exposto nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de gramaticalização explica várias mudanças sofridas em vários níveis da análise lingüística (fonológico, morfológico, sintático, semântico). Na presente pesquisa, esse fenômeno nos auxilia a compreender as mudanças ocorridas com o item **onde** desde o período arcaico até a atualidade. Essa verificação foi realizada, no entanto, de forma parcial, pois somente três sincronias foram visitadas. Ainda assim, é possível observar o comportamento morfossintático do elemento e confirmar suas mudanças semânticas.

A discussão sobre a classe adverbial proporciona reflexão sobre e divergências quanto à sua conceituação e classificação, o que nos leva a considerar a partícula **onde** durante a análise, não como um advérbio exclusivamente, mas um elemento capaz de desempenhar funções dessa classe e ser empregado também com outras funções, condicionadas pelos “novos” usos que lhe são atribuídos.

A abordagem sobre os advérbios e, sobretudo, a pesquisa bibliográfica acerca do item **onde** contribuem para identificarmos alguns pontos importantes na mudança lingüística sofrida por ele. Esses pontos se refletem com base na observação de que o sistema latino, origem do idioma Português, pautava-se em quatro partículas para expressar lugar, distribuídas de acordo com idéias de direção, origem, estaticidade e passagem. Nas sincronias XIV e XVI, observamos não apenas resquícios desse sistema (as variantes *hu/u* vêm da forma latina *ubi*), mas também empregos semânticos distintos do **onde** (temporal, explicativo), uma vez que sua origem lhe conferia um sentido locativo de proveniência (< *unde*).

A constatação da existência do valor temporal atribuída à partícula leva-nos a observar que, na Língua Portuguesa, a expressão de tempo se constrói a partir do conceito de espaço. Este se pauta em duas referências: o corpo humano (eixo sagital) e um outro marco físico referencial. A adoção do corpo como ponto para expressar lugar está fundamentada na maneira como o homem se posiciona na terra e na localização dos órgãos do sentido. O primeiro (posição terrena) estabelece o conceito de alto e baixo e o segundo, frente/trás e direita/esquerda. Por convenção, instituíram-se as noções de positivo e negativo a essas noções.

A figura do homem também é fundamental nos textos de temática religioso-católica, pois neles o pecador vive no plano temporal (terra, vida finita) em busca do

plano espiritual (vida eterna, paraíso). Esse contraste de planos é marcado, linguisticamente, por recursos como a antítese e os advérbios temporais e locativos.

A análise das obras produzidas no período arcaico demonstra que tanto a partícula **onde** como suas variantes arcaicas *hu/u* apresentavam, ao lado do emprego locativo, valores desconsiderados pela gramática normativa. As formas antigas não apresentam distinção semântica considerável entre si, reservando-lhes apenas diferença gráfica. Entre elas, entretanto, há certos pormenores que merecem considerações, como o número de ocorrências locativas. No século XIV, *hu* é mais empregado com expressão de espaço do que **onde**, e duzentos anos depois, próximo à criação da primeira gramática do Português, constata-se que tanto a variante *u* como **onde** dispõem de usos espaciais em frequência similar.

No século XXI, encontramos, nas diversas modalidades e gêneros textuais que compõem esses *corpora*, constatações diversificadas para com o emprego do item, no que diz respeito aos sentidos locativos e não-locativos. Na modalidade escrita, o sentido locativo é o que predomina, justificado pela revisão dos textos, sob forte influência da gramática tradicional; na escrita eletrônica, cujas revisões textuais são raras, as ocorrências revelam que o usuário da Língua Portuguesa usa o elemento como não-locativo na mesma proporção que o espacial. Por sua vez, a oralidade é a modalidade que mais se afasta das regras da gramática normativa, por utilizar a partícula em quase 60% das referências não-espaciais, fato atribuído à interferência sócio-pragmática, ainda que essas falas sejam planejadas, por serem sermões e palestras.

Durante a análise, encontramos inúmeras retomadas anafóricas dos substantivos *lugar* e *terra*. Essas ocorrências são verificadas tanto nas sincronias arcaicas como na atual e constituem marcas discursivas fundadas na oposição entre céu e terra, além de evocar os momentos de reflexão, em referência a Jesus que se afastava das multidões quando desejava rezar ou quando foi para o deserto ser tentado por quarenta dias. Além disso, essas recuperações espaciais contribuem para classificar o item pesquisado como relativo locativo.

Procurou-se nesta pesquisa comprovar o exposto por Braga e Manfili (2004), as quais afirmam haver variação entre o relativo **onde** e um *Sprep* quando o sintagma retomado é uma entidade geográfica, explicitada por meio de um nome indicador da classe a que a entidade pertence (*colina, serra*), além da designação

própria (*de Tepeyac, da Mantiqueira*). Tanto em textos arcaicos como nas produções do século XXI, é possível verificar o postulado das duas autoras supracitadas.

Sintaticamente, ao introduzir sentenças que possuam verbos transitivos adverbiais, o item se emprega como locativo, por indicar espaço. Entretanto, a ocorrência do **onde** em períodos com verbos transitivos adverbiais não é o condicionante único para o uso espacial do item, pois outros excertos trazem-no com valor locativo sem apresentar esses tipos de verbo.

Mediante a permanência do valor temporal ao longo das sincronias estudadas, verificamos que esse emprego não se configura como uma mera variação, porque esta estaria fadada a um determinado período ou escritor. O emprego temporal revela a tendência de a Língua Portuguesa adotar os mesmos recursos lingüísticos para expressar tempo e espaço, justificados pela relação metafórica que os une.

As passagens em que a partícula estudada aparece com expressão de tempo nos permitem observar que o uso relativo do item se mantém, havendo mudança na função sintática: adjunto adverbial de tempo. Em outros excertos, o **onde** equivaleu à conjunção *quando* por unir orações e indicar o momento em que as ações ocorreram, organizando-as na linha temporal ou contrapondo-as com outras atitudes dos cristãos, contrárias ao seguimento religioso.

A adoção de uma temática única dos textos analisados não trouxe contribuições tão distintas daquelas existentes acerca do advérbio, visto os resultados obtidos se aproximarem aos já verificados em recortes sincrônicos diferentes e com *corpora* de temática variada. O trabalho com a diversidade de gêneros textuais pesquisados, sobretudo na sincronia XXI, também não inova as análises realizadas; pelo contrário, comprova a multifuncionalidade que se vem aplicando ao item.

Verificamos que o elemento **onde** já percorreu alguns estágios da gramaticalização, como a *sintaticização*, ao ser empregado como conjunção temporal ou com função de adjunto adverbial de tempo. As constatações alcançadas por meio do exame dos *corpora*, associadas aos estágios aplicados a eles, contribuem para o estudo do fenômeno da gramaticalização do **onde** na medida em que evidenciam a mudança de sentidos e de empregos pelos quais uma palavra passa, ainda que a Língua Portuguesa apresente inúmeros recursos lingüísticos para expressar diferentes noções.

Dessa forma, o processo de gramaticalização do item **onde** está em andamento, pois parte dos valores a ele atribuídos coexistem na atualidade e já eram identificados em sincronias anteriores, ainda que esses sentidos não-locativos apareçam em menor ocorrência, justificado talvez pela “força” da gramática tradicional que se arrasta por séculos.

REFERÊNCIAS

Referências teóricas

ALMEIDA, Eliana de. Discurso religioso: um espaço simbólico entre o céu e a terra. *In: DI RENZO, Ana Maria. (Org.). Sociedade e discurso*. Cáceres: UNEMAT, 2001. p. 27-62.

BARRETO, Therezinha Maria Mello. Estruturas trecentistas. *In: MATTOS E SILVA, Rosa V. (Org.) A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 149-168.

BATORÉO, Hanna. *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolingüístico para o estudo da linguagem e cognição*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2001.

BONFIM, Eneida do R. M. *Subsídios para o estudo do aonde e donde usados por onde, no português moderno*. Disponível em: <http://www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/6Sem_23html>. Acesso em: 11 dez. 2005.

BRAGA, Maria Luíza; MANFILI, Keylla. Essa é a preocupação onde eu quero chegar. Onde em referências anafóricas no português do Brasil. *Revista Veredas*, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e n. 2, p. 233-243, jan./dez. 2004.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros*. Lisboa: Verbo, 1969.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Bahia, n. 19, p. 25-63, 1997a.

_____. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 1, p. 107-120, 1997b.

CASTILHO, Ataliba T. de. Proposta funcionalista de mudança lingüística: os processos de lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas. *In: LOBO, Tânia et al. (Org.). Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 6, t. 1, p. 223-296.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição típica vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.

COELHO, Sueli Maria. *Uma análise funcional do ONDE no português contemporâneo: da sintaxe ao discurso*. 2001. 123 f. Dissertação (Mestrado)– Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

COMBA, Pe. Julio. *Programa de latim*. 8 ed. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1986.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Introdução e índice analítico de Frei Boaventura Kloppenburg. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, Sonia Bastos Borba. Adverbiais portugueses no século XVI. *In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). O português Quinhentista: estudos lingüísticos*. Bahia: Eufba, 2002. p. 197-215.

_____. Espaço e tempo em adverbiais portugueses quinhentistas. *In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Orgs.). Do português arcaico ao português brasileiro*. Bahia: Eufba, 2004. p. 175-192.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

FARACO, Carlos A. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HEINE, B. et al. From cognition to grammar: Evidence from African languages. *In: HEINE, B.; TRAUOGOTT, E. C. Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HEINE, B.; TRAUOGOTT, E. C. *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HINTZE, Ana Cristina J. *Conexões perifrásticas: um estudo sobre as funções de expressões gramaticalizadas*. 2003. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Letras, Unesp, Araraquara, 2003.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. *In: HEINE, B.; TRAUGOTT, E. C. Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Gramaticalization*. Cambridge: University Press, 1993.

ILARI, Rodolfo. Considerações sobre a posição dos advérbios. *In: CASTILHO, ATALIBA Teixeira de. (Org.). A gramática do português falado: a ordem*. Campinas: Unicamp; São Paulo: FAFESP, 1996. v. 1. p. 63-141.

KLOPPENBURG, Fr. Boaventura. Introdução geral aos documentos do concílio. *In: Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KONINGS, Johan; ZILLES, Urbano et al. (Org.). *Religião e cristianismo*. 7. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

KERSCH, Dorotea Frank. A palavra onde no Português do Brasil. *In: MARINHO, Janice Helena Chaves. O funcionamento discursivo do item onde: uma abordagem modular*. 2002. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise lingüística*. São Paulo: Ática, 1987.

VASCONCELOS, J. Leite. *Lições de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Livro de Portugal, 1959.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LONGHIN, Sanderléia. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional só que*. 2003. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-graduação em Lingüística, Unicamp, Campinas, 2003.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1990.

_____. *Português estrutural*. São Paulo: Pioneira, 1978.

MAGNE, Augusto. *A Demanda do Santo Graal*: glossário. v. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARINHO, Janice Helena Chaves. *O funcionamento discursivo do item onde: uma abordagem modular*. 2002. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MARTINS, Mário. *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*. Coimbra: Biblioteca Breve, 1979. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/bvc/bibbreve/035/bb35.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas*: elementos para uma gramática do Português Arcaico. Imprensa Nacional, 1989.

_____. *O português arcaico*: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOSO CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: padrão, 1976.

MEGALE, H. A Presença dos dois Períodos do Português Arcaico em um Mesmo Códice do Século XV: A Demanda do Santo Graal. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis et al. (Org). *Descrição do Português*: lingüística histórica e historiografia lingüística. Araraquara: Laboratório Editorial Unesp/Cultura Acadêmica, 2002. p. 119-140.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1975, p. 130-148.

MIRANDA, D. Antônio Afonso de Miranda. *O que é preciso saber sobre a renovação carismática*. Aparecida: Santuário, 1993.

MONTEIRO DE SOUZA, Emília Helena Portella. A referenciação do onde em textos do português arcaico e em dados da língua falada contemporânea. In: COSTA, Sonia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Bahia: Edufba, 2004. p. 175-192.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de; CEZÁRIO, Maria Maura; ALBANI, Filipe Viana Luiz. Articulação adverbial no discurso religioso. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, SC, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0502/03.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

PAUL, Herman. *Prinzipien der sprachgeschichte*. Tradução portuguesa de Maria Luisa Schemann: Princípios fundamentais da história da língua. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1886.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. 42. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola, 2006.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Os caminhos do 'onde': uma contribuição da semântica ao ensino de língua materna. In: CABRAL, Loni Grimm; GORSKI, Edair (Orgs.). *Lingüística e ensino: reflexões para a prática pedagógica da língua materna*. Florianópolis: Insular, 1998.

POGGIO, Rosauta Maria G. Fagundes. Considerações sobre a gramaticalização da forma verbal de futuro do latim ao português. In: COSTA, S. B. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Bahia: Edufba, 2004. p. 175-192.

PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. Serões Grammaticaes. In: COELHO, Sueli Maria. *Uma análise funcional do ONDE no português contemporâneo: da sintaxe ao discurso*. 2001. 123 f. Dissertação (Mestrado)– Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15. ed. São Paulo: José Olympio, 1972.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 5. ed. São Paulo: Atual, 1983.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

SAPIR, Edward (1921/1954). A linguagem. Introdução ao Estudo da Fala, trad. de J. Mattoso Câmara Jr. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 6, t. 1.

SARAIVA, António José. *A cultura em Portugal: teoria e prática*. v. II. Lisboa: Livraria Bertrand, 1983.

VASCONCELLOS, J. Leite. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livro de Portugal, 1959.

VOTRE, S. et al. A interação sincronia/diacronia no estudo da sintaxe. *Delta*, v. 15, p. 85-111, 1999.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola, 2006.

<<http://cipm.fcsh.unl.pt/>>. Acesso em: 07. fev. 06.

<<http://www.agal-gz.org/estraviz/modules.php?name=Dictionary&filehttp://www.agal-gz.org/estraviz/modules.php?name=Dictionary&file>>. Acesso em: 01. mar. 07.

Referências concernentes aos corpora

Corpus modalidade escrita

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Temas da doutrina social da igreja: Projeto Nacional de Evangelização Queremos ver Jesus, Caminho, verdade e vida*. 1. ed. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2006. (Caderno 2).

DIOCESE DE MARÍLIA. *Novena de Natal: vida nova com Jesus*. 2005.

INFORMATIVO PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA. Maringá, ano VI, n. 61, jan. 2006.

LITURGIA DIÁRIA. Paulus, ano XI, n. 123, mar. 2002.

MARINGÁ MISSÃO. n. 91, jul. 2006.

NO MEIO DE NÓS. n. 92, abr. 2006.

REVISTA CANÇÃO NOVA. Cachoeira Paulista: Fundação João Paulo II, n. 64, abr. 2006.

REVISTA DE APARECIDA. Aparecida: Santuário, n. 31, out. 2004.

REVISTA DE APARECIDA. Aparecida: Santuário, n. 33, dez. 2004.

REVISTA DE APARECIDA. Aparecida: Santuário, n. 36, mar. 2005.

REVISTA DE APARECIDA. Aparecida: Santuário, n. 37, abr. 2005.

REVISTA DE APARECIDA. Aparecida: Santuário, n. 42, set. 2005.

REVISTA DE APARECIDA. Aparecida: Santuário, n. 44, nov. 2005.

REVISTA DE APARECIDA. Aparecida: Santuário, n. 45, dez. 2005.

REVISTA DE APARECIDA. Aparecida: Santuário, n. 48, mar. 2006.

ROSSI, Pe. Marcelo. *Parábolas que transformam vidas*. Curitiba: Novo Mundo, 2003.

Edições críticas

BEM VEIGA, Albino de. *Virgeu de consolaçon*. Edição crítica de um texto arcaico inédito. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958.

MAGNE, Augusto. *Boosco deleitoso*. Edição crítica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.

MALER, Bertil. *Orto do Esposo*. Edição crítica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

Corpus modalidade escrita eletrônica

< <http://www.cancaonova.com/portal/capa/index.php> >. Acesso em: 19. mai. 06.

< <http://www.opusdei.org.br> > . Acesso em: 07. mai. 06.

< <http://www.rccbrasil.org.br/> > Acesso em: 24. mai. 06.

< <http://www.zenit.org/portuguese/zenit.html> > Acesso em: 24. mai. 06.

Corpus modalidade oral

Missa. TV Rede Vida. Exibição em: 08. dez. 2006.

Missa. Igreja Nossa Senhora Auxiliadora. Rádio Tupã AM/FM. Exibição em: 19. nov. 2006.

Programa *Hosana Brasil*. TV Canção Nova. Exibição em: 8. dez. 2006.

Programa *Nossa missão é evangelizar*. TV Canção Nova. Exibição em 5. nov. 2006.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S729t Souza, Adriana dos Santos
Tempo e espaço : a gramaticalização do item *onde* em textos religiosos (Séculos XIV, XVI e XXI) / Adriana dos Santos Souza. -- Maringá : [s.n.], 2007.
135 f.

Orientador : Prof^a. Dr^a. Maria Regina Pante.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos, 2007.

1. Onde. 2. Gramaticalização. 3. Valor temporal. 4. Texto religioso. 5. Diacronia. 6. Advérbio. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Letras. II. Título.

CDD 21.ed. 415